



**AMBIVALÊNCIAS URBANAS:  
O PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO NEGRA EM BELO HORIZONTE -**

**MATRIPOTÊNCIA,  
ANCESTRALIDADE  
E REPARAÇÃO**

CYNTHIA BRÁULIO ALVIM BUSTAMANTE EAUFGM NPGAU SETEMBRO 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Escola de Arquitetura  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Cynthia Bráulio Alvim Bustamante

**AMBIVALÊNCIAS URBANAS: o protagonismo da população negra em Belo Horizonte – Matripotência, Ancestralidade e Reparação**

Belo Horizonte

2023

Cynthia Bráulio Alvim Bustamante

**AMBIVALÊNCIAS URBANAS: o protagonismo da população negra em Belo Horizonte – Matripotência, Ancestralidade e Reparação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de pesquisa: Determinações externas e disposições internas do campo do planejamento e projeto urbano.

Área: Teoria e produção do espaço urbano.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas.

Belo Horizonte

2023

### FICHA CATALOGRÁFICA

B982a

Bustamante, Cynthia Bráulio Alvim.

Ambivalências urbanas [manuscrito] : o protagonismo da população negra em Belo Horizonte - matripotência, ancestralidade e reparação / Cynthia Bráulio Alvim Bustamente. - 2023.

142 f. : il.

Orientador: Daniel Medeiros de Freitas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Política urbana - Teses. 2. Interseccionalidade (Sociologia) - Teses. 3. Racismo - Teses. 4. Espaço urbano - Teses. 5. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Freitas, Daniel Medeiros de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.103



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

**AMBIVALÊNCIAS URBANAS: o protagonismo da população negra em  
Belo Horizonte – Matripotência, Ancestralidade e Reparação**

**CYNTHIA BRÁULIO ALVIM BUSTAMANTE**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 22 de setembro de 2023, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. Daniel Medeiros de Freitas - Orientador  
EA-UFMG

Prof. Dr. Cristiano Cezarino Rodrigues  
EA-UFMG

Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira  
FAU-UFBA

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2023.

Para Mateus e Yasmin, que *enegrecem*  
todos os dias os meus olhos, coração e  
pensamento.

## AGRADECIMENTOS

Toda mãe que possui uma rede de apoio e decide iniciar uma nova empreitada, provavelmente, irá concordar que sem esta rede, a jornada seria muito mais árdua ou, até mesmo, impossível. Portanto, inicio meus agradecimentos àqueles que compartilham comigo os cuidados com minhas crianças e que permitiram que eu pudesse me ausentar física e mentalmente.

Agradeço ao meu companheiro, Fernando, repito, companheiro de todos os dias, pela parceria, incentivo e presença. À minha mãe, Eunice, que ampliou seu amor incondicional aos netos e é como uma segunda mãe para eles. À Marília, pelo apoio e suporte, que me permitiu incluir uma nova rota na vida em paralelo à vida dos pequenos. Ao meu compadre André, meu companheiro profissional, a quem considero como um segundo pai para meus filhos, e à minha comadre Priscilla, pelas incontáveis trocas que um oceano não foi capaz de diminuir.

Ao meu orientador, Daniel Medeiros, por todas as orientações que me auxiliaram a chegar no problema da pesquisa e pela liberdade necessária para que eu pudesse realizar as minhas escolhas. Agradeço especialmente pela oportunidade de vivenciar as disciplinas e pelo incentivo a compartilhar os conhecimentos adquiridos.

À professora Gabriela Gaia e ao professor Cristiano Cezarino, pelos apontamentos na banca de qualificação que foram determinantes para a elaboração da dissertação.

Ao Tiganá Santana, à Jupira Mendonça e, novamente, à Priscilla Nogueira, pelo incentivo na elaboração do projeto de pesquisa.

Às professoras Denise Morado, Renata Marquez e Rita Velloso; aos professores Felipe Nunes e Roberto Monte-Mór; e, mais uma vez, ao meu orientador Daniel Medeiros e à Jupira Mendonça, que durante as disciplinas cursadas compartilharam conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e, em especial à Paula, que prontamente atendeu às minhas dúvidas e necessidades enquanto estudante.

À Lisandra Mara, pela generosidade nas trocas, acolhimento e escuta. Também à Josimeire Alves, cuja produção acadêmica, assim como a de Lisandra, são fontes de inspiração e admiração para mim.

Finalizo meus agradecimentos a todas as pessoas que me afetaram ao longo da pesquisa e que se abriram ao diálogo, compartilhando comigo a cosmovisão que carregam por meio de sua ancestralidade africana. Essas pessoas foram determinantes para o resultado do trabalho e, fundamentalmente, transformaram meu olhar para o mundo e para mim mesma.

Agradeço à Ana Cláudia Storch, que com seu posicionamento jurídico ampliou meu entendimento dos direitos de nós, pessoas negras; ao Camilo Gan, por ser este multiartista que me inspira e por despertar em mim a vontade da mudança; à Daisy Lisboa, por compartilhar suas vivências; à amiga Ekede Kelly, pela abertura de sua casa e inclusão em sua vida; à Luciana Matias, que em meio a lágrimas e sofrimentos me mostrou que a força da mulher negra é uma potência de transformação do mundo; à Makota Kisandembu, que abriu caminhos institucionais para a pesquisa; à Makota Kidoialê, por ser esta liderança de sua comunidade que reverbera na cidade; ao Marcos Cardoso, por colocar em meu caminho tantas pessoas importantes; à Miriam Aprigio, por compartilhar com generosidade sua cosmopercepção; à Nila Rodrigues, pelas falas preciosas; e à Rainha Isabel Casimira, Belinha, minha rainha, por abrir sua casa, me incluir na sua rede e ser esta força ancestral que é.

Meus sinceros agradecimentos!



## **Vozes-mulheres**

A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
Ecoou lamentos  
de uma infância perdida.

A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela

A minha voz ainda  
ecoou versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.

A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem — o hoje — o agora.

Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância.  
O eco da vida-liberdade.

(Evaristo, 2017, p. 24-25)

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta modos de construção da vida cotidiana nos espaços urbanos em detrimento às práticas de violência das políticas urbanas embasadas pela supremacia branca. Neste sentido, investiga-se como esta política se estabelece a partir de processos estruturados pelo o que Hooks (2022) chama de patriarcado supremacista branco capitalista imperialista. Esta condição é historicamente materializada no território e é melhor compreendida a partir do papel de re-existência da população negra frente às ações do Estado. A atuação institucionalizada desta população, em especial das mulheres negras, indica uma possibilidade de desestruturação das ações da política urbana, revelando caminhos possíveis de gestão dos espaços urbanos. Como método da pesquisa, foi utilizado o conceito de ambivalência de McKittrick (2021) por meio da análise de processos de clareza e opacidade vivenciados pela população negra em três dimensões ambivalentes: Ambivalência Ser Kilombu, Ambivalência Ser Espaço Urbano e Ambivalência Ser Institucionalidade. Baseando-se na Teoria Crítica da Raça (TCR), foram realizados diálogos e escuta com mulheres negras como ferramenta metodológica. Os resultados apontam para necessidade de compreensão dos processos de opacidade de modo que a população negra consiga, por meio de sua valorização, resistir aos processos de clareza que garantem a manutenção de um sistema interligado pela dominação.

Palavras-chave: interseccionalidade; política urbana; racismo; supremacia branca.

## **ABSTRACT**

This research presents modes of constructing everyday life in urban spaces to the detriment of violent practices in urban policies based on white supremacy. In this sense, the study investigates how these policies are established based on processes structured by what Hooks (2022) calls imperialist capitalist white supremacist patriarchy. This condition is historically materialized in the territory and is better understood from the point of view of the re-existence role of the black population upon State actions. The institutionalized action of this population, especially of black women, indicates a possibility of disrupting segregationist urban policies, revealing different ways of managing urban spaces. As a research method, McKittrick's (2021) concept of ambivalence was used through the analysis of processes of clarity and opacity experienced by the black population in three ambivalent dimensions: Ambivalence Being Kilombu, Ambivalence Being Urban Space and Ambivalence Being Institutionality. Based on the Critical Race Theory (CRT), listening and dialogues were also carried out with black women as a methodological tool. The results point to the need to understand the processes of opacity so that the black population can, through its valorization, resist the processes of clarity that guarantee the maintenance of an interconnected system of domination.

Keywords: intersectionality; urban policy; racism; white supremacy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem do esquema do trabalho.....	29
Figura 2 – Cartografia de Belo Horizonte com a indicação das seis comunidades quilombolas .....	40
Figura 3 – Área da reforma do Quilombo Mattias após embargo que permanece inacabada.....	51
Figura 4 – Detalhe de um porão no alto de um muro de divisa de uma casa de Candomblé no bairro .....	73
Figura 5 – Cartografia do bairro Concórdia com a indicação dos espaços de manifestação de matriz africana.....	74
Figura 6 – Cortejo às matriarcas no dia 24 de julho de 2022 pelas ruas do bairro Concórdia – Ao fundo, as gameleiras da Praça Gabriel Passos .....	75
Figura 7 – Samba de Terreiro realizado no dia 11 de junho de 2023 na Praça Gabriel Passos – Destaque para as árvores que são as imagens de pano de fundo do evento.....	77
Figura 8 – Apresentação do Bloco Afro Magia Negra na Praça Gabriel Passos na quarta-feira de cinzas do carnaval de 2023.....	81
Figura 9 – Arrastão do Bloco Afro Magia Negra na Praça Gabriel Passos na quarta-feira de cinzas do carnaval de 2023 .....	83
Figura 10 – Festa de Nossa Senhora do Rosário no Reinado – Registro realizado no dia 13 de maio de 2023 .....	84
Figura 11 – Rainhas convidadas para a Festa de Nossa Senhora do Rosário do Reinado Treze de Maio pelas ruas do Concórdia no dia 13 de maio de 2023.....	89
Figura 12 – Organograma da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que destaca em azul a área de atuação da Política urbana e em laranja a posição da DPIR e do COMPIR nesta estrutura institucional .....	102
Figura 13 – Primeiro Seminário dos Kilombu .....	116

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABAFRO	Associação de Blocos de Rua Afro de Belo Horizonte
ADE	Área de Diretrizes Especiais
AEIC	Área Especial de Interesse Cultural
AEIS	Área Especial de Interesse Social
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
COMPIR	Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
DFID	Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza
DPIR	Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção de Igualdade Racial
GGPIR	Grupos Gestores do Plano de Promoção da Igualdade Racial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OM2	Ocupação Moderada 2
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
PMPIR	Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRU	Plano de Regularização Urbanística
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SEPPIR	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SMPU	Secretaria Municipal de Política Urbana
SUREG	Subsecretaria de Regulação Urbana de Belo Horizonte
TCR	Teoria Crítica da Raça
Urbel	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	13
INTRODUÇÃO .....	15
<b>1</b> <b>AMBIVALÊNCIA SER KILOMBU: VIOLÊNCIA E MATRIPOÊNCIA.....</b>	<b>30</b>
1.1 <b>Quem é Quilombo em Belo Horizonte.....</b>	<b>38</b>
1.2 <b>Institucionalizar-se: como ser reconhecido como quilombo .....</b>	<b>41</b>
1.3 <b>Um novo Ser Kilombo em Belo Horizonte .....</b>	<b>46</b>
1.3.1    Santa Tereza: dois quilombos em um bairro ou um bairro no entorno de dois quilombos? .....	46
1.3.2    A Família Mattias e sua relação com o urbano .....	49
1.3.3    A violência na forma de um embargo de obra .....	51
1.4 <b>Uma questão de parâmetros.....</b>	<b>57</b>
1.5 <b>Em suma, o que indica a Ambivalência Ser Kilombo?.....</b>	<b>59</b>
<b>2</b> <b>AMBIVALÊNCIA SER ESPAÇO URBANO: BRUTALIZAÇÃO E ANCESTRALIDADE.....</b>	<b>61</b>
2.1 <b>Construção histórica das relações racializadas em Belo Horizonte .....</b>	<b>64</b>
2.2 <b>Brutalização urbana e o surgimento da Villa Operária Concórdia .....</b>	<b>68</b>
2.3 <b>A ambivalência materializada no Concórdia: uma Pequena África em Belo Horizonte .....</b>	<b>72</b>
2.3.1    A Praça Gabriel Passos e as árvores três irmãs .....	76
2.3.2    Bloco Afro Magia Negra .....	79
2.3.3    Uma rainha e seu reinado.....	84
2.4 <b>As invisibilidades permanecem .....</b>	<b>90</b>
2.5 <b>Reflexões ambivalentes .....</b>	<b>91</b>
2.6 <b>Em suma, o que indica a Ambivalência Ser Espaço Urbano?.....</b>	<b>95</b>
<b>3</b> <b>AMBIVALÊNCIA SER INSTITUCIONALIDADE: INVISIBILIDADE E REPARAÇÃO.....</b>	<b>96</b>
3.1 <b>Surge uma Institucionalidade.....</b>	<b>98</b>
3.2 <b>DPIR/COMPIR.....</b>	<b>101</b>
3.3 <b>A invisibilidade na política urbana de Belo Horizonte.....</b>	<b>109</b>

<b>3.4</b>	<b>Fortale(S)er.....</b>	<b>115</b>
3.4.1	Primeiro Seminário dos Kilombu.....	116
3.4.2	Plenária COMPIR / Quilombo Mattias .....	120
<b>3.5</b>	<b>Em suma, o que indica a Ambivalência Ser Institucionalidade.....</b>	<b>126</b>
	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>128</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>134</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao retomar o plano de pesquisa de mestrado percebi que muitas das minhas inquietações iniciais foram mantidas, entretanto, o objetivo principal do trabalho sofreu alterações. O plano inicial de pesquisa propunha analisar a possibilidade de identificação de lacunas e potenciais mudanças em direção a um planejamento urbano de Belo Horizonte que fosse antirracista. A alteração deste objetivo ocorreu a partir da imersão no tema, que demonstrou a complexidade presente na questão racial, parte de um sistema supremacista instituído ao longo da história e que está pulsando nas relações sociais contemporâneas.

Além da alteração do objetivo inicial, outro ponto a ser considerado é referente à perspectiva adotada pela pesquisa. Ao estudar a Teoria Crítica da Raça, em especial as histórias de campo de Parker e Roberts (2015), cuja teoria será discutida com maior profundidade no trabalho, compreendi a singularidade presente numa pesquisa relacionada à racialização dos corpos cuja pesquisadora é negra. Parker e Roberts (2015, p. 127) ressaltam a premissa de “[...] reconhecer-me como pesquisadora negra, e não como uma simples pesquisadora”. Isso significa que, por ser uma pesquisa que trata da questão racial, não serei imparcial aos seus desdobramentos, pelo contrário, as análises realizadas e conclusões alcançadas serão afetadas pela minha negritude.

A partir destas reflexões, o objetivo inicial do trabalho se afastou de uma busca por instrumentos antirracistas de planejamento urbano e se complexificou em direção à compreensão acerca da racialização dos espaços e dos corpos impactados pela supremacia branca, bem como à análise da existência de ações e resistências presentes nas relações sociais contemporâneas racializadas.

Com relação à escrita, é necessário reconhecer as armadilhas existentes que imprimem uma colonização do pensamento acadêmico baseada num eurocentrismo instituído. Estas armadilhas me levaram a questionar quais os melhores termos a serem utilizados, tanto no que se refere à questão racial quanto à questão de gênero. É preciso confessar que, finalizo o trabalho certa de que esta inquietação se fez presente a todo momento e que permanecerá a cada releitura realizada, pois a colonização do pensamento, que me afeta, precisa ser questionada constantemente.

Após idas e vindas, optei por manter a denominação dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza o termo negra/negro como uma autodeclaração censitária (IBGE, 2010). Enxergo que o termo está associado a



conceitos pejorativos da língua portuguesa, bem como compreendo que ele não dá conta da diversidade presente nos corpos afrodiaspóricos, que foram classificados numa mesma categoria pelo colonizador como um mecanismo de apagamento desta diversidade. Entretanto, a pesquisa parte da realidade dessa categorização, além de dialogar com autores e pessoas que utilizam este termo em suas narrativas, o que justifica o seu uso na presente pesquisa a fim de auxiliar a leitura e a articulação conceitual proposta. Apesar disso, a inquietação se faz presente. Esta dúvida demonstra a fragilidade existente na classificação e racialização dos corpos imposta por processos supremacistas. Ainda neste exercício, foi privilegiado o gênero feminino como uma alternativa de desconstrução das estruturas patriarcais presentes inclusive na escrita.

Com o objetivo de enaltecer a voz e dar ouvidos às falas de mulheres negras, bem como demonstrar a potência presente nestes corpos femininos, foram transcritos trechos na íntegra dos diálogos realizados. E, mediante prévio consentimento, foram indicados os nomes das pessoas que se envolveram no trabalho, como uma forma de reconhecer e valorizar o fato de que seus nomes e sobrenomes indicam sua singularidade no mundo e carregam consigo a ancestralidade africana.

Axé!



# INTRODUÇÃO

O primeiro aspecto a ser apontado em uma pesquisa relacionada à questão racial é o modo como as relações racializadas são uma construção histórica que se reflete nas relações sociais contemporâneas. Falar e analisar estas relações a partir de duas categorias, raça e racismo, evidencia as situações de violência, segregação e exploração, dentre outras violações dos direitos humanos, que a população negra brasileira tem sido alvo desde sua escravização no período colonial.

A categoria raça, segundo Munanga (2004), foi originalmente utilizada na zoologia e na botânica em estudos das ciências naturais para permitir a classificação de seres vivos, incluindo os seres humanos. Para realizar esta classificação no século XVIII, “[...] a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças” (Munanga, 2004, p. 19). Embora essa classificação, originalmente utilizada para fins científicos, acompanhe a humanidade até a contemporaneidade, o conceito de raça se afastou das ciências naturais e passou a ser utilizado para estabelecer relações sociais hierarquizadas.

Mbembe (2021) também aborda estas relações de poder como estruturantes das relações sociais, que ganharam recrudescimento a partir do século XIX como um “grande mito” de uma verdade de direitos de uma raça em detrimento da outra. Segundo o autor, “[...] o elemento racial era tanto uma determinação biológica (algo relacionado ao sangue, à transmissão hereditária) quanto algo relacionado ao corpo, o corpo de um povo dotado de vontade de poder” (Mbembe, 2021, p. 226). Assim como Munanga (2004), Mbembe (2021) discute a construção histórica da subjugação de um grupo social a partir da racialização dos corpos. Esta distinção de raças permitiu e permite retroalimentar as relações de submissão e subjugação impostas no período colonial. A partir desta classificação social são estruturadas relações de poder racializadas que são a base do racismo. Mbembe (2021) considera que a raça é um “termo infame” que permanece construindo fronteiras sociais. Esta construção racial de fronteiras sociais é um aspecto central na discussão das relações racializadas.

Com relação à categoria racismo, é importante destacar que, as discussões a seu respeito levaram ao surgimento do conceito *Racismo Estrutural*. Este surgiu a partir da necessidade de compreensão da complexidade da questão racial e como estas relações possuem camadas distintas que afetam individualmente pessoas não-brancas e brancas, bem como as instituições públicas e privadas e as estruturas sociais de poder.

As discussões que antecedem o conceito de *Racismo Estrutural* ocorreram a partir da distinção entre as relações raciais de indivíduos e das relações raciais entre comunidades, estabelecidas por Ture e Hamilton (2021). A partir desta distinção, os autores propuseram a criação dos conceitos racismo individual e racismo institucional. Ture e Hamilton (2021, p. 43) avançaram nesta discussão institucional e defenderam a existência de uma “estrutura de poder branca”, onde as decisões políticas são tomadas pela comunidade não-negra e afetam o modo de viver de pessoas negras. Fanon (2008) também discute a dialética existente entre racismo e colonialismo, como uma forma de compreensão das relações sociais que coloca a civilização europeia como responsável por esta dinâmica perversa.

Entre os autores nacionais, Almeida (2019) define o racismo como uma prática que permite a ocorrência sistemática de vantagens e desvantagens a determinados indivíduos a depender de sua raça. Segundo o autor, as consequências desta prática geram uma estratificação social intergeracional. Almeida (2019) discute acerca de três categorias de análise: o racismo individualista relacionado à subjetividade dos corpos, o institucional relacionado ao Estado e o estrutural, que é relacionado aos aspectos econômicos. O autor define a primeira categoria como um fenômeno irracional de um grupo sobre o outro, que pode ser considerado como um preconceito ou injúria, a ser combatido pelas vias jurídicas. Já no racismo institucional, é entendido que a extensão dos “[...] conflitos raciais também são parte das instituições”, onde as relações de poder são a base das relações institucionais que mantêm as pessoas brancas como detentores do comando das instituições públicas e privadas (Almeida, 2019, p. 39). O autor considera que a dinâmica entre a existência do racismo entre indivíduos e em instituições demonstra que existe uma dialética na construção da organização social e, portanto, “O racismo é estrutural” (Almeida, 2019, p. 39).

A partir destas discussões, é possível inverter esta chave epistemológica a fim de evidenciar que existe uma parcela da população que se beneficia destas relações desiguais, ou seja, retirar o foco dos resultados causados pelos processos de subjugação e evidenciar as causas e os causadores de tais processos de violência. Isso significa que, ao analisar as violências causadas pelas relações racializadas, é preciso dizer que além das vítimas, que são as pessoas negras, aqueles que as promovem são as pessoas brancas. Com isso, é possível estabelecer uma aproximação do entendimento de que racismo é também um problema social da

população branca, na medida em que foi criado e é operacionalizado por estas pessoas.

Embora o pensamento crítico de Hooks (2022) esteja embasado nas relações sociais norte-americanas, suas análises se aproximam da abordagem deste trabalho, na medida em que reconhecem as violações e nomeiam as pessoas privilegiadas, no caso, uma parcela da população branca detentora da hegemonia do poder. Neste sentido, os processos da mestiçagem<sup>1</sup> e do mito da democracia racial brasileira<sup>2</sup> ajudam a encobrir que as relações sociais brasileiras estão fundamentadas a partir de um pensamento supremacista branco, ainda que a materialização das relações racializadas indiquem o contrário.

Segundo Hooks (2022):

Podemos ir além do binarismo nós/eles, que aparece na maioria das discussões de raça e racismo, se atentarmos para o modo como o pensamento supremacista branco é um sistema de crenças fundacional neste país e influencia a consciência de todas as pessoas, independentemente da cor da pele (Hooks, 2022, p. 36).

Sendo assim, para realizar um primeiro exercício de inversão da chave epistemológica, o trabalho foi embasado nos estudos de Hooks (2022), que defendem que:

De maneira notável, o uso do termo racismo continua evocando, para a maioria das pessoas, noções de ataques e discriminação explícitos. Usar o termo supremacia branca nos permite desvelar e expor todas as formas encobertas e insidiosas em que lidar com o trauma e o estresse pode diminuir a chance de ter boa saúde (Hooks, 2022, p. 50).

---

<sup>1</sup> Munanga (1999, p. 50) critica a forma velada com que a racialização se apresenta no processo da mestiçagem na medida em que seu resultado tem sido usado pela supremacia branca “[...] ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais”.

<sup>2</sup> Acerca do mito da democracia racial, Nascimento (2019, p. 35) afirma que, no caso brasileiro há um “[...] racismo de tipo muito especial, exclusiva criação luso-brasileira: difuso, evasivo, camuflado, assimétrico, mascarado, porém tão implacável e persistente que está liquidando homens e mulheres de ascendência africana que conseguiram sobreviver o massacre praticado no Brasil. Com efeito, essa destruição coletiva tem conseguido se ocultar da observação mundial pelo disfarce de uma ideologia de utopia racial denominada democracia racial, cuja técnica e estratégia têm conseguido, em parte, confundir o povo afro-brasileiro, dopando-o, entorpecendo-o interiormente; tal ideologia resulta para o negro num estado de frustração, pois que lhe barra qualquer possibilidade de autoafirmação com integridade, identidade e orgulho”.

No caso dos estudos urbanos, é possível relacionar a expressão “chance de ter boa saúde” como uma garantia de direitos à cidadania<sup>3</sup>. Neste sentido, o trabalho se embasa na existência de um *sistema interligado de dominação*, que impede que a população negra acesse seus direitos e permaneça às margens de processos econômicos, políticos e sociais (Hooks, 2022). Segundo Hooks (2022), este sistema é conformado por mecanismos de dominação que estabeleceram a hegemonia do poder ao longo da história e, portanto, é configurado pelo *patriarcado supremacista branco capitalista imperialista*. A proposta da autora de ir “além da raça” indica a necessidade de reconhecer que uma supremacia branca, historicamente privilegiada, não abriu mão de seus privilégios e, com isso, continua desprivilegiando pessoas negras a seu favor.

Essa relação ganha materialidade urbana, já que as relações racializadas conformam e foram conformadas pela segregação socioespacial presente nas cidades desde o seu passado colonial.

Segundo Velloso (2022):

Na produção capitalista do espaço urbano, o racismo – uso e abuso das mulheres e homens nele capturados – fez no Brasil uma de suas maiores aparições. Nossas cidades e territórios foram concebidos, projetados, desenhados e construídos segundo moldes dos poderes coloniais, fosse instaurando novos espaços, fosse subjugando aqueles espaços pré-coloniais consolidados. Foi necessário urbanizar a colônia; em outros termos, territorializar a relação colonial. A urbanização brasileira se constituiu reconciliada com uma tradição de opressão, em nome, sim, de uma lógica de raça, além de mediante operações discursivas, teóricas e práticas (Velloso, 2022, p. 123).

Um primeiro passo para ir *além da raça* é reconhecer que um *sistema interligado de dominação* atuou na conformação do espaço urbano, bem como é necessário buscar evidências que demonstrem que, atualmente, a política urbana está imbricada neste sistema, na medida em que atua na produção do espaço social.

Hooks (2022) reforça este entendimento ao dizer que:

---

<sup>3</sup> Segundo Santos (1997, p. 133), cidadão é aquele “indivíduo dotado de direitos” que pode ser comparado ao Estado na medida em que um debate entre as partes ocorra num mesmo patamar de igualdade. A partir deste conceito, é possível definir cidadania como o exercício pleno de direitos, como o acesso à saúde, habitação, mobilidade e segurança, dentre outros. Num contraponto, um indivíduo que não possua algum destes direitos pode ser considerado um “não-cidadão” ou um cidadão “incompleto” (Santos, 1987). O autor analisa como esta mutilação do exercício da cidadania se materializa no território e considera as cidades o palco para que os direitos dos indivíduos sejam cerceados.

Infelizmente, apesar dos fantásticos avanços em leis relacionadas aos direitos civis e a agendas públicas antidiscriminatórias, não houve nenhum esforço significativo para destruir as raízes do racismo. Em vez disso, vivemos em uma sociedade que alega, via políticas governamentais e públicas, condenar a discriminação racial, ao mesmo tempo que o patriarcado supremacista branco capitalista imperialista molda nossa política e cultura (Hooks, 2022, p. 43).

Esta nomeação dos sistemas interligados realizada por Hooks (2022) dialoga com uma segunda referência para a construção da pesquisa: o conceito de dispositivo de racialidade/biopoder. Carneiro (2005, p. 34) aborda que, na medida em que são realizados “[...] discursos e práticas produzidos no Brasil em torno da racialidade, que a configuram como dispositivo de poder”.

Um dos pressupostos adotados pela presente pesquisa é o de que a forma como o *sistema interligado de dominação* opera pode ser compreendida a partir do entendimento de um *dispositivo de racialidade/biopoder* responsável pela tomada de decisões que podem garantir a permanência e o acionamento do poder. Com isso, estes dispositivos são acionados sempre que necessário para garantir que os processos hegemônicos permaneçam como estão e se perpetuem.

Carneiro (2005) explica que:

De acordo com Foucault, em se constituindo, um dispositivo permanece disponível para ser operacionalizado em diferentes circunstâncias e momentos, se auto-reproduzindo mediante seu preenchimento estratégico (Carneiro, 2005, p. 38).

Ainda segundo Carneiro (2005), a amplitude de atuação do *dispositivo da racialidade/biopoder* pode englobar a construção de um pensamento que atua na sociedade ocidental, o que aponta, inclusive, para sua atuação no campo da produção do conhecimento. Em seu trabalho, a autora parte do pressuposto:

[...] de que a racialidade vem se constituindo, no contexto da modernidade ocidental, num dispositivo tal como essa noção é concebida por Foucault. Nesse sentido a racialidade é aqui compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder (Carneiro, 2005, p. 50).

Uma das estratégias de rever a atuação dos dispositivos da racialidade/biopoder é apresentada em Cheng, Davis e Wilson (2017) ao defender que existem evidências de que a questão racial está invisibilizada e, portanto, é necessário

buscar formas de analisar os processos a partir de um *pensamento racial* para vislumbrar como a sociedade opera. Além disso, a autora e os autores destacam os processos arquitetônicos e urbanos como formas de invisibilização elaboradas ao longo da história e na defesa de que a “[...] raça existe, mesmo quando pensamos que não. E às vezes estava lá o tempo todo, mas não sabíamos como” (Cheng; Davis; Wilson, 2017, p. 441).

Considerando a necessidade de análises a partir do pensamento racial e do modo como o acionamento do *dispositivo da racialidade/biopoder* é determinante na construção do pensamento, é possível supor que pesquisas relacionadas à questão racial precisem buscar ferramentas metodológicas capazes de se afastar do pensamento supremacista branco ocidentalizado. O pensamento supremacista, inclusive, pode ser considerado um dispositivo dentro da produção acadêmica ocidental.

Diante do exposto, foi necessário buscar formas de construção da pesquisa que a aproximasse de um método capaz de romper com os *dispositivos de racialidade/poder*. Inserida em uma sociedade cooptada por este dispositivo, a todo momento buscou-se identificar as armadilhas que um pensamento supremacista poderia imprimir no trabalho. Mesmo assim, isso não garante uma isenção completa, afinal o pensamento já está em alguma medida contaminado pelo dispositivo, sendo preciso estar em um estado de alerta a todo momento.

Para tal, a presente pesquisa se orienta pelo método proposto por McKittrick (2021) em seu artigo, cujo título foi aqui traduzido livremente como *A Estética da Miscelânea Negra*. Este método será utilizado na pesquisa a partir da articulação de processos históricos e contemporâneos de resistência frente à supremacia branca materializados no espaço urbano. Segundo a autora:

Este método se move com e através de temporalidades incômodas e desconfortáveis, muitos conceitos e textos emaranhados e um estudo rigoroso (McKittrick, 2021, p. 3).

Um dos aspectos do método que melhor se alinha com os objetivos da pesquisa é a forma como “[...] sinaliza modos de ser e modos de viver (memórias, imaginações) que compartilhamos para lutar contra as lógicas raciais sufocantes” (McKittrick, 2021, p. 4).



A partir dos estudos acerca dos processos de *opacidade* realizados por Glissant (1997), a autora indica que a vivência das pessoas negras está inserida em processos de ambivalência, o que possibilita a compreensão de como se estabelece a vida desta população. Esta ambivalência está relacionada a:

[...] como as representações estéticas da vida negra e da vivência negra oscilam entre clareza e opacidade, e como essa oscilação ilumina uma política de libertação que se baseia na ambivalência. A ambivalência (contradições não resolvidas) é uma característica importante da vivência negra atlântica porque sinaliza a elaboração e a direção da libertação (McKittrick, 2021, p. 2).

Considerando os estudos urbanos, relacionamos a *clareza* à materialização da segregação socioespacial, aos processos de gestão urbana que privilegiam e desprivilegiam estes ou aqueles, bem como às violações que são estabelecidas a partir das relações racializadas. Já a *opacidade* está oculta e precisa ser desvelada. Estes são processos que precisam ser analisados para serem considerados como determinantes na conformação das relações sociais contemporâneas. Desse modo, é possível relacionar o desvelamento da *opacidade* com a possibilidade de releitura social de Silva (2019) a partir de uma luz negra.

Segundo a autora:

A luz negra como outra possibilidade de ler o mundo como conhecemos. A luz negra postulada na forma generativa, um conhecimento que demanda outras ferramentas para ser apreendido. A luminosidade da luz negra revela o que está oculto, transparente em conformidade com a norma. Trazer esse pensamento nos tempos de hoje é um exercício de experimentação sobre o fazer futuro e o mundo; uma experimentação implicada nos rastros para a ancestralidade (Silva, 2019, p. 15).

Neste sentido, na vivência das pessoas negras pode ser identificada uma *clareza* da força de subjugação que garante às pessoas brancas a manutenção de seus privilégios, mas também uma *opacidade* da força da resistência, que assegura às pessoas negras a manutenção de sua existência. A partir desta miscelânea de vivências e experiências, pode-se vislumbrar esta ambivalência da força e da violência, vivenciada especialmente por mulheres negras e que se materializa nos espaços urbanos. A oscilação entre *clareza* e *opacidade*, que é discutida por McKittrick (2021), indica como pode ser compreendida a potência da atuação de mulheres que carregam em sua ancestralidade a dor e a superação de subjugações

operadas pela supremacia branca e protagonizadas pelo homem branco. Neste sentido, foi necessário avançar na compreensão dos processos de subjugação que envolvem a existência da mulher negra e o papel social que ela ocupa.

A partir do referencial teórico acima, a pesquisa incorpora uma perspectiva atenta ao conceito de *interseccionalidade*, tal como elaborado pela defensora dos direitos civis norte-americanos Kimberlé Crenshaw (1989). A autora propõe a discussão dos processos de opressão a partir da articulação de duas categorias analíticas: raça e gênero. Segundo Crenshaw (1989), estas duas categorias tendem a ser separadas quando da realização de discussões feministas, ao passo que ao analisar a vida das mulheres negras é possível identificar uma *multidimensionalidade* nestas vivências. Avançar nesta interseção leva à revisão da teoria feminista em direção à teoria feminista negra, bem como discute os impactos específicos do patriarcado na vida dessas mulheres.

Esta articulação entre raça e gênero se aproxima do argumento de Mbembe (2021, p. 144) quando este conceitua o “[...] poder orgástico como uma técnica de gestão heterossexual de corpos subalternos”. Este poder constrói relações de submissão que embasam as estruturas patriarcais e se apresenta como um marco histórico presente no período colonial. Aliado à racialização dos corpos, o efeito do patriarcado se manifesta fundamentalmente nas mulheres negras por meio do poder atribuído ao homem branco que “[...] se vê empoderado para gozar sem remorso, inclusive em corpos objetificados, sem qualquer sentimento de culpa” (Mbembe, 2021, p. 116).

De modo semelhante, Gonzales (2020, p. 55) avança na discussão interseccional e coloca as mulheres negras num papel distinto do feminismo de mulheres brancas, na medida em que “[...] compreendendo que o combate ao racismo é prioritário, ela não se dispersa num tipo de feminismo que a afastaria de seus irmãos e companheiros”. A autora também discute a exclusão da mulher negra na pauta do movimento feminista brasileiro, além de discutir o papel das mulheres negras nos processos de resistência frente às subjugações desde o período colonial.

O argumento de exclusão é reforçado por Kilomba (2019, p. 67), que considera uma “[...] falha irônica, porém trágica, que teve como resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres negras dentro do projeto feminista global”. Esta mesma discussão é levantada por Carneiro (2011) ao defender que existe uma relação

racializada dentro do movimento feminista, na medida em que a distinção de raça também atua nos processos sexistas.

Segundo ela:

As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres (Carneiro, 2011, p. 112).

A partir destas reflexões, é preciso evidenciar que, na *clareza* das relações sociais, as mulheres negras ocupam um papel social extremo e oposto ao do homem branco, seguido das mulheres brancas, quanto à possibilidade de acesso a direitos civis, ou seja, a equidade social está distante das mulheres negras. Sendo assim, um aspecto importante neste método é a inversão de outra chave epistemológica proposta por McKittrick (2021), onde pretende-se destacar as empreitadas destas mulheres na medida que existe um fortalecimento de sua existência, conquistado a partir de processos de violência. Ou seja, falar de potências para além de violações, dialogando novamente com os estudos de Hooks (2022) e com a proposta de elaboração de um *pensamento racial*.

Hooks (2022) defende que:

Quando o mundo realmente ouve a voz das mulheres que trabalharam e estão trabalhando diariamente para descolonizar nossa mente, que vivem na alegria dessa transformação, até a solidariedade. Essa jornada compartilhada nos levará a um lugar de paz e possibilidades (Hooks, 2022, p. 100).

É necessário ressaltar que, a *clareza* apresentada neste trabalho se afasta do entendimento de que deixar claro é mostrar a realidade, mas sim aproximar de como aquilo que se vê, enquanto sociedade, pode funcionar:

[...] como moeda acadêmica, e como a opressão é o ponto de partida para a forma como enxergamos a vida negra. Mesmo quando estamos teorizando a resistência, a violência é muitas vezes o ponto de partida. É como se a negritude só pudesse ser um local de violação (McKittrick, 2021, p. 6).

Sendo assim, a *opacidade* se aproxima do que não se vê, enquanto sociedade, e que precisa ser desvelado para que possa ser compreendido como uma potência de existência. Apesar da discussão estar voltada para as potências, também serão trazidas *clarezas* da subjugação que fazem parte destes processos ambivalentes, onde as estéticas negras podem ser compreendidas como “[...] práticas de criação de liberdade que estão amarradas à violência racista, mas articuladas de um modo diferente de viver, amar e imaginar o mundo” (McKittrick, 2021, p. 6).

É preciso reconhecer que as políticas urbanas, enquanto ferramentas de atuação do Estado, se estabelecem na *clareza* de aparatos legais e decisões de planejamento elaboradas e inseridas a favor de um dito desenvolvimento econômico, político e social. Em paralelo, identifica-se uma agência de mulheres que, entre outros grupos sociais, atuam de modo coletivo, em resistência aos processos de violência vivenciados nas relações racializadas. A partir desta compreensão, é possível destacar como é potente este espaço-tempo da ambivalência vivenciado pela população negra, na medida em que os processos sociais levam a uma manutenção de um *sistema interligado de dominações*.

A metodologia proposta pela presente pesquisa, tal como explicado anteriormente, com o objetivo de minimizar a ação de *dispositivos de racialidade/biopoder* e articular uma perspectiva atenta à *interseccionalidade* do tema, partiu da realização de diálogos e da escuta de mulheres negras que possuem algum grau de relação com instituições públicas da gestão urbana. A partir desta primeira aproximação, foram solicitadas indicações de outras mulheres que poderiam dialogar com a pesquisa. Escutar o que estas mulheres têm a dizer pode ser um primeiro passo para elaborar um *pensamento racial*. Igualmente, as falas transcritas no trabalho buscaram demonstrar a potência presente na sabedoria dessas matriarcas capazes de exercerem uma força contra-hegemônica e de resistência aos processos de racialização presentes nas estruturas sociais, bem como é uma possibilidade de alteração do discurso patriarcal, na medida em que coloca essas mulheres como protagonistas de um *pensamento racial*.

Ainda que a pesquisadora tenha se aproximado e se identificado com estas mulheres em função do tema de pesquisa, é importante destacar que não ocorreu uma pergunta motivadora para iniciar as conversas, pois não se pretendia criar uma relação de entrevistadora e entrevistada. Ocorreu uma troca de saberes em torno das questões raciais atuais e construídas historicamente e foi realizada uma conversa

acerca dos caminhos escolhidos para possibilitar uma re-existência, bem como acerca dos impactos das relações racializadas na vida destas mulheres e de suas famílias e comunidades. No momento do diálogo, haviam duas mulheres negras que se reconheceram em sua negritude, a pesquisadora e a companheira da pesquisa.<sup>4</sup>

A metodologia do trabalho foi inspirada na Teoria Crítica da Raça (TCR), que pressupõe a escuta de pessoas negras como aspecto central dos estudos realizados. Parker e Roberts (2015) relatam que as teóricas e os teóricos da TCR:

[...] têm utilizado diálogos, relatos, crônicas e depoimentos pessoais como método no seu estudo acadêmico porque alguns membros de grupos marginalizados, em razão de sua marginalidade, podem contar histórias diferentes daquelas que os estudiosos brancos costumam ouvir e contar (Parker; Roberts, 2015, p. 121).

Outro aspecto relevante em uma pesquisa baseada na TCR refere-se à contestação dos conceitos de “[...] meritocracia, neutralidade quanto a raça e igualdade de oportunidades” (Parker; Roberts, 2015, p. 122). Além disso, é um objetivo deste tipo de pesquisa aproximar dois territórios: o acadêmico e a comunidade. Portanto, uma pesquisa TCR “[...] reconhece que o conhecimento das pessoas de cor é legítimo e crucial para a compreensão da subordinação racial” (Parker; Roberts, 2015, p. 122).

O processo de elaboração dos embasamentos da TCR também fomentou ramificações, como o “feminismo racial crítico” que coloca a mulher negra no centro da discussão dos impactos da exclusão e subjugação. Um outro ponto relevante numa pesquisa TCR é com relação à necessidade do entendimento de pesquisadores quanto à questão racial, na medida em que é preciso ter “[...] sensibilidade teórica quanto à raça enquanto predicado pessoal” (Parker; Roberts, 2015, p. 124). No caso, a pesquisadora se declara uma mulher feminista negra, o que significa que as análises realizadas poderão ser afetadas pela sensibilidade da pesquisadora.

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é apresentar modos de construir a vida cotidiana nos espaços a partir de processos de *opacidades* em detrimento da *clareza* das políticas de violência que ignoram que a supremacia branca embasa as políticas urbanas.

---

<sup>4</sup> Tomamos emprestado o conceito apresentado por Musa (2022), que chamou as mulheres que participaram de seu trabalho de companheiras de pesquisa. Segundo a autora, estas foram imprescindíveis, na medida em que compartilharam “[...] as suas fotografias e cosmovisões de mundo” (Musa, 2022, p. 6).

Para discutir a forma como a ambivalência se dá na vida da população negra, foi proposta a análise de três dimensões ambivalentes, que compõem os três capítulos da dissertação. A primeira está relacionada às comunidades quilombolas, a segunda à conformação histórica e contemporânea do espaço urbano e a terceira voltada à existência de institucionalidades relacionadas à questão racial. Estas três dimensões ambivalentes foram intituladas acompanhadas do termo “ser”: Ser Kilombu,<sup>5</sup> Ser Espaço Urbano e Ser Institucionalidade. O verbo ser está relacionado ao conceito de existir, da dupla existência, ou seja, da ambivalência. Não é objetivo da pesquisa esgotar ou resumir o conceito do que seja um quilombo, um espaço urbano ou uma institucionalidade. Pelo contrário, são análises de três dimensões ambivalentes que em sua existência podem apontar para modos contra-hegemônicos de construir vida na cidade.

Com relação à estrutura da dissertação, o primeiro capítulo do trabalho, intitulado Ambivalência Ser Kilombu, violência e matripotência, discute a formação de comunidades quilombolas em Belo Horizonte, estabelecidas a partir da atuação de uma liderança realizada por mulheres negras que acionaram sua matripotência para proteger seu território mediante uma violação operada pelo Estado.

Será discutido o processo de embargo sofrido pela família Mattias e a liderança protagonizada por Luciana de Souza Matias, que se autodeclarou quilombola e tem buscado ferramentas institucionais para garantir a proteção e autonomia de gestão territorial do Quilombo Família Mattias.

O segundo capítulo intitulado Ambivalência Ser Espaço Urbano, brutalização e ancestralidade, avança para a materialização dos processos de ambivalência em uma escala urbana. O capítulo aborda a construção histórica das relações racializadas em Belo Horizonte como um processo de gestão e planejamento urbano caracterizado pela subjugação da população negra desde a constituição da cidade. Esta construção histórica foi destacada a partir dos processos de desterritorialização de uma parcela da população por meio do surgimento da Villa Operária Concórdia, que é o atual bairro

---

<sup>5</sup> Neste trabalho, será utilizado o termo “Kilombu” para nomear a ambivalência. O termo se aproxima da etimologia africana da palavra quilombo. Esta decisão pretende evidenciar que povos e comunidades quilombolas também estão em África, na medida em que possuem uma vivência e uma consciência ampliada de sua existência afrodiaspórica. Com isso, buscamos reverenciar a estas pessoas que possuem uma cosmovisão que precisa ser valorizada e reconhecida como responsável pela conformação da sociedade brasileira. Em todas as demais descrições do termo será seguida a norma culta a fim de facilitar a leitura, bem como manter os nomes utilizados por outros autores e em órgãos oficiais.

Concórdia, e como estas pessoas conseguiram se reterritorializar a partir de sua ancestralidade africana.

Esta reterritorialização pôde ser comprovada pela presença significativa de espaços de manifestação de matriz africana no bairro. Para avançar na discussão foram apresentadas três potências locais: os usos públicos estabelecidos na Praça Gabriel Passos, o papel cultural realizado pelo Grupo Afro Magia Negra e a existência de uma Rainha Conga e como seu reinado estabelece uma relação de cuidado com a comunidade local. Ao final do capítulo foram realizadas reflexões que apontam para uma invisibilidade da importância do bairro como um espaço que guarda a história e a cultura da formação da população negra na cidade. Também foram apontadas algumas reflexões relacionadas à materialização dessas ambivalências no espaço urbano.

No terceiro e último capítulo, denominado Ambivalência Ser Institucionalidade, invisibilidade e reparação, o trabalho avançou para a compreensão de uma ambivalência enquanto estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. De um lado, será discutida que na *clareza* dos processos institucionais há uma manutenção de uma invisibilização por meio da atuação da política urbana, que desconsidera a importância de uma articulação institucional para promover uma reparação histórica. Em paralelo, nas *opacidades* desta estrutura municipal será abordada a existência de uma institucionalidade que busca articular modos de se alcançar esta reparação por meio de mecanismos institucionais, mesmo com limitada possibilidade de atuação devido à estrutura organizacional municipal e seus parâmetros legais. Para evidenciar esta atuação, foram trazidos momentos onde esta reparação foi debatida e fomentada: o Primeiro Seminário dos Kilombu<sup>6</sup> e duas plenárias do Conselho de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), uma delas que ocorreu no território do Quilombo Família Mattias.

Para alcançar o objetivo da pesquisa propôs-se a compreensão de como a política urbana se estabelece a partir de processos estruturados no *patriarcado supremacista branco capitalista imperialista* (Hooks, 2022, p. 24). Esta condição é historicamente materializada no território e é melhor compreendida a partir do papel de re-existência da população negra frente às ações do Estado. A atuação institucionalizada desta população, em especial das mulheres negras, indica uma

---

<sup>6</sup> O termo Kilombu também deu nome ao seminário.

possibilidade de desestruturação das ações da política urbana, revelando possíveis caminhos de gestão dos espaços urbanos.

Figura 1 – Imagem do esquema do trabalho



Fonte: elaborada pela autora (2023).





## **CAPÍTULO 1. AMBIVALÊNCIA SER KILOMBU: VIOLÊNCIA E MATRIPOTÊNCIA**

Ao dialogar com lideranças quilombolas e pessoas envolvidas no reconhecimento de uma comunidade tradicional, o que se observa como processos similares no surgimento de um quilombo é a ambivalência entre uma violência sofrida a partir de uma ameaça territorial e o surgimento de uma liderança protagonizada por mulheres negras que atuam na proteção do território da comunidade.

Essa liderança engaja a comunidade a dar um passo institucional para ter seus *modos de criar, fazer e viver* reconhecidos como um patrimônio imaterial da cidade que precisa ser preservado<sup>7</sup> e, portanto, garantem a salvaguarda daquele território ou, pelo menos, as ferramentas necessárias para lutar contra os processos de violência que enfrentam.

Esta potência de re-existência pode ser percebida na atuação destas mulheres que carregam sua ancestralidade nas relações sociais, mesmo com os processos de subjugação pelos quais estão submetidas, que as impedem de manifestar sua cultura e crenças com liberdade.

A existência de uma matripotência coloca a população negra nesta ambivalência da violação e da força. É na oscilação entre a *clareza* da violência e a *opacidade* da atuação destas matriarcas que se faz possível enxergar caminhos de resistência contra um *sistema interligado de dominação*. Estas matriarcas que se encarregam de manter e perpetuar um modo de viver de matriz africana assumem um papel reativo perante as subjugações sofridas pela população negra. Segundo Portilho (2021, p. 107) esta potência está no “[...] matriarcado como um fenômeno de ordem social, conservado e recriado nas experiências de povos originários, africanos e afrodiaspóricos”.

Uma dessas mulheres é Makota Kidoiale, liderança do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, sediado no bairro Santa Efigênia, na região Leste de Belo Horizonte, que vivenciou em 2011 uma violenta ação do Estado.

Segundo Makota Kidoiale:

Em 2012, o município invade e expulsa os quilombolas do Manzo. Quando retira o terreiro, tira a identidade. Atualmente, o município reconhece o

---

<sup>7</sup> A Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 216 que, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: II - os modos de criar, fazer e viver (Brasil, 1988a).

território, mas não reconhece a perda do terreiro. O patrimônio vivo precisa de políticas públicas.<sup>8</sup>

A liderança avança na questão da violência vivenciada e aponta para a necessidade de reconhecimento desta ambivalência presente nos *modos de criar, fazer e viver* da população negra. De acordo com ela, é necessário:

Dizer ao Estado que neste navio não foram só corpos pretos traficados, foi toda uma ciência africana de conhecimentos orgânicos e todas as tecnologias para nos relacionar com a terra.<sup>9</sup>

Desta forma, o Ser Kilombu está permeado por uma ambivalência entre a ameaça vivenciada a partir de um processo de exclusão e a sabedoria da resistência, que coloca as matriarcas como observadoras externas destes processos de poder, de modo a atuarem como agentes institucionais de transformação para a proteção de sua comunidade.

Makota Kidoiale defende que:

Matripontencializar a política é fazer uma distribuição igualitária dos recursos arrecadados, é fazer política com dignidade e respeito. É garantir direito à terra, para que todos possam ter opção de escolha, de como produzir o seu sustento, além de só oportunidades. É permitir que nós, povos tradicionais, possamos manter nossas tradições, numa política de envolvimento, no desenvolvimento urbano, sem interromper nosso modo de vida nas relações humano e não humano. Matripontencializar a política pública é cuidar, zelar, proteger, as histórias das nossas matriarcas. É não separar pessoas, nem dividir o ambiente, propondo um letramento racial para todas as secretarias, diretorias e, principalmente, seus agentes, que estão sempre na ponta, fazendo uma política engessada baseada nos conceitos ainda coloniais, que sempre vem nos tratando como propriedade a partir da nossa mão de obra.<sup>10</sup>

Partimos da premissa de que a população negra não consegue ser inserida nos processos de poder, o que as torna alvo de violações praticadas pelo Estado por meio de uma ação contra uma comunidade que ameaça um território ou um patrimônio imaterial, conformado nos *modos de criar, fazer e viver* destas pessoas.

Neste sentido, é possível relacionar o conceito *outsider within*<sup>11</sup> de Collins (2016) com a relação estabelecida entre as políticas urbanas e as comunidades

<sup>8</sup> Fala de Makota Kidoiale durante o Primeiro Seminário dos Kilombu, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>9</sup> Diálogo com Makota Kidoiale, realizado dia 5 de junho de 2022.

<sup>10</sup> *Ibid.*

<sup>11</sup> Em nota, a tradutora indica que possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro” e/ou “estrangeiras de dentro” (Collins, 2016, p. 99).

lideradas por mulheres negras. Estas pessoas estão inseridas nos processos urbanos, mas potencialmente fora das dinâmicas hegemônicas de dominação, onde as relações racializadas embasam os privilégios.

Entretanto, a partir dos estudos de Collins (2016), é possível defender que a população negra enxerga o planejamento das cidades numa ótica a partir da sua localização nestas relações, mais especificamente o lugar da mulher negra. Esta perspectiva vai de encontro aos processos de ambivalência que são vivenciados por comunidades quilombolas, onde as mulheres que lideram seu território conseguem compreender as motivações de uma violação e ao mesmo tempo conseguem vislumbrar caminhos para reverter uma violência. Uma vez que, por estarem potencialmente fora das dinâmicas hegemônicas de dominação, elas atuam como uma resistência a estas dinâmicas.

Compreender esta ótica pode ser um caminho para desestruturar ou fissurar a trama racializada que compõem as práticas urbanas do Estado. Collins (2016, p. 101) discute que “[...] trazer esse grupo — assim como outros que compartilham um status de *outsider within* ante à sociologia — para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas”. Neste sentido, propor uma análise de processos urbanos a partir de suas *opacidades* pode evidenciar como estas mulheres conseguem buscar ferramentas para a reversão das violações operadas pelo Estado, bem como compreender como estes processos se dão para, consequentemente, serem questionados e quem sabe serem impedidos.

A análise destes processos de *clareza* pode demonstrar como os processos urbanos fomentam as desigualdades e como o Estado deixa de ser um mediador dos direitos e deveres, passando a ser um agente que atua na segregação entre os que estão inseridos nas dinâmicas e os que estão fora destas relações de poder. Esta ação se dá por meio de violações, como as citadas por Makota Kidoiale, que se repetiram em outras comunidades tradicionais, como é o caso da comunidade quilombola Família Souza, situada no bairro Santa Tereza, também na região Leste de Belo Horizonte. Segundo a liderança Gláucia Cristine Martins de Araújo Vieira, o Estado iniciou um processo de violência contra a propriedade da família, que se organizou institucionalmente como um quilombo a fim de garantir a salvaguarda do território.

O reconhecimento do quilombo como patrimônio imaterial em 2020 se deu por um processo de desapropriação. A autodeclaração nos protegeu do despejo. Teve uma intervenção do prefeito Alexandre Kalil.<sup>12</sup>

Miriam Aprigio Pereira é quilombola da quinta geração, guardiã da memória, historiadora e mantenedora do legado ancestral do Quilombo dos Luízes — antiga Fazenda Piteiras, e reconhece o papel do Estado como agente de violação dos territórios das comunidades tradicionais. Miriam discute o impacto da ação estatal na medida em que esta fragiliza a proteção territorial da comunidade e abre precedentes para que agentes externos façam o mesmo. A historiadora avança na discussão de que é necessário reconhecer o protagonismo dos mantenedores dos espaços quilombolas, na condição de detentores dos Saberes que asseguram a preservação de seus territórios, que driblam as adversidades impostas por um sistema urbano administrado por uma gestão injusta e desigual que os afeta.

Quilombos devem ser categoricamente conceituados como Quilombos, uma vez que os desdobramentos distanciam ao invés de unificar a pauta e a bandeira de luta, chegando mesmo a causar divergências entre os sujeitos de direitos deste tipo de ação. Ainda que, academicamente, os conceitos promovam melhor entendimento acerca do tema abordado em termos práticos, eles não funcionam no cenário das reivindicações e embates, já que tendem a promover e/ou acirrar rusgas e conflitos. Guardadas as devidas considerações, em relação às especificidades presentes em cada histórico de formação quilombola, a referência em comum advém do enraizamento de resistência afrodiaspórica, e em nenhuma medida são urbanos. Territórios pretos ocupados pelos remanescentes da escravidão, lutam a duras penas para preservar o que a urbanização buscou exterminar, através dos processos variados que buscam formas das mais diversas para dizimá-los, tais como a higienização eugenista e a gentrificação que desterritorializa corpos, histórias, memórias e identidades — individuais e coletivas. Afirmar que os Quilombos são urbanos transmite um falso entendimento de que estes seriam um produto do meio, quando a realidade dos fatos revela que a urbanização chega sem pedir licença e sem diálogo, alterando o modo de vida remanescente de forma drástica. No caso Piteira/Luízes é a própria gestão pública que inicia este processo de usurpação deste e de outros lugares de memórias, que abriu precedentes para que outros empreendimentos seguissem reproduzindo um modelo de destruição territorial, que impactou no modo de vida dos descendentes, estabelecendo descontinuidades de muitas das práticas que asseguraram a re-existência identitária. Ocorreu, então, uma severa diminuição da propriedade que inibiu as práticas culturais e impediu a continuidade das tradições. Esses empreendimentos converteram a região em área elitizada e, gradativamente, o preconceito foi-se consolidando neste delineado, que se conforma no espaço que é o confronto entre as construções luxuosas e a remanescência quilombola.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Fala de Gláucia durante o Primeiro Seminário dos Quilombos de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>13</sup> Diálogo com Miriam Aprigio Pereira, realizado no dia 9 de maio de 2022 e revisado no dia 23 de julho de 2023.

Miriam reconhece o papel de resistência quilombola, que luta pelo reconhecimento de seus direitos de existência, por meio da salvaguarda de sua territorialidade, que vêm sendo vilipendiados por agentes externos ao longo de décadas. Mas, a quilombola afirma que a alteridade se processa de dentro para fora, tendo em vista que o povo de Luízes buscou, ao longo do tempo, se adequar ao modo de vida que a urbanização os impôs, ainda que o mesmo não ocorra, quando o tema se volta para a visão do outro: os invasores. A relação estabelecida com o entorno, conforme análise defendida por ela, é de alteridade, ainda que não haja reciprocidade, não se constituindo como via de mão dupla na dialética da relação “nós” X “outros”.

Apesar de tudo, ocorre alteridade por parte dos quilombolas, que na condição de sujeitos culturais, buscam se adaptar às mudanças ocasionadas pela transitoriedade do tempo, e com este entorno - que em tese, os violenta. Salienta-se, contudo, que a usurpação da propriedade compromete a manutenção e preservação de legados e costumes, sendo estes os componentes estruturantes e que formam os Povos e Comunidades Tradicionais, que conferem um sentido de nação ao povo brasileiro. Via de regra nós não oferecemos resistência ao outro. Mas o mesmo não ocorre com os que nos enxergam com o olhar de quem vê de fora, que deslegitimam o direito a esta propriedade ocupada de forma secular e ancestral. Eles criam conceitos pejorativos para nos designar, concebem uma relação cruel de (não) convivência conosco, prevalecendo assim relações estruturadas pela discriminação. Apesar de estar evidenciado em processos judiciais o direito à propriedade de posse da comunidade, ocorre sempre um tratamento desigual, no qual o lado vil da desigualdade pende para os legítimos donos da área usurpada.<sup>14</sup>

Para avançar na discussão do papel das líderes e guardiãs como agentes de atuação em uma Ambivalência Ser Kilombu, é necessário destacar que, a subjugação dessas mulheres apresenta uma amplitude acentuada na medida em que estão sujeitas à racialização de seus corpos e aos processos patriarcais, ambos inseridos em um sistema supremacista. Esta construção histórica que vilipendia estes corpos femininos necessita ser elucidada para que a desconstrução destes processos de violência física e subjetiva possam ser interrompidos ou, ao menos, mitigados.

Collins (2016) destaca a atuação de mulheres negras como protagonistas na resistência aos processos de violência estabelecidos a partir do modo de agir de um *sistema interligado de dominação*.

Segundo a autora:

---

<sup>14</sup> Diálogo com Miriam Aprigio Pereira, realizado no dia 9 de maio de 2022 e revisado no dia 23 de julho de 2023.

As mulheres negras não são apenas *outsiders within* na sociologia. Como um caso extremo de *outsiders* que estão adentrando uma comunidade que historicamente as excluía, as experiências das mulheres negras destacam a tensão vivenciada por qualquer grupo de *outsiders* menos poderoso que se defronta com o pensamento paradigmático de uma comunidade mais poderosa de *insiders* (Collins, 2016, p. 122).

Uma mudança de perspectiva analítica pode encontrar lugar na condição excludente pela qual as mulheres negras estão expostas, inclusive nas relações feministas, conforme relatado por Luciana de Souza Matias, que lidera o processo de autorreconhecimento e certificação quilombola da Família Mattias.

Pra mim é muito difícil falar assim, eu não sou uma mulher feminista. Eu não sou uma mulher feminista porque eu sou filha de homem preto, sou irmã de homem preto, sou mãe de meninos pretos. A masculinidade, principalmente do homem preto foi forjada na crueldade, foi forjada nesse processo colonizado. E o homem preto, o que tem pra eles? A cadeia, a morte. Eu pego é com o orixá. Quando você vê alguma coisa você fica com medo. Mas a minha fé é maior. Mas é muito difícil. A gente dorme e acorda com isso.<sup>15</sup>

Esta fala demonstra um dos aspectos centrais do pensamento feminista negro, que é analisado por Collins (2016) como sendo a natureza interligada da opressão. Segundo a autora, este é um dos preceitos do feminismo negro na medida em que mulheres ligadas ao movimento “[...] perceberam que os direitos civis significavam muito pouco para mulheres e homens negros se o próprio direito à vida continuasse sem proteção” (Collins, 2016, p. 104).

Ainda relacionado ao feminismo negro, Collins (2016) aponta como sendo um terceiro fundamento a importância da realização de um exercício de desvelamento do papel das mulheres negras frente à violência causada por sistemas de dominação, na medida em que pesquisas sociais existentes ainda não tenham dado conta desta complexidade.

Segundo a autora:

Esse terceiro tema chave do pensamento feminista negro — o foco dado à cultura das mulheres negras — é significativo por três razões. Em primeiro lugar, os dados sobre a cultura das mulheres negras sugerem que a relação entre a consciência da opressão das pessoas oprimidas e as ações que elas empreendem para lidar com estruturas de opressão talvez sejam muito mais complexas do que está apontado pela teoria social existente (Collins, 2016, p. 112-113).

---

<sup>15</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

A partir da compreensão de formulações para o pensamento feminista negro, é possível relacionar a atuação de mulheres com as escolhas da sua própria existência, as tomadas de decisões que afetam seus corpos e seu entorno. Collins (2016) defende o protagonismo dessas mulheres como agente de transformação, sendo que:

O ativismo de mulheres negras, ao construírem esferas de influência do feminino negro, por sua vez, afeta as percepções das escolhas políticas e econômicas que lhes são oferecidas pelas estruturas opressivas, influencia ações de fato tomadas e, em última instância, altera a natureza da opressão vivenciada por elas (Collins, 2016, p. 115).

Sendo assim, analisar a Ambivalência Ser Kilombu, enquanto epistemologia negra, pode ser um caminho para a fissuração do pensamento *patriarcal supremacista branco capitalista imperialista* que atua nas diversas instâncias de poder a partir dos processos de *opacidade* protagonizados por mulheres. Do mesmo modo, Velloso (2022) discute que existe uma possibilidade de análise a partir dos processos construídos a partir da colonialidade do poder.

Ao analisar esse diagrama de forças e poderes, vemos que seus movimentos e protagonistas podem ser compreendidos a partir do pensamento de/descolonial, por meio de suas lentes que enxergam a fratura no sistema capitalista: raça, etnia, gênero e classe (Velloso, 2022, p. 135).

O pensamento proposto pela autora pretende alterar a perspectiva de análise a partir de outros saberes. Em seu trabalho, Velloso (2022) discute o trabalho de Raul Zibechi que defende que somente:

[...] a partir de um pensamento descolonizado, que permita realizar análises sem olhos eurocêntricos, é possível dar relevo às distinções da dominação e da resistência locais em múltiplos territórios desde sempre fustigados pela repressão (Velloso, 2022, p. 132).

Mbembe (2021, p. 72) também defende que, para ocorrer uma alteração nas relações humanas é necessário “[...] abandonar os territórios acadêmicos estabelecidos”. Esta afirmação vai de encontro ao pensamento de Velloso (2022). A partir desta proposição analítica, pode-se colocar o protagonismo das mulheres



negras como uma alternativa de resistência aos processos de subjugação criados e recriados por meio do patriarcado supremacista branco.

Reconhecer o papel das mulheres negras que lutam pela autonomia quilombola é colocar estas comunidades como protagonistas de suas ações e, conseqüentemente, num espaço de resistência frente aos processos supremacistas. Segundo Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, mulher negra que atua na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais na área de regularização fundiária, é necessário que seja garantida a salvaguarda das comunidades tradicionais.

Ana Claudia defende que:

O Estado já é obrigado a proteger os direitos daqueles que vieram pra cá, no processo de colonização, para serem escravizados, mas trouxeram para cá também todas as suas realidades e isso foi algo determinante para a nossa formação cultural.<sup>16</sup>

Neste sentido, Ser Kilombu pode indicar uma ambivalência a partir da violência e da resistência, da dor e da força da mulher negra, que se materializa em um Ser Institucional e permite a uma comunidade atuar no espaço urbano como portadores de um patrimônio imaterial que precisa ser protegido.

Para aprofundar na discussão acerca dos processos de ambivalência nos quais o Ser Kilombu está inserido, serão apresentadas as comunidades tradicionais que atualmente são reconhecidas como tais em Belo Horizonte e suas respectivas lideranças.

## 1.1 Quem é Quilombo em Belo Horizonte

Belo Horizonte, cuja porção urbana apresentava, segundo o censo de 2010, 2.375.151 de habitantes, possui cinco<sup>17</sup> comunidades autodeclaradas quilombolas<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

<sup>17</sup> A lista dos quilombos certificados foi disponibilizada pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES, 2021). Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-atualizadaem04062021.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2023.

<sup>18</sup> Em recente divulgação, o IBGE apresentou pela primeira vez dados referentes à população quilombola, o que aponta para uma visibilidade institucional desta população. As informações estão disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/censo-2022-brasil-tem-132-milhao-quilombolas#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022%20mostrou,particulares%20permanentes%20com%20moradores%20quilombolas>. Acesso em: 1 ago. 2023.

Já a região metropolitana da cidade, que agrega outros trinta e três municípios, possui outras nove comunidades autodeclaradas. Trabalharemos aqui com um recorte da realidade de Belo Horizonte, onde quatro<sup>19</sup> das cinco comunidades tradicionais possuem uma atuação de liderança realizada por mulheres. Estas, por meio de sua ancestralidade africana, garantem a salvaguarda dos *modos de criar, fazer e viver* de sua coletividade.

O Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango<sup>20</sup> é liderado por Makota Cássia Kidoiale e está localizado no bairro Santa Efigênia. O Quilombo dos Luízes<sup>21</sup> possui como guardiã da memória Miriam Aprigio Pereira e está localizado no bairro Grajaú. O Quilombo Mangueiras<sup>22</sup> é liderado por Ione Maria de Oliveira e está localizado no bairro Novo Aarão Reis. O Quilombo da Família Souza<sup>23</sup> é liderado por Gláucia Cristine Martins de Araújo Vieira e está localizado no bairro Santa Tereza. No mesmo bairro está localizado o Quilombo Família Mattias, que a partir de um processo de ameaça à moradia, a família se autodeclarou quilombola e foi reconhecida pelas demais comunidades tradicionais de Belo Horizonte.

O Quilombo Mattias é liderado por Luciana de Souza Matias e será tratado na pesquisa como um estudo de caso da Ambivalência Ser Kilombu a fim de demonstrar como uma violência perpetuada pelo Estado, mais especificamente pela regulação urbana de Belo Horizonte, pode ser resistida pela força de união de uma comunidade, liderada por uma mulher que atua como potência de transformação da realidade do seu grupo social.

A figura abaixo indica a delimitação do município de Belo Horizonte (Figura 2). A cartografia pretende destacar a localização das seis comunidades autodeclaradas quilombolas da cidade. Também foi destacado o perímetro planejado do projeto de

---

<sup>19</sup> A Irmandade Os Carolinos da Guarda de Moçambique e Congo Sagrado Coração de Jesus trata-se de um território ancestral ligado às manifestações do Reinado e está localizado no bairro Aparecida, cujo capitão mestre é Nelson Pereira.

<sup>20</sup> Mais informações a respeito das violações pelas quais passou o Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango estão disponíveis em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/30-bens-registrados-comunidade-quilombola-manzo-ngunzo-kaiango>. Acesso em: 1 ago. 2023.

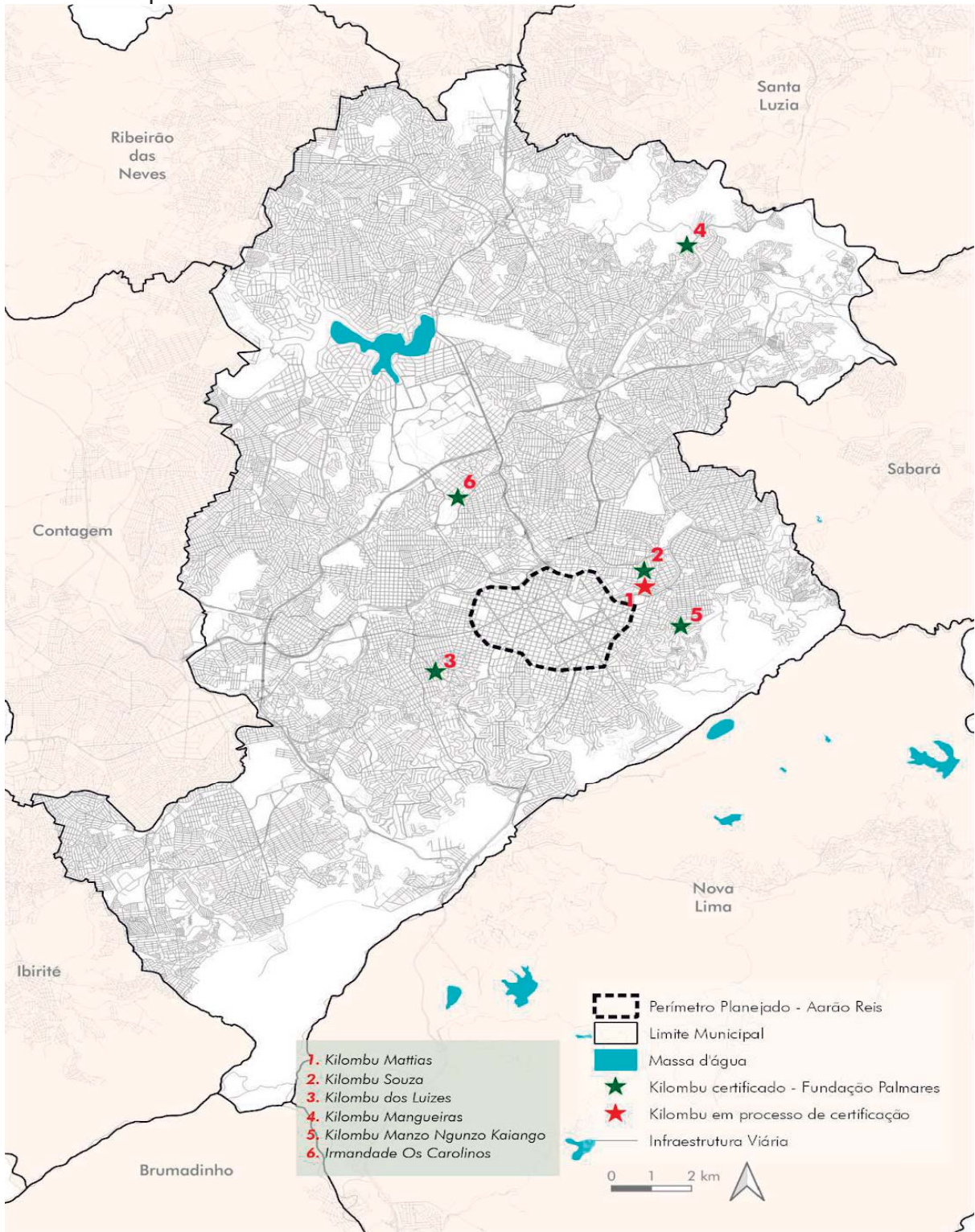
<sup>21</sup> Mais informações a respeito das violações pelas quais passou a comunidade dos Luízes estão disponíveis em: <https://www.cedefes.org.br/entrevista-quilombo-dos-luizes/> e <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35825>. Acesso em: 1 ago. 2023.

<sup>22</sup> Mais informações a respeito das violações pelas quais passou a comunidade do Quilombo Mangueiras estão disponíveis em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-comunidade-de-mangueiras-reivindica-sua-ancestralidade-quilombola-e-a-garantia-da-integridade-de-seu-territorio-tradicional/>. Acesso em: 1 ago. 2023.

<sup>23</sup> Mais informações a respeito das violações pelas quais passou a comunidade do Quilombo da Família Souza estão disponíveis em: <https://www.cedefes.org.br/kilombo-familia-souza-resiste-no-stj/>. Acesso em: 1 ago. 2023.

Aarão Reis, onde está localizado o centro da cidade, cujo contexto histórico de conformação do espaço urbano e impactos para a população negra serão detalhados no próximo capítulo.

Figura 2 – Cartografia de Belo Horizonte com a indicação das seis comunidades quilombolas



Fonte: Cartografia elaborada por Gabriel da Cruz Nascimento a pedido da autora (2023).

Ao analisar a figura é possível perceber que todas as comunidades quilombolas estão fora deste contorno urbano. Com exceção do Quilombo Mangueiras, que está situado mais ao norte da cidade, os demais territórios estão no entorno desta área planejada, sendo quatro deles em região pericentral: Quilombo Família Mattias, Quilombo Família Souza, Quilombo dos Luízes e Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango. Esta proximidade da região central da cidade pode indicar que estes territórios estão em constante disputa, seja pela especulação imobiliária ou pelas relações sociais racializadas que os distinguem. Estas comunidades precisam se manter em alerta contra as ameaças externas de um entorno urbano que invisibiliza a importância da manutenção de seus modos de criar, fazer e viver.

## **1.2 Institucionalizar-se: como ser reconhecido como quilombo**

Para uma comunidade ser considerada institucionalmente como quilombola ela precisa ser necessariamente certificada pela Fundação Cultural Palmares. A fundação foi criada por meio da Lei nº 7.668 em 22 de agosto de 1988 e tem a “[...] finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (Brasil, 1988b, art. 1). Para a realização da certificação, deve ser realizada a abertura de um processo para obtenção da certidão de autodefinição de comunidade remanescente de quilombo (Brasil, 2023).

Caso a comunidade não tenha a posse da terra, também deverá ocorrer um segundo processo para fins de regularização fundiária até a emissão da Portaria de Reconhecimento. Este processo deverá ser realizado junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (Brasil, 2020b). O Instituto foi criado a partir do Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão de “[...] implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional” (Brasil, 2020a).<sup>24</sup> Vale destacar parte do nome dado à autarquia federal enquanto um instituto que promove a colonização de territórios, o que no mínimo é um contrassenso nesta pesquisa, já que a causa quilombola busca resistir aos processos que se iniciaram no período colonial. Apesar desta não ser uma discussão central do trabalho é necessário

---

<sup>24</sup> Informação *online* disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 1 ago. 2020.

evidenciar como esta subliminaridade pode indicar o funcionamento e propósitos de instituições públicas.

Voltando à nossa discussão, é importante observar que se autodeclarar ou se autorreconhecer quilombola não é suficiente para garantir a salvaguarda de uma comunidade que possui modos de *criar, fazer e viver* tradicionais. Ela precisa passar pelo crivo institucional que irá atestar se ela é, ou não é, aquilo que afirma ser. Este é outro tipo de violência que a população negra enfrenta, o da desconfiança de sua legitimidade, da sua verdade, em um julgamento que atravessa a cor da pele. A defensora pública Ana Cláudia defende a importância da autonomia quilombola, mas reconhece a dificuldade para que esta autonomia seja alcançada.

Segundo ela:

A gente está falando de um Estado que tem as suas regras que em tese devem prevalecer para todas as pessoas. Esse “em tese deve prevalecer para todas as pessoas” deve considerar as identidades, pois existe uma diversidade de pessoas que não viveram as diásporas pelas questões étnico-raciais, como as populações negra e a indígena. Os povos originários indígenas, senhores desta terra, que estavam aqui antes do processo de colonização permanecem, ainda, nos dias atuais, sem acesso integral aos seus direitos, pedindo favor para o Estado que se recusa a garantir o que é deles.<sup>25</sup>

No caso das violências vivenciadas pelas comunidades quilombolas de Belo Horizonte, os processos se complexificam, pois a municipalidade se baseia no reconhecimento prévio pelas duas instâncias federais supracitadas, para então avançar no processo de reconhecimento desses territórios como tradicionais. Um exemplo destes mecanismos de complexificação é o Plano Diretor de Belo Horizonte, que demonstra esta defasagem de proteção (Belo Horizonte, 2019). Os processos institucionais relacionados à política urbana de Belo Horizonte serão tratados no terceiro capítulo da dissertação, mas é importante destacar aqui os parâmetros estabelecidos nesta Lei que impactam diretamente na salvaguarda de territórios tradicionais.

A referida Lei estabelece diretrizes de gestão de territórios de comunidades quilombolas por meio da criação de Áreas de Diretrizes Especiais (ADE's). A legislação qualifica três territórios inseridos no contexto urbano de Belo Horizonte como ADE's: o Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, o Quilombo Mangueiras e o

---

<sup>25</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

Quilombo dos Luízes. O Plano Diretor destaca os seguintes objetivos das ADE's dos Quilombos:

- I - reconhecer as especificidades da ocupação de cada quilombo como patrimônio histórico, cultural e simbólico do Município;
- II - proteger os espaços e as práticas culturais construídas por essas coletividades, com respeito às suas formas de expressão e aos seus modos de criar, fazer e viver.
- III - reconhecer e proteger os territórios quilombolas como parte essencial da identidade dos descendentes negros, bem como elementos necessários à manutenção de um estilo de vida e de formas de sociabilidade próprias;
- IV - possibilitar a ocupação e o uso dessas porções territoriais de forma condizente com o modo de vida das respectivas comunidades quilombolas, considerada a condição de uso coletivo da propriedade dos quilombos;
- V - garantir a permanência da população residente nos quilombos, em condições de segurança do ponto de vista geológico e geotécnico;
- VI - restringir usos que impliquem impactos negativos ou que sejam incompatíveis com as atividades exercidas pelas comunidades (Belo Horizonte, 2019, art. 254).

A partir dos objetivos acima indicados, é possível analisar que existe uma tentativa de salvaguarda de territórios de comunidades tradicionais, tanto no que se refere à permanência destas comunidades em seus territórios como pela possibilidade de autonomia de gestão destes espaços, a fim de garantir a manutenção dos modos de *criar, fazer e viver* quilombolas. Entretanto, a Lei não estabelece diretrizes para o reconhecimento destas comunidades, o que pode ser confirmado pelo número reduzido de quilombos reconhecidos como ADE's, e ao mesmo tempo restringe a atuação de agentes públicos para que os mesmos acessem estratégias de proteção de comunidades tradicionais amparadas pela legislação urbanística municipal.

Trazemos aqui alguns questionamentos apresentados por Gláucia Cristine Martins de Araújo Vieira durante o Primeiro Seminário dos Kilombu. A fala da quilombola demonstra suas inquietudes perante os processos institucionais que não impedem que violações se perpetuem: “Se existe uma ADE dos quilombos por que não usar para uma comunidade que não pode ser dividida? Por que não simplificar? Por que precisa do certificado do INCRA e do IEPHA? INCRA são técnicos”.<sup>26</sup>

É importante destacar, também, que apesar do mecanismo de proteção territorial existente na Lei Municipal nº 11.181/19, a regularização fundiária das três comunidades caracterizadas como ADE's ainda não ocorreu (Belo Horizonte, 2019a). Em consulta ao site da Prefeitura, até o dia 25 de julho de 2023 existe uma previsão

---

<sup>26</sup> Fala de Gláucia durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

de realização do Plano de Regularização Urbanística (PRU), mas que ainda não foi efetivado. Desta forma, fica evidenciado que um dos instrumentos legais de atuação da política urbana, o Plano Diretor de Belo Horizonte, não amplia uma discussão acerca das relações racializadas presentes no território, bem como não se aprofunda na caracterização de outros territórios que possuem manifestações de matriz africana por relacionar esta caracterização a processos instaurados previamente em instâncias federais.

Pode-se, então, identificar uma incoerência na referida Lei, na medida em que apesar de ser objetivo do município “[...] reconhecer as especificidades da ocupação de cada quilombo como patrimônio histórico, cultural e simbólico do Município” a proteção e valorização dos aspectos simbólicos de cada comunidade fica num segundo plano enquanto procedimentos legais ditam as regras deste reconhecimento (Belo Horizonte, 2019, art. 254). A partir deste entendimento é possível avançar no seguinte questionamento: a insuficiência de parâmetros legais na política urbana pode indicar que estes mesmos mecanismos estão inseridos em um *sistema interligado de dominação*?

Na fala de Makota Kisandembu, diretora da Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção de Igualdade Racial de Belo Horizonte (DPIR) e Presidenta do Conselho de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte (COMPIR), compreende-se que alguns passos foram dados em direção à proteção da população negra que conforma comunidades tradicionais, mas que este é o início de um processo de salvaguarda.

A Prefeitura já entendeu que tem que fazer um enfrentamento ao racismo e os órgãos precisam se tornar antirracistas. Nesse ínterim que estou na Prefeitura, os povos e comunidades tradicionais saíram da invisibilidade. As situações foram sanadas? Não.<sup>27</sup>

A partir da certificação emitida pela Fundação Palmares, outras instâncias municipais conseguem avançar em uma movimentação institucional para garantir a salvaguarda destes territórios tradicionais, como instâncias nas áreas do patrimônio e da cultura. Não é objetivo da pesquisa discutir como estas instâncias atuam. O que precisa ser evidenciado é que o planejamento urbano de Belo Horizonte não consegue garantir que todas as comunidades quilombolas da cidade sejam territorialmente protegidas, seja pela ausência de reconhecimento ou pela morosidade nos processos

---

<sup>27</sup> Diálogo com Makota Kisandembu, realizado no dia 25 de março de 2022.

de regularização fundiária. A fala de Miriam Aprigio Pereira discute esta ineficácia dos processos institucionais, mesmo sendo uma comunidade certificada pela federação e reconhecida municipalmente, como é o caso dos Luízes.

Ser ADE e Patrimônio Imaterial deveria, na prática, funcionar como um canal de fluidez, comunicação e informação entre os agentes públicos e os povos tradicionais. A grande dificuldade é se fazer entender nesta perspectiva, quando o que falta é justamente reconhecimento e vontade política. Toda burocracia imposta pelo Estado visa distanciar as demandas sociais do cumprimento do que seria a obrigação da gestão pública, conforme regulamentado pelo Decreto 6.040 e artigos 215 e 216 da CF. Estar regulamentado dentro dos códigos estatais deveria representar um avanço, no entanto, muito pouco se converte em prática, o debate em certas ocasiões, se apresenta profícuo no campo das ideias, porém, nada se efetiva. Nós temos sempre que ceder à imposição do Estado, sendo que o Estado não cria canais de comunicação e os canais criados por nós não são utilizados para que as informações sobre as comunidades tradicionais sejam acessadas. Nós temos um modo de enxergar o nosso lugar no mundo, temos nossos próprios protocolos, nossa forma de autogestão, que assegurou até aqui, o nosso histórico de resistência. O que ocorre é uma alteração da nossa dinâmica social impactada pelas imposições que não viabilizam negociações entre as partes, privilegiando somente o que nos é imposto de cima para baixo.<sup>28</sup>

Conforme discutido acima, as violências sofridas por comunidades tradicionais de Belo Horizonte, cujos territórios foram ameaçados, as conduziu à busca por uma institucionalização para fins de salvaguarda e reconhecimento por parte de órgãos federais e, conseqüentemente, pela municipalidade. Esta busca por direitos e proteção tem sido protagonizada por mulheres negras, que por meio da sua liderança conseguem alcançar uma possibilidade de proteção territorial para a sua comunidade. Este é o caso de Luciana de Souza Matias, que se aliou às demais lideranças quilombolas da cidade para garantir a salvaguarda dos modos de *criar, fazer e viver* da Família Mattias.

Foi na força do ódio que eu me tornei esta liderança. Foi na dor mesmo. Eu sempre fui essa pessoa, se tiver que fazer mesmo. Eu e minha irmã, mas nesta situação eu que fiz. E a gente vai se apoiando. A gente vai virando essa corda de união. Que não se arreventa. Às vezes, uma está mais frágil, outra segura, vão “bora”. Isso aconteceu comigo o tempo inteiro. A Gláucia mesmo, ela fala: “Luciana, não chora. Tá, você chora, mas você fala”. A gente se tornou uma irmandade.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Diálogo com Miriam Aprigio Pereira, realizado no dia 9 de maio de 2022 e revisado no dia 23 de julho de 2023.

<sup>29</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.



A fala de Luciana demonstra as duas existências vivenciadas por ela: a da violência sofrida e da matripotência, que foi preciso ser acionada para lutar contra as violações a que foi exposta, inserindo-a num contexto de ambivalência experienciado por pessoas negras e que serão detalhadas a seguir.

### **1.3 Um novo Ser Kilombu em Belo Horizonte**

Neste subcapítulo, serão analisados os processos pelos quais a Família Mattias passou desde a sua mudança para o atual bairro Santa Tereza até a decisão de se autodeclarar quilombola. Inicialmente, será contextualizado o espaço urbano que envolve o quilombo e as relações estabelecidas com a comunidade local atualmente. Objetiva-se demonstrar que o bairro está inserido no entorno de uma comunidade tradicional e não o contrário, uma comunidade em um bairro, a fim de discutir a necessidade de adequação do entorno ao território quilombola. Para tanto, será apresentado um relato de como as relações da comunidade com a cidade foram delineadas ao longo dos anos.

Num terceiro momento, será discutida a violência perpetrada pelo Estado, no caso, o embargo da obra de reforma e ampliação das moradias da comunidade. Este embargo foi realizado pela fiscalização regional vinculada à Subsecretaria de Regulação Urbana da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Por fim, serão discutidos os caminhos percorridos pela comunidade desde a violência sofrida até se autodeclarar quilombola, sendo este um caminho de reconhecimento protagonizado por Luciana de Souza Matias, que tem buscado institucionalizar o Quilombo Família Mattias, a fim de garantir a salvaguarda os modos de *criar, fazer e viver* de sua comunidade.

#### **1.3.1 Santa Tereza: dois quilombos em um bairro ou um bairro no entorno de dois quilombos?**

Localizado na Zona Leste de Belo Horizonte, o bairro Santa Tereza possui um significativo patrimônio histórico material que foi tombado pela municipalidade. Por se tratar de um espaço urbano localizado em uma área pericentral da cidade e que possui um patrimônio urbanístico relevante, os processos de desenvolvimento urbano da região já foram alvo de outras pesquisas, como o *Dossiê de Tombamento Rua*

*Divinópolis, 296, Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza*, elaborado pela Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2022).

O presente trabalho não pretende fazer uma contextualização destes processos históricos, mas irá focar nos parâmetros urbanísticos que conformam o bairro Santa Tereza atualmente, pois eles afetam diretamente as violências vivenciadas pela comunidade que integra este estudo. Vale destacar que, além de sua excepcionalidade arquitetônica enquanto patrimônio histórico de Belo Horizonte, o bairro vem passando por um processo de embranquecimento que tem alterado as dinâmicas sociais do espaço urbano, o que também afeta diretamente a comunidade quilombola Família Mattias.

Isto posto, as discussões apresentadas serão focadas nestes dois aspectos considerados determinantes para compreensão dos impactos do entorno junto à comunidade: seus parâmetros urbanísticos atuais e o embranquecimento do bairro.

Devido às demandas de proteção do patrimônio urbanístico edificado no bairro Santa Tereza, a Lei Municipal nº 8.137/2000 estabeleceu a Área de Diretrizes Especiais (ADE) de Santa Tereza. Esta regulamentação garantiu a preservação das características residenciais, impedindo o avanço de uma especulação imobiliária que poderia fomentar a verticalização do bairro e, conseqüentemente, ser destrutiva para o patrimônio edificado (Belo Horizonte, 2000).

O Plano Diretor mantém a ADE Santa Tereza e destaca no Capítulo XI:

Art. 235 - A ADE Santa Tereza tem como objetivo a proteção da ambiência, da paisagem e das edificações que remontam às primeiras décadas do século XX, bem como a preservação do modo de vida local (Belo Horizonte, 2019, art. 235).

Já o Anexo XII do Plano diretor está dividido em doze tópicos que estabelecem os parâmetros urbanísticos de parcelamento e uso do solo urbano. Estes tópicos referem-se a parâmetros para parcelamento do solo, espaços para veículos, diretrizes de afastamento frontal, afastamentos laterais e de fundos, altura máxima da edificação na divisa, relação entre área e pé-direito, bem como instrumentos que podem garantir benefícios urbanísticos, parâmetros específicos para hospitais e edificações horizontais, coeficiente de aproveitamento e quota de terreno por unidade habitacional, taxas de ocupação e permeabilidade e limite de altimetria. No caso da ADE Santa Tereza, são apontados parâmetros específicos para o tipo de vedação no

afastamento frontal mínimo, quanto aos afastamentos laterais e de fundos, altura máxima na divisa, bem como indica a não aplicabilidade de parâmetros urbanísticos especiais para edificações horizontais inseridas nesta ADE (Belo Horizonte, 2019).

A partir da análise dos parâmetros urbanísticos estabelecidos na Lei, é possível concluir que estes parâmetros conseguiram impedir que um processo de gentrificação ocorresse no bairro, o que segundo Alcântara (2018) está relacionado a:

Em sua definição primeira, o termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas (Alcântara, 2018, p. 1).

Neste sentido, a gentrificação de um espaço urbano pode estar relacionada aos processos de especulação imobiliária que atuam e alteram as dinâmicas sociais locais. No caso do bairro Santa Tereza, a criação de diretrizes especiais para o bairro pode ter permitido que a manutenção da paisagem fosse preservada (Arcanjo, 2021). Entretanto, para aqueles que estão no bairro desde o início de sua expansão urbana, apesar do processo de especulação ter sido em alguma medida coibido pelos parâmetros urbanísticos implementados, é necessário compreender que, o embranquecimento local tem ocorrido, o que demonstra que a gentrificação está em andamento e, portanto, o bairro amplia suas características de território racializado.

A percepção de Luciana de Souza Matias referente às relações racializadas presentes no bairro demonstram este processo de embranquecimento.

Segundo ela:

Os vizinhos que vem agora para Santa Tereza vem todos em prédios, pessoas brancas. Santa Tereza está passando por um processo de embranquecimento. Eles nos olham como se fossemos invasores. Muitos moradores dos prédios nem um bom dia dão mais. Nossa casa que recepcionou. Nossa família é que recepcionou. Os vizinhos que a gente tinha já morreram. E com esta questão imobiliária de Santa Tereza ter se tornado o que se tornou hoje, esse bairro “pop”, as pessoas que vem pra cá são pessoas que a gente não tem relação. Nós não temos relação com os nossos vizinhos. O bairro Santa Tereza insiste em nos discriminar, apesar de meus antepassados terem servido ao bairro. Não nos reconhecem como guardadores de saberes ancestrais.<sup>30</sup>

Apesar da existência de outro quilombo no bairro Santa Tereza, que é certificado e reconhecido como patrimônio imaterial da cidade, o Quilombo Família

---

<sup>30</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

Souza, bem como a existência de parâmetros urbanísticos que impedem a gentrificação do bairro, estes fatores não foram suficientes para manter a invisibilização da Família Mattias no espaço urbano, o que os torna vulneráveis às violações externas. Estas violências ocorrem na medida em que o entorno urbano se sente ameaçado pela comunidade, desse modo, ao invés de protegê-la, ele atua como agente de violação dos modos de *criar, fazer e viver* quilombola.

### 1.3.2 A Família Mattias e sua relação com o urbano

Para contextualizar a inserção do Quilombo Família Mattias no espaço urbano, serão trazidos relatos realizados em uma conversa com Luciana de Souza Matias, que descreve como foi a chegada da família ao bairro, para então estabelecer uma compreensão da conformação das relações sociais atuais. Pretende-se discutir como os direitos da uma comunidade são violados, a partir das violências sofridas, o que afeta a cidadania destas pessoas.

Os trechos do diálogo realizado com Luciana indicam a vulnerabilidade da família frente aos processos burocráticos estabelecidos pelo Estado, na medida em que apesar de serem os herdeiros de outros imóveis na cidade, a inexistência de um registro oficial fez com que eles perdessem parte da herança que foi adquirida por um de seus antepassados. Segundo seus relatos, foi durante a violência que sofreram em 2017, com o embargo de uma obra de reforma e ampliação iniciada para garantir a moradia de parte de seus integrantes, que a família descobriu que estava prestes a perder o território.

Este lote aqui é de 1924. Quem comprou este lote foi meu tio Martinho Matias. O tio Martinho era um trabalhador que era um empreendedor. Naquela época, aquela coisa de comprar terra era mais acessível e Santa Tereza não era essa Santa Tereza. Então ele comprou lotes aqui, no bairro Paraíso, no Sagrada Família.

Na família, eles falam que meu tio foi assassinado, envenenado. Ele não tinha filhos. Era casado, mas não tinha filhos. Acabou que a família perdeu este lote, perdeu outros lotes. A gente ficou com esse. Ficou com o lote da Vila Paraíso, o pessoal do Sagrada Família.

Ele não tinha nada escrito que ele era o dono. Ele tinha o registro dele. As minhas tias não sabem explicar como foi o processo. Mas perdeu. Aqui continuou no nome dele.

Eu tinha uma tia Isabel que era irmã do meu avô, lembro dela falar, eu tenho uma memória da infância muito forte, algumas coisas eu lembro da tia Isabel

falar: “Gente, a gente precisa fazer o inventário do lote”. Lembro dela falando isso. Eu nem sabia o que era inventário. Hoje, quando estas coisas acontecem isto tudo vem à tona. A Bebel falava isso. E sempre a gente falava: “Não Bebel, a gente não tem condições de fazer isso, isso é muito caro”. Só que a família sempre pagou IPTU e a gente achava, realmente, o fato de pagar o IPTU, que isso nos dava o direito, que o lote era nosso.<sup>31</sup>

Neste momento, eles tiveram que iniciar um processo de regularização do lote e de tentativa de resolução do embargo, que será detalhado mais à frente. Com relação à regularização do lote Luciana explica que:

Entre eu, papai e minha irmã, a gente teve que pagar o advogado para mexer com a questão do inventário daqui que seria como usucapião. Isso é outra coisa, um absurdo, porque a gente tinha que perguntar para o lote da direita, da esquerda, da frente, de quem tá atrás do lote, se nós invadimos a casa. Se não foi invasão. A maioria desses vizinhos aqui hoje, eu os vi chegar. Tenho 45 anos de idade. Foram coisas absurdas neste processo da gente ter que falar com os vizinhos que a gente não invadiu a casa.<sup>32</sup>

A fala de Luciana demonstra o entendimento da injustiça a que foram expostos, a partir da percepção de que há uma invisibilidade da comunidade diante dos procedimentos burocráticos que tiveram que passar para realizar uma regularização de um imóvel que sempre pertenceu à família.

A defensora Ana Cláudia analisa essa invisibilização, pela qual a Família Mattias tem sido vítima:

O fato de nascer já diz que eu tenho direito ao espaço nesse ambiente que é o planeta Terra. O meu corpo ocupa esse espaço. É por isso que se trabalha hoje com a questão do corpo, para demonstrar como funciona a invisibilidade e como esta é determinante na estrutura racista. Estruturalmente, há uma recusa do corpo negro, das suas necessidades específicas. Esta recusa que diz: “Não, você não existe”, apesar do corpo demonstrar que ele está ali. A lógica estatal ainda responde que está escrito no papel que aquele corpo negro não existe. Isto é enterrar uma pessoa. Tá lá o corpo estendido no chão de João Bosco. Eu quero recusar. Eu estou vendo a pessoa ali, está lá o corpo estendido no chão e ninguém quer que aquela pessoa exista. A lógica daquele gestor é convencer todo mundo, fazer papel, papel, papel, pra provar que aquela pessoa nunca existiu, apesar de ver que ela está lá. Isso é assim mesmo que acontece. Leva isso metaforicamente para todas as outras estruturas. A vontade de convencer que você não existe. Essa é a situação que a gente enfrenta quando vai defender direitos que são considerados inexistentes. Por isso que eu acho tão importante levar para esse lugar e dizer: “Não. É o seu parâmetro que não quer enxergar o que você está vendo. Porque ele existe e você está vendo. Se você não estivesse vendo, você não estava conversando com ele”.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

<sup>32</sup> *Ibid.*

<sup>33</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

A partir da fala de Ana Cláudia, percebe-se que o Estado aciona mecanismos para impedir que a população negra tenha seus direitos garantidos ou que tenha que lutar para provar a sua existência, como tem sido o caso do Quilombo Família Mattias. Estes mecanismos são acionados sempre que a supremacia branca se sente ameaçada, como no caso do embargo que a comunidade sofreu em 2017 e que será detalhado a seguir.

### 1.3.3 A violência na forma de um embargo de obra

Figura 3 – Área da reforma do Quilombo Mattias após embargo que permanece inacabada



Fonte: acervo pessoal (2023).

Nós tivemos, em 2017, um processo de violência muito grande que foi do embargo da obra que a gente estava construindo. A princípio a gente ia fazer um segundo pavimento que era a minha casa. Eu estava em uma segunda união e a gente precisava, porque a gente morava aqui, na casa dos meus pais. Depois vieram minhas duas filhas, então a gente teve esta necessidade de ampliar o espaço e a gente queria fazer de uma forma que não prejudicasse ninguém, mas a gente não tinha condições financeiras para fazer da forma como a Prefeitura exige, com um acompanhamento técnico, porque tudo é muito caro. E a gente estava com uma urgência, com duas meninas pequenas. Em 2017, a Marília estava com 2 anos de idade. E aí, foi muito violento, porque a gente começou a fazer a obra. Neste momento, a gente ia fazer só o segundo pavimento. E a minha mãe aproveitou o momento também para fazer a reforma aqui na casa, que já estava precisando fazer uma reforma. Só que a gente não teve tempo, porque os vizinhos vieram aqui. A gente estava batendo na parede, aí eles vieram. Inclusive, meu ex-companheiro atendeu, mostrou o que a gente estava fazendo aqui. Como tem o prédio ao lado, a gente não tem privacidade nenhuma. Então, quando a gente começou a fazer a obra, eles ficavam o tempo inteiro na janela olhando. E quando descobriram que a gente ia fazer o segundo pavimento, foi uma coisa tão bizarra que no outro dia já tinha fiscal aqui. Eu, nos meus pensamentos, penso que esta denúncia que veio do prédio, ela vem de uma pessoa que é influente na Prefeitura. Porque não tem condições da rapidez que foi. Um dia eles estavam aqui, no outro dia o fiscal estava aqui. Eu estava na hora do embargo. Foi em maio de 2017. E aí foi uma coisa horrível, porque a obra teve que parar, minha mãe e meu pai não tinha condições deles ficarem aqui. As paredes já tinham sido demolidas. A gente se ajustou por um tempo na casa das minhas tias aqui. A minha tia, que tem 81 anos, passou a cama dela para meus pais dormirem e ela passou a dormir no sofá. Então foi uma coisa surreal. E eu, dormindo aqui com a minha família toda, meu companheiro, meu filho, minhas duas meninas, tudo aqui num cômodo. Então a minha casa ficou assim, uma cozinha, um banheiro, um quarto e um banheiro. E aí minha irmã falou: “Vamos levar mamãe e papai lá pra casa, porque não tem condições deles ficarem aqui”. Então meus pais foram para a casa da minha irmã e desde 2017 que eles estão lá. Aí depois a gente ficou naquela situação: agora tem que regularizar a obra. E para regularizar a obra tem um monte de coisas. Aí a gente descobriu também que a gente estava quase perdendo o lote.<sup>34</sup>

A partir do relato acima é possível compreender que a busca de Luciana e de sua família é pelo direito à moradia, mas foi com o impedimento de alcançar este direito que eles perceberam que o lote também não estava regularizado. Neste momento, foi necessário buscar formas legais para realizar esta regularização, bem como a aprovação da reforma pretendida junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Em seguida, iniciaram o processo de inventário por usucapião, conforme relatado por Luciana, bem como contrataram um arquiteto para auxiliar no processo de aprovação do projeto de reforma e ampliação. Luciana descreve estes primeiros processos.

---

<sup>34</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

A gente ficou na parte “correta” da coisa. Essa parte “correta” nem sempre significa que ela vai ser favorável para a população. Eu fiquei assustada quando o arquiteto veio aqui e explicou o processo pra gente. Nós fizemos uma reunião na família para explicar. Para pagar o arquiteto. Não era questão só da minha casa, era o lote todo. Então nós dividimos. Dividimos entre os irmãos para pagar o Leonardo.<sup>35</sup>

Logo após o embargo, a comunidade contratou o arquiteto Leonardo de Jesus, que iniciou a elaboração do projeto de reforma e ampliação e a preparação da documentação necessária para abertura de processo junto à Subsecretaria de Regulação Urbana de Belo Horizonte (SUREG). Não entraremos nas burocracias envolvidas no processo de aprovação do projeto, mas saltaremos para o desfecho do caso, que foi a compreensão pela comunidade de que seria impossível acatar aos parâmetros de uso e ocupação do solo estabelecidos no Plano Diretor (Lei Municipal nº 11.181/19), que inclui o cumprimento das diretrizes estabelecidas para terrenos inseridos na ADE de Santa Tereza. Nesse ínterim, desde 2017, a família iniciou uma batalha pelo direito à moradia.

Este movimento levou Luciana a acessar sua ancestralidade africana, na medida em que a fez compreender que as mesmas violações territoriais passadas por sua família, foram vivenciadas por outras comunidades e que, portanto, era necessário proteger seu território, bem como garantir a salvaguarda de um patrimônio imaterial que possui modos de *criar, fazer e viver* construídos a partir de saberes tradicionais de matriz africana. Em paralelo a este entendimento, surgiu a necessidade da atuação de Luciana enquanto uma líder de sua família para a conformação de uma comunidade quilombola. Esta liderança ocorreu como nos demais processos de salvaguarda de outros quilombos de Belo Horizonte, por meio da potência de atuação de uma mulher negra, no caso Luciana, que iniciou uma luta pela manutenção dos modos tradicionais de sua família.

O relato abaixo demonstra que o autorreconhecimento de Luciana como quilombola só foi possível devido ao reconhecimento de um agente externo, no caso Gláucia Cristine Martins de Araújo, do Quilombo Família Souza. A experiência quilombola de Gláucia a fez identificar na Família Mattias os mesmos modos de *criar, fazer e viver* de um quilombo.

Segundo Luciana:

---

<sup>35</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.



Quando foi em 2021, eu comecei a participar como pesquisadora de um projeto, que é da professora Vitória Régia Isaú da UEMG, sobre os quilombos urbanos. Ele foi um projeto que se iniciou *online*. Quando eu ouvi a violência do Quilombo Manzo, através da fala da Makota Cássia Kidoiale, quando ela começou a falar, eu falei assim: “Gente, nossa, mas ela está contando a minha história”. Na hora que eu pedi a fala, eu comecei a contar a história do que tinha acontecido comigo. No dia, estava o Quilombo Manzo e o Quilombo Família Souza e outras pessoas da pesquisa. E quando eu fiz a minha fala, a Gláucia do Quilombo Família Souza, abriu o microfone e falou: “Luciana, você é quilombola. Você é quilombola”. Só que, esse ser quilombola assumida, nesta instituição, como certificação, isso nunca passou pela minha cabeça, mas afetivamente eu sempre me considerei uma quilombola. Eu lembro, quando eu era pequena, eu assistia alguns filmes com meu pai e teve uma vez que a gente assistiu um filme de um quilombo. Eu cheguei pro papai e falei: “Ô, pai”. Acho que eu tinha 12 anos, 11, 12 anos. “A gente mora num quilombo né, pai? A nossa casa é toda grudadinha uma na outra, a gente mora junto, a gente faz tudo junto”. Ele falou assim: “É filha, a gente é um quilombo”. Desde esse momento, sempre que eu chamava alguém pra vir aqui em casa eu sempre falava, a gente, você vai lá no meu quilombinho. Sempre, sempre, sempre, sempre.

Eu, como professora de artes, tive uma proximidade muito grande com o Quilombo dos Arturos. Eu fui professora de dança lá no Quilombo dos Arturos, eu que levei o jongo lá pros Arturos. Tenho um relacionamento muito próximo deles. Então, assim como eu tive essa relação muito próxima deles, observando o modo de vida deles, eu falava: “Nossa, lá em casa também é assim”, “Lá em casa também é assim”, “Lá em casa também acontece isso”. Essa coisa de comer junto, de estar junto, dos filhos que nascem é filho de todo mundo. Eu pude trabalhar tranquilamente, porque eu sabia que meus filhos estavam bem guardados aqui, protegidos. Sempre tive essa segurança de trabalhar o dia inteiro. Eles estão no quilombinho.<sup>36</sup>

É necessário evidenciar que a compreensão deste processo de reconhecimento partiu da visão de um agente externo, no caso a Gláucia. Uma vez que, em uma sociedade racializada, se autodeclarar quilombola é de um lado reconhecer e valorizar sua ancestralidade africana, mas também é afirmar socialmente que sua ancestralidade até as gerações atuais foram alvo de subjugações raciais retransmitidas. Além disso, para garantir que os seus saberes tradicionais sejam preservados, é necessário se tornar uma resistência institucional que possa alcançar ferramentas para exercer esta manutenção. Luciana corrobora com este entendimento.

De acordo com ela:

Pelo processo do racismo estrutural as pessoas pretas não vão querer se assumir como quilombola. Porque é muito difícil se assumir quilombola, porque você está assumindo toda uma história. É uma questão de reparação mesmo. Assumir que a sua família o tempo inteiro esteve à margem. Mesmo tendo vitórias, é tudo muito na dor. É difícil a gente assumir a dor.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

<sup>37</sup> *Ibid.*

Mediante este autorreconhecimento, Luciana buscou os caminhos institucionais para se autodeclarar quilombola por meio da abertura do processo de certificação junto à Fundação Palmares, com a assessoria da pesquisadora Patrícia Aparecida de Brito. Após uma primeira visita ao território da família, a pesquisadora informou que seria necessário a realização de uma assembleia pública de autorreconhecimento. Luciana optou por realizar a assembleia em frente ao seu território para dizer à vizinhança que os discrimina que a partir daquele momento resistiriam institucionalmente às opressões vivenciadas.

Conforme relatado por ela:

Quando foi em 24 de outubro de 2021, a gente fez a nossa assembleia pública, que aí a gente chamou os moradores do bairro, a associação do bairro veio, veio alguns gabinetes, o gabinete da deputada Andreia de Jesus. Eu falei assim: “Nós vamos fazer essa assembleia na rua. Nós não vamos fazer aqui dentro de casa, nós vamos fazer é na rua, porque eu quero que estes moradores aqui vejam. Já que eles não nos reconhecem, a gente vai fazer esse processo na rua”. Então, no dia 24 de outubro de 2021, a gente fez a assembleia. A gente fez o reconhecimento.<sup>38</sup>

Esta foi a matripotência acessada por Luciana que a tornou líder de sua comunidade quilombola, a partir de sua ancestralidade afrodiáspórica. Para tanto, foi necessária a elaboração de documentos técnicos que comprovassem a existência do Quilombo Família Mattias, no caso, um parecer que descrevesse os processos históricos de constituição do quilombo. Assumir esta responsabilidade conectou Luciana com a história de escravização de seus antepassados e realizou uma costura histórica com os dias atuais. Luciana destaca alguns pontos importantes desta trajetória.

A minha família foi escravizada pelo Mosteiro de Macaúbas. E aí, quando a Patrícia veio, a gente começou num outro processo. Que foi a gente ligar as falas da minha madrinha, com a fala das minhas tias mais velhas, do meu pai. E a gente vê uma proximidade com o Quilombo de Pinhões, porque a família foi escravizada pelo Mosteiro de Macaúbas. A gente tem ligação muito próxima com o Quilombo de Pinhões. A família vem de Macaúbas, minha madrinha é de Macaúbas, que tem 95 anos. Ele vem de lá pra cá. Lá era uma grande fazenda, com a expansão ferroviária, ela acabou. As pessoas negras de lá vieram para a cidade, para construir Belo Horizonte. Que foi onde minha família veio, eles vieram pra cá. Isso já no início do século. Meu avô veio casado com a minha avó, com minha madrinha que era a filha mais velha. Vieram pra cá.

---

<sup>38</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

E nessa coisa da gente se reconhecer, buscar a história. Eu fui a Pinhões, conheci uma família Teles, porque a minha bisavó chamava Ana Teles. O Teles é lá de Pinhões. A gente vê essa ligação. Vendo a certidão de nascimento da minha bisavó, eu vejo um nome lá que é Lourença do Espírito Santo. A minha madrinha contou que esta Lourença se chamava Sakinta. Minha madrinha lembra da Sakinta, meu pai lembra de falas dessa Sakinta. O nome dela era Sakinta, ela falava engraçado. Era africana.

Com o processo de escravização da igreja, eles mudaram o nome da minha trisavó e colocaram Lourença do Espírito Santo. Por várias gerações, a família toda tinha nome de santo. Na minha geração e na geração do meu primo, que é anterior à minha, que muda isso. A gente deixa de ter nome de santo. Até a geração do meu pai, todos tinham nome de santo. Meu pai chama Márcio Antônio por causa de Santo Antônio. Márcio Antônio Matias, por causa do meu avô que se chamava Antônio também. Meu pai foi o único filho que sobreviveu, porque os homens todos tinham falecido.

Então, essa coisa da gente correr atrás da nossa história, foi me dando mais gana. Era bonito e triste ao mesmo tempo, que a história do povo negro não tá aí. Tá aí e não tá aí. É invisibilizada. Os registros, tem muito registro que a gente não encontrou. Tudo é muito forte.<sup>39</sup>

A partir do momento em que Luciana iniciou sua liderança e se assumiu quilombola, ela começou a participar de eventos relacionados com esta questão a fim de buscar apoio frente à violação da moradia vivenciada pela família. Estas participações serão detalhadas no capítulo *Ser Institucional*. Entretanto, é importante destacar que, esta iniciativa pode indicar como a liderança assumiu sua institucionalidade quilombola e tem encontrado espaço para buscar apoio junto a outras institucionalidades.

Dentre estas participações, destacam-se o Primeiro Seminário dos Kilombu e a VI Conferência Municipal de Política Urbana que ocorreram, respectivamente, em maio e novembro de 2022. No dia 19 de janeiro de 2023, ocorreu a Plenária Extraordinária do COMPIR. Esta plenária, que também será aprofundada no capítulo 3, foi realizada no território do Quilombo Família Mattias e teve como principal pauta a questão da violência à moradia que a família enfrenta.

A atuação de Luciana alcançou uma articulação institucional que não seria possível antes da autodeclaração quilombola. Partindo disso, é fundamental questionar os processos pelos quais os parâmetros criados pelo planejamento urbano tentam enquadrar realidades que não conseguem se adaptar a eles, como foi o caso da tentativa de aprovação do projeto para reforma e ampliação do Quilombo Família Mattias.

---

<sup>39</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

## 1.4 Uma questão de parâmetros

A partir dos relatos trazidos e discussões apresentadas, é possível levantar algumas questões: as manifestações de matriz africana em Belo Horizonte se resumem a estes três territórios? Como são protegidas as outras comunidades que não foram contempladas por diretrizes especiais? O reconhecimento como ADE de três territórios quilombolas em Belo Horizonte possibilita que agentes acessem estratégias de proteção de comunidades tradicionais no espaço urbano ou a ausência de outros elementos teóricos e práticos relacionados à questão racial possibilitam que estes mesmos agentes desconsiderem a racialização do território urbano como uma realidade a ser questionada e, portanto, deve ser mantida esta conformação socioespacial?

Estas perguntas buscam questionar até que ponto os parâmetros de planejamento urbano mantêm a lógica de racialização dos espaços na medida em que eles podem exigir que determinadas realidades se adequem a um padrão de uso e ocupação do solo urbano que é inacessível para essas pessoas. O que ocorre, em muitos casos, é uma impossibilidade de adequação, fazendo com que estas realidades permaneçam na “ilegalidade” ou na busca por alternativas para resistir a estes parâmetros, como foi o caso do Quilombo Família Mattias.

A defensora Ana Cláudia argumenta que:

A arquitetura tem os parâmetros urbanísticos que são colocados como a cidade ideal. Um ideal que não dialoga com todas as pessoas, nem aquelas que estão ali buscando o seu reconhecimento como uma tradicionalidade dentro do meio da cidade, nem as outras que vão tentar também adequar os seus projetos a essa concepção urbana de espaço.<sup>40</sup>

No caso de uma comunidade quilombola, é necessário compreender que, por ser um território tradicional, a adequação a parâmetros urbanísticos atuais pode afetar as características deste espaço, sendo, portanto, necessária a elaboração de parâmetros específicos para estas realidades.<sup>41</sup> Neste sentido, deve-se garantir à população quilombola sua autonomia para *criar, fazer e viver*, na medida que seus

---

<sup>40</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

<sup>41</sup> O Anexo XII do Plano Diretor (Lei Municipal nº 11.181/19) indica que “O plano de regularização urbanística – PRU – e o plano global específico – PGE – poderão definir parâmetros específicos para os assentamentos”. Este item da Lei abre uma brecha para a criação de parâmetros em zonas e áreas especiais de interesse social (ZEIS e AEIS) relativas a parâmetros para parcelamento do solo (Belo Horizonte, 2019).

modos de se relacionar com o espaço não podem ser apreendidos por uma padronização imposta pela política urbana. O território quilombola precisa ser autônomo e protegido das ações de agentes externos.

Ana Cláudia corrobora com esta afirmação ao relatar que:

Ainda que existam essas normas e regras como um parâmetro válido do ponto de vista formal, é aí que a gente tem que entrar com o diálogo do que é realmente possível exigir de uma comunidade que tem no seu principal aspecto de autodeclaração como tradicional exatamente seus modos próprios de criar, fazer e viver. Como eu digo sempre, parâmetros do ponto de vista de proteção ao patrimônio cultural são flexibilizados a todo momento para os patrimônios culturais, do colonizador, do branco, da igreja católica, que veio catequizar naquele momento do processo de colonização. Eu tenho esses parâmetros para todo lado. Se aquela igreja não segue os parâmetros da norma comum, o administrativo tem que dar um jeito de atestar que aquilo fique daquele jeito mesmo, pra proteger este patrimônio legitimado pelo colonizador. Mas o administrativo não flexibiliza para o patrimônio cultural quilombola. Na verdade, o administrativo ainda não entendeu que a partir da constituição de 88, a questão quilombola é igual, pois, está ali garantido que é patrimônio cultural e tem que ser protegido. Eu não acho que as comunidades têm que continuar insistindo, como se fosse um jogo onde elas vão buscar se enquadrar, pra tentar fazer com que este administrativo as aceite, como está ocorrendo hoje com o Quilombo Matias. São parâmetros que também, do ponto de vista formal, obedecem a mesma lógica da igreja e, por isto, tem que ser reconhecido pelo Estado. Eu não posso exigir das populações tradicionais que elas fiquem se apertando numa fôrma para caber. Essa fôrma não existe e eu não tenho que negociar.<sup>42</sup>

Voltando ao caso do Quilombo Família Mattias, ao mesmo tempo que a comunidade decidiu abandonar o processo de regularização do projeto, teve início uma resistência acionada por meio de sua institucionalização como um quilombo, que pode avançar para a elaboração de parâmetros específicos para o seu território. Luciana defende a importância de alcançar sua autonomia para manter os modos tradicionais que sua comunidade sempre vivenciou, pois o que há é uma impossibilidade de atendimento aos parâmetros exigidos pela municipalidade.

Quando a gente teve que correr atrás, esta questão do Plano Diretor de ter que adequar tudo, ter garagem. Todas estas situações que a gente pensa, como que vai ser a vida com esse lote reduzido mais ainda porque a Prefeitura fala que a gente tem que, tem que ser assim. Eu penso que a gente deve ter o direito de viver do modo que a gente não tenha que se encaixar numa caixinha que só nos exclui. Isso vai prejudicar nosso modo de vida. Porque se eu ficar sem meu canteiro, isso vai me prejudicar. Sabe? Se eu ficar sem minha plantação vai me prejudicar, porque minha memória afetiva tá ali. Eu sempre fui criada com isso, eu lembro das minhas tias e minha avó

---

<sup>42</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

fazendo chá pra gente. É assim que eu quero criar meus filhos. É assim que eu quero viver.<sup>43</sup>

O processo de certificação do quilombo junto à Fundação Palmares aguarda a realização de visita pelos técnicos da instituição<sup>44</sup>. Até a presente data, a Família Mattias não conseguiu uma autorização para a elaboração de parâmetros específicos para a comunidade e, com isso, realizar a obra de ampliação e reforma de suas moradias. Luciana segue com sua luta para garantir seus direitos enquanto quilombola, enfrentando o sistema *patriarcal supremacista branco capitalista imperialista*, que tenta moldar os seus modos de *criar, fazer e viver* dentro de um sistema de técnicas e parâmetros segregativos e violentos.

### 1.5 Em suma, o que indica a Ambivalência Ser Kilombu?

Neste primeiro capítulo, foi discutido como uma violência perpetrada pelo Estado contra o território de uma comunidade fez com que mulheres negras acionassem sua potência matriarcal e atuassem como uma liderança, a fim de garantir a salvaguarda do território e preservar seus modos de *criar, fazer e viver* tradicionais. Estes processos se repetem nas comunidades quilombolas de Belo Horizonte, que têm criado estratégias de re-existência por meio do reconhecimento de novas comunidades e fomentando seu autorreconhecimento.

Para estabelecer uma discussão acerca da ambivalência, foi realizado um recorte territorial de Belo Horizonte, com a apresentação das respectivas comunidades quilombolas existentes na cidade. Na sequência, foram apresentados os procedimentos legais para a obtenção da certificação quilombola. Percebe-se, então, que na *clareza* dos processos urbanos esta institucionalização se faz necessária mediante uma violação territorial que exige uma tomada de ações pelas pessoas afetadas. Já na *opacidade* destes processos, é percorrido um caminho de institucionalização como comunidade quilombola, cujo percurso em Belo Horizonte tem sido protagonizado por mulheres.

---

<sup>43</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

<sup>44</sup> Informação sobre esta etapa do processo estão disponíveis em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/aguardando-visita-tecnica-04-07-2023.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2023.

Este foi o caso da Família Mattias, estudo de caso do trabalho, cuja liderança tem sido realizada por Luciana de Souza Matias. Por meio das falas apresentadas, observou-se como a população negra tem sido atravessada por políticas urbanas que vilipendiam seus direitos enquanto cidadãos. Estas violações se dão ao longo da história e comprometem a manutenção dos saberes tradicionais que conformaram a sociedade até a contemporaneidade. Neste sentido, urge reconhecer que os parâmetros estabelecidos pelo Estado estão ameaçando a permanência de modos de *criar, fazer e viver* de origem africana, na medida em que não conseguem reconhecer esta existência.

Esta ambivalência da *clareza* da violência e da *opacidade* da matripotência indicam que as mulheres negras possuem um papel de atuação na sociedade que precisa ser protegido e valorizado. Esta proteção e valorização, no caso de comunidades tradicionais, se dá pelo reconhecimento e pela autonomia de gestão. Sem o reconhecimento pela sociedade e pelo Estado, estas comunidades continuarão passando por processos de violação. Igualmente, sem a criação de parâmetros específicos de planejamento que garantam a autonomia quilombola, não será possível garantir que as decisões de gestão dos territórios ocorram pelas próprias comunidades, que são as únicas capazes de gerir seus modos de *criar, fazer e viver* e, portanto, enfrentarão dificuldades de perpetuar estes saberes para as futuras gerações.

No próximo capítulo, será realizada uma aproximação entre o modo com que estes parâmetros de planejamento atuam como um processo de conformação de exclusões ao longo da história e como é nas *opacidades* que a população negra consegue resistir às violações que se materializam no espaço urbano.



## **CAPÍTULO 2. AMBIVALÊNCIA SER ESPAÇO URBANO: BRUTALIZAÇÃO E ANCESTRALIDADE**



Todos que estão aqui vieram com seu tambor na mão.<sup>45</sup>

A territorialização da relação ancestral pode ser identificada no espaço urbano por meio de diferentes dimensões. No capítulo anterior, descrevemos o modo como os processos de violência agiram com a ameaça de desterritorialização de comunidades quilombolas, ao mesmo tempo que acionaram a ancestralidade destas comunidades por meio do protagonismo da mulher negra. Neste capítulo, buscaremos ampliar essa lente de análise para a compreensão de processos identificados na escala urbana e na ação do Estado.

Neste sentido, para discutir a Ambivalência Ser Espaço Urbano, inicialmente, serão trazidos os processos históricos que evidenciam a materialização do impacto das relações racializadas no espaço urbano e que podem ser identificadas até a contemporaneidade. Isso se dará por meio de um recorte histórico de Belo Horizonte, com destaque para o papel do Estado na criação da Villa Operária Concórdia e como este papel teve um caráter *brutalista* (Mbembe, 2021). Em paralelo, após esta atuação estatal, pretende-se discutir como a reterritorialização realizada pela população negra no atual bairro Concórdia se deu a partir de sua ancestralidade afrodiaspórica, permitindo assim a análise desta dupla existência: a da *brutalização*, operada pelo Estado, e a da resistência, acionada pela ancestralidade. Para tanto, serão trazidas algumas vivências que fazem o bairro Concórdia ser considerado um Quilombaço ou uma Pequena África de Belo Horizonte.

No caso dos estudos urbanos, a relação ancestral pode se estabelecer com o território e, conseqüentemente, com a territorialização de determinado grupo social. Apesar dos processos de violência que podem desterritorializar uma comunidade, é possível ampliar a análise para os processos que se estabeleceram na cidade e como as ambivalências podem ser percebidas na escala urbana. Esta ambivalência se dá na *clareza* da ação do Estado e na *opacidade* da cosmovisão afrodiaspórica quando vivenciada pela população negra.

Makota Kisandembu defende que: “É necessário reconhecer e assumir nossa africanidade. Os que praticam as tradições de matriz africana estão em África. Compreensão total que este território é nosso”.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Diálogo com Ekede Kelly, realizado dia 20 de julho de 2022.

<sup>46</sup> Fala de Makota Kisandembu durante o Primeiro Seminário dos Kilombu, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

A compreensão de pertencimento proposta por Makota Kisandembu se dá a partir de processos de territorialização e reterritorialização, na medida em que a população negra é historicamente alvo de violências, desde sua objetificação durante a escravização até a luta que precisa ser travada na contemporaneidade para a garantia de direitos, como o acesso à terra e à moradia. Sendo assim, pretende-se evidenciar as relações ambivalentes estabelecidas no urbano de Belo Horizonte a partir do entendimento de uma existência construída historicamente a favor do *sistema interligado de dominação*, onde a política urbana retroalimenta este sistema por meio da promoção de violações contra a população negra, além de invisibilizar a questão racial com instrumentos legais e parâmetros urbanísticos preestabelecidos. Em contrapartida, é possível identificar grupos que atuam como re-existências por meio de suas manifestações de matriz africana.

Mbembe (2021) conceitua o brutalismo como um processo que naturaliza os conflitos sociais na medida em que objetiva a subjugação de uma classe social em detrimento de outra. Neste sentido, as relações racializadas estão inseridas como parte central deste processo de naturalização, pois as pessoas negras são, em sua maioria, subjugadas ao longo da história da sociedade até a contemporaneidade. O autor analisa o *brutalismo* como um processo político que “[...] não opera sem uma economia política de corpos” (Mbembe, 2021, p. 16). Esta politização pode se dar a partir do uso da lei, que vilipendia corpos de negras e negros, tornando-os “presas fáceis” (Mbembe, 2021, p. 53). Além disso, a materialização dessas relações ocorre num território que o autor considera como politizado e racializado.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Milton Santos (2006, p. 21) discute a conformação da racialização do território como um “[...] conjunto de técnicas, presentes e passadas na conformação do território, através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado”. Estas técnicas de gestão promovem uma racialização do espaço urbano na medida em que um grupo hegemônico, ou o próprio Estado, utilizam desses parâmetros para conformar o espaço urbano e, conseqüentemente, amparam a materialização das desigualdades socioespaciais ao longo do tempo. Elas são o que o Santos (2006, p. 35) denomina como um “fenômeno histórico”. Com o uso das técnicas de distinção e segregação, os privilégios são repassados por gerações e, ao mesmo tempo, as subjugações também são herdadas. Estas distinções são consequência deste processo de poder nas mãos do Estado, de modo a materializar as relações racializadas no espaço urbano. Santos (2006, p. 146) discute que: “A materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade. Esses sistemas técnicos atuais são formados de objetos dotados de uma especialização extrema. Isso é sobretudo válido para os objetos que participam dos sistemas hegemônicos, aqueles que são criados para responder às necessidades de realização das ações hegemônicas dentro de uma sociedade”. Sendo assim, o território racializado reflete a conformação do espaço urbano ao longo da história. Soja (1993, p. 99) analisa como as relações sociais e espaciais são “[...] dialeticamente inter-reativas e interdependentes”. As relações racializadas são estruturadas nos espaços urbanos e estes mesmos espaços refletem estas relações sociais por meio da territorialização da distinção racial que se apresenta nas cidades. Soja (2000) também discute a produção e reprodução de prática urbana que

Mbembe (2021) defende que, apesar da impossibilidade de captura dos espaços planetários, esta tomada ocorreu e racializou os territórios a partir da delimitação de fronteiras espaciais excludentes à revelia do direito que todas e todos possuem de um pertencimento global. Este direito coloca em análise as políticas urbanas e as políticas de resistência de comunidades negras. Neste sentido, pensar a questão racial é refletir sobre as relações enquanto um processo político, além de econômico e social. Também é necessário compreender os reflexos destes processos na conformação territorial das desigualdades para visualizar a materialização das relações racializadas nos espaços sociais.

Já o conceito de ancestralidade dialoga com a definição elaborada por Portilho (2021, p. 111), na qual ela é vista “[...] como memória, lembrança, saberes e vivências que foram experimentadas por fisicalidades outras, que compõem as centenas e quem sabe milhares de *Eus* que formam o nosso *Sou*”. A autora, fundamentando-se em Leite (2008), destaca o modo como a ancestralidade atua na abertura da consciência cósmica, bem como orienta “[...] nossas tomadas de decisão coletivas e individuais, com a sabedoria acumulada ao longo das suas diversas formas de existências” (Portilho, 2021, p. 111). Diante desta conceituação, é possível avançar na discussão de como uma comunidade pode se relacionar com o entorno, a partir do momento em que sua ancestralidade é acionada.

A partir desta ambivalência pretende-se identificar ferramentas de ação e resistência no espaço urbano como uma possibilidade de leitura do papel da população negra, que é protagonista de suas vivências, ao combater as subjugações que precisaram enfrentar ao longo da história operadas a partir de uma tomada de decisões das políticas urbanas.

## **2.1 Construção histórica das relações racializadas em Belo Horizonte**

Partimos da premissa de que a construção histórica da racialização da cidade de Belo Horizonte, pelas razões expostas até aqui, deveria ser a primeira camada a ser analisada na discussão acerca da brutalização que a população negra enfrenta na

---

beneficia progressivamente os ricos, sendo a cidade capitalista uma máquina geradora de desigualdades. Este é um campo ideal para o que o autor denominou como “[...] a ampliação acumulativa das injustiças no contexto das geografias urbanas, das interrelações dos processos sociais e da forma espacial” (Soja, 2000, p. 165).

escala urbana. Segundo Pereira (2019), o estudo da invisibilização da questão racial em Belo Horizonte, desde a construção da cidade, permite enxergar:

[...] uma nova perspectiva de leitura sobre os discursos que fundamentaram a criação da cidade. Estes discursos, reinterpretados e atualizados, ao longo do século XX até a contemporaneidade, seguiram negligenciando a existência desta população como agente fundamental da experiência de cidade que se constituiu, a partir dos desdobramentos da instituição da República no país e fundamentalmente da extinção legal do regime escravista (Pereira, 2019, p. 19).

A invisibilização da questão racial no desenvolvimento urbano de Belo Horizonte evidencia, ainda, a naturalização das relações racializadas e do sistema de exclusão. Para Pereira (2019, p. 217), o planejamento deste sistema já nasce no Plano de Aarão Reis, que “[...] sinaliza a especificidade da natureza racializada da modernização aplicada ao urbanismo brasileiro: o emprego da concepção higienista de controle do espaço, associada ao rigor positivista”.

Silva (2018) corrobora com este entendimento de que, desde a conformação da cidade no final do século XIX, existe um processo de expulsão e invisibilização da população negra de Belo Horizonte, alertando também para o papel da propriedade fundiária na produção da segregação racial atrelada aos impactos do fim do regime escravista<sup>48</sup>. Naquele contexto, corpos objetificados permaneceram excluídos do acesso a direitos e privilégios, o que constituiu uma “[...] desigualdade socioeconômica caracterizada pela marginalização da população negra”, reforçando a premissa de que a segregação socioespacial presente nos espaços urbanos possui um contorno racial construído enquanto processo histórico (Silva, 2018, p. 13).

Ainda, segundo a autora:

Pesquisas teóricas e dados empíricos vêm demonstrando que as metrópoles e regiões brasileiras se caracterizam pela divisão em lugares de negros e lugares de brancos, o que entende-se como uma materialização dos processos histórico-sociais do espaço urbano ao longo do tempo, e que, portanto, leva à compreensão de que pode-se tratar de uma herança da escravidão (Silva, 2018, p. 51).

---

<sup>48</sup> Belo Horizonte foi inaugurada como a nova capital de Minas Gerais em 12 de dezembro 1897, a menos de uma década após a promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que declarou extinta a escravização de pessoas negras no Brasil. Como o Estado não estabeleceu uma política pública de integração da, até então, população escravizada, é possível vislumbrar as dificuldades enfrentadas para a inserção social destas pessoas, cujos impactos podem ser identificados até a contemporaneidade. No caso da inauguração de Belo Horizonte, a população negra encontrou um caminho de inserção social como mão de obra barata para a construção da capital.

A discussão realizada por Pereira (2019) e Silva (2018), acerca do processo histórico de racialização e invisibilização da população negra em Belo Horizonte, demonstra como as violações podem ser operadas a partir de ações do Estado. Visto que, ele não reconhece que é necessário resgatar a conformação histórica dos espaços urbanos a partir de outras vivências e existências, pelo contrário, é um Estado que invisibiliza e naturaliza as violências operadas por suas ações.

Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch reforça esta ideia:

E as futuras gerações precisam saber o que foi essa história verdadeira. Não a história que querem contar para nós, que é a história do colonizador, mas aquela que todas as pessoas viveram. Isso é um direito que as futuras gerações têm de terem a história contada de forma fidedigna, da forma que realmente aconteceu. É muito hostil a ocultação da história pelo Estado. Tem que ser visto assim. A imagem do Estado que causa a violência tem que ser vista no futuro como algo superado, para que não aconteça mais. As pessoas têm que achar feio o Estado ter tido esta conduta de ocultação da sua história. Só assim haverá transformação. Exatamente para gente ser o que a gente é. É como se você olhasse no espelho e dissesse: “Esta parte eu não quero. Eu vou olhar só aqui. Só isso aqui que eu vou cuidar”. É uma lógica esquizofrênica. Você não quer se reconhecer como aquilo que é.<sup>49</sup>

Neste sentido, propõe-se avançar na análise a partir da compreensão de como a atuação do Estado pode possuir um contorno *brutalista*, na medida em que a população negra foi usada para atender às necessidades de um sistema estabelecido que visava o desenvolvimento econômico que o espaço urbano possibilitava. A objetificação da população negra pode ser identificada por meio da utilização de sua força de trabalho para viabilizar a construção e o desenvolvimento das cidades. Luciana de Souza Matias conta como o impacto dessa objetificação afetou sua família.

Segundo ela:

Meu avô era pedreiro. Ele ajudando a asfaltar as ruas, teve um momento que caiu piche no corpo dele todo. Ele ficou seis meses internado. Minha avó, ela era lavadeira, minhas tias também eram lavadeiras. Então, minha avó saía, deixava os meninos pequenos aqui para ir cuidar do meu avô. Meu avô teve esse piche construindo Belo Horizonte, no corpo dele. A vida sempre foi muito difícil. O meu avô, construindo as ruas da cidade. O corpo queimado. Depois a saúde dele nesta época só piorou. A Prefeitura não garantiu nada. A gente pode entender que nessa época nem tinha essa coisa, mas hoje a gente faz uma leitura de um trabalho terceirizado, não é nem terceirizado, é análogo à escravidão mesmo. Não tinha direito de nada.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

<sup>50</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

É necessário evidenciar que, na *clareza* dos processos históricos, a população negra passou de escravizada para corpos relegados à própria sorte, uma vez que não foram elaboradas políticas públicas que pudessem inserir esta população nos processos econômicos, políticos e sociais. Fernandes (2008) traça um panorama acerca deste descaso com a população negra no regime pós-abolicionista. Segundo o autor, as preocupações com o destino das pessoas até então escravizadas estavam relacionadas às necessidades econômicas e, portanto, tinham um caráter político e não social.

Vale destacar, a subjugação das pessoas negras, conforme a descrição dada pelo autor no trecho abaixo:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (Fernandes, 2008, p. 29).

A herança destes processos, no caso dos estudos urbanos, se vê materializada nas segregações socioespaciais racializadas, enquanto tomadas de decisões políticas, bem como na invisibilização do papel do Estado na manutenção da relação estabelecida com os corpos de pessoas negras, como parte de um sistema de produção e acumulação de capital. O que se percebe em Belo Horizonte é que uma cidade, dita republicana, ignorou a possibilidade de resolução do passado escravocrata e a inserção da população negra entre os novos cidadãos. Além disso, o planejamento do espaço urbano seguiu modelos urbanísticos que promoviam o embranquecimento e a europeização da sociedade e, portanto, naturalizavam um sistema de exclusão e racismo, sempre com forte atuação do setor público e das oligarquias da época. Esta atuação pode ser observada a partir da utilização de aparatos legais do Estado para alcançar os objetivos econômicos almejados pela população branca, detentora do poder hegemônico, como foi no caso da criação da Villa Operária Concórdia.

## 2.2 Brutalização urbana e o surgimento da Villa Operária Concórdia

A segregação econômica e, sobretudo racial, observada em Belo Horizonte, de raízes coloniais e escravocratas, demonstra a manutenção da colonialidade estabelecida a partir da racialização de corpos, onde a população negra passa por um processo contínuo de exclusão, ainda ativo no espaço urbano contemporâneo. Na escala local, a análise do bairro Concórdia, revela traços mais específicos de como a questão racial se manifesta na conformação do território.

No ano de 1902, a promulgação do Decreto-Lei nº 1.516 demarcava uma área na região central para se tornar a 8ª Zona Suburbana da cidade. Segundo Lima (2009, p. 94), “[...] buscava-se, simultaneamente, resolver o problema de moradia para o operário e garantir a permanência da mão-de-obra necessária na cidade”. Lima (2009, p. 54) afirma, ainda, que a “[...] área suburbana é ocupada pela população de baixa renda”, sendo que as ocupações ocorreram “[...] de maneira desordenada, procurando apenas obter-se o maior número de lotes, sem qualquer planejamento”.

Neste momento, a estratégia acionada pelo Estado foi de elaboração de um aparato legal para destinar uma área específica na região central de Belo Horizonte para uma mão de obra que atendesse às demandas características da recém-criada elite da cidade. A partir do contexto histórico, no qual os estudos de Lima (2009) estavam inseridos, é possível supor que essa massa operária foi formada majoritariamente por pessoas negras advindas dos processos pós-abolicionistas.

Nas décadas seguintes, no entanto, ainda a partir do trabalho de Lima (2009), a 8ª Zona Suburbana, que era ocupada pela população operária, altera seu potencial econômico na cidade e passa a:

[...] a interessar ao mercado imobiliário, que posteriormente inicia uma série de leilões para venda de alguns terrenos da região. Os valores estavam bem acima das possibilidades dos operários residentes, e assim aumenta a pressão para a liberação de toda a 8.a secção urbana. Torna-se necessário novamente encontrar um outro local para acomodar toda aquela gente, de preferência fora da zona urbana, para que este problema seja definitivamente solucionado (Lima, 2009, p. 94).

Assim, a ocupação da 8.a seção urbana, a princípio tolerada pelo poder Público em função da necessária mão-de-obra passa, num segundo momento, a representar um obstáculo ao processo de ocupação da cidade. Era um número significativo de ‘barracos’ e cafuas obstruindo, na visão da municipalidade, áreas centrais da cidade em processo de crescente valorização (Lima, 2009, p. 96).

Ainda segundo Lima (2009, p. 96), a “[...] prefeitura começa então a buscar locais fora da ‘cidade oficial’ (zonas suburbanas e agrícolas), onde pudesse construir vilas operárias para abrigar este enorme contingente de trabalhadores”. No ano de 1928, o poder público decidiu criar a Villa Operária Concórdia para receber a população operária advinda da 8ª Zona Suburbana.

Ao analisar esse processo a partir de uma lente da racialidade presente nas tomadas de decisões do Estado, é possível identificar a materialização das relações racializadas na formação da 8ª Zona Suburbana como um espaço heterotópico, conceito desenvolvido por Foucault (apud Agier, 2019). Este conceito se relaciona à materialização das relações racializadas na medida em que elucida o modo como este processo de exclusão socioespacial opera.

De acordo com Agier (2019, p. 16, tradução nossa), a conformação destes espaços heterotópicos se dá por meio da relação entre estas regiões e “[...] tudo o que circunda seus limites, seja o mundo urbano ou o mundo político da Cidade e do Estado”. Neste sentido, a 8ª Zona Suburbana poderia ser considerada um espaço heterotópico, sendo que, a partir de demandas econômicas, este território sofreu uma pressão para ser homogeneizado à malha urbana na qual está inserido.

Olhar para estas espacialidades, e a partir delas para a sua circunscrição, permite enxergar a dialética das relações socioespaciais racializadas. No caso da 8ª Zona Suburbana, num primeiro momento a população que ocupou esta área era bem-vinda, por ser fornecedora de mão de obra necessária ao seu entorno. No entanto, a partir do momento que foi ampliada a demanda residencial na região central da cidade, esta área urbana passou a ser cobiçada pela especulação imobiliária e, conseqüentemente, aqueles corpos, que anteriormente forneciam mão de obra, passaram a ser indesejados. Iniciou-se, então, um processo de subtratividade *biopolítica* desta população, por meio de sua expulsão, o que resultou na alteração daquele espaço urbano heterotópico.

Por conseguinte, dialoga-se com autores que ampliam a discussão analítica do conceito de *biopolítica* de Foucault e que trazem uma “[...] reflexão das diferentes racionalidades e tecnologias de governabilidade biopolíticas” (Aradau; Tazzioli, 2019, p. 4). Compreender estas relações e a coexistência destas categorias de análise, permite vislumbrar a sujeição dos corpos racializados em múltiplos processos e materializações.



Aradau e Tazzioli (2019) ampliam esta abordagem e propõem os espaços biopolíticos enquanto processos racializados de desenho de fronteiras, hierarquização da vida e intensificação da violência, sendo uma teorização da raça com recorte biopolítico. Neste sentido, as autoras propõem a inclusão da análise da questão racial ao discurso biopolítico como um aspecto central no entendimento dos corpos considerados virulentos, que para Mbembe (2021) são virulentos por serem racializados.

Aradau e Tazzioli (2019) propõem este manejo dos corpos a partir de dois conceitos: a *extratividade* e a *subtratividade biopolítica*. Ambos os conceitos pretendem discutir como é possível relacionar a análise *biopolítica* à economia. Sendo assim, a *extratividade* opera na utilização dos corpos racializados enquanto potenciais meios de extração de produtos materiais e imateriais, por meio de uma relação de “apropriação e expropriação” estabelecida a favor do capital (Aradau; Tazzioli, 2019, p. 15). Enquanto a *subtratividade biopolítica* produz formas de reorganização espacial no âmbito da habitabilidade e da coletividade, de modo a subtrair dos corpos a sua “autonomia do movimento” (Aradau; Tazzioli, 2019, p. 19). Desse modo, estes corpos são coercitivamente deslocados com a justificativa de manutenção e o estabelecimento da ordem socioespacial vigente.

A população que ocupou a Villa Operária Concórdia passou por ambos os processos de extração e subtração. Uma vez que, num primeiro momento, era possível extrair mão de obra desta população e, após finalizada esta extração, ela se viu subtraída daquele espaço originalmente heterotópico. Este manejo de corpos de pessoas negras, que possui sua origem na escravização, demonstra a materialização da racialização enquanto processo histórico de conformação das cidades. Os falsos ideais republicanos mascararam a manutenção de processos de extração e subtração contra estas pessoas, amparados por mecanismos institucionais que naturalizam as relações racializadas nos espaços urbanos. Os estudos realizados por Lima (2009) analisam as formas de operação do Estado, entretanto, uma reflexão a partir da questão racial amplia a compreensão das gestões urbanas segundo processos que alimentam o *sistema interligado de dominação*.

A política urbana *brutalista* opera, portanto, de forma *biopolítica extrativa e subtrativa*, com o objetivo de alcançar ganhos econômicos em prol de um desenvolvimento da cidade e em detrimento daqueles que estão excluídos das dinâmicas do poder, que geralmente é a população negra.

A partir dos estudos de Perry (2012), observa-se um paralelo com o que vem ocorrendo em Salvador. Não será realizada a análise de um estudo de caso desta cidade, nem de seus desdobramentos contemporâneos, focaremos apenas no que Perry (2012) aborda como sendo os mesmos recursos *brutalistas* acionados pela política urbana local a fim de criar uma correlação com este trabalho. O estudo em questão discute como os processos de revitalização propostos pela Prefeitura Municipal de Salvador têm alcançado sucesso a partir da remoção de populações que originalmente habitavam espaços onde foram propostas as tais reformas. Bem como no bairro Concórdia, essas pessoas são majoritariamente negras e a justificativa das ações é, dentre outras premissas econômicas, atender às demandas do turismo local, nacional e internacional.

Segundo a autora:

Os espaços urbanos, criados por atos locais de “eliminação de favelas” e segregação forçada, são as manifestações espacialmente marcadas da marginalização de raça, gênero e classe. A revitalização urbana é um projeto racial que, no centro da cidade de Salvador, é um exemplo pungente dos efeitos materiais e discursivos do racismo e sexismo institucionais existentes na sociedade brasileira (Perry, 2012, p. 170).

Além de destacar os processos de violação vivenciados por antigos moradores para dar lugar a espaços gentrificados, a autora realiza uma lente epistemológica a partir do papel ativista de mulheres negras para a manutenção das condições de habitabilidade do território denominado Gamboa de Baixo.

O protesto na Embasa revela uma faceta da batalha política em curso na Gamboa de Baixo para que a comunidade seja social e espacialmente integrada ao centro da cidade. O movimento de base emergiu depois que as(os) moradores testemunharam a retirada de comunidades negras locais do centro da cidade, feita pelo governo municipal na metade dos anos 1990. Como as(os) morador@s recordam, a assustadora certeza de que seriam o próximo Pelourinho (Centro Histórico de Salvador) ou Preguiça (agora, Parque das Esculturas) estimulou as ativistas da Gamboa de Baixo a se mobilizarem contra a expulsão (Perry, 2012, p. 166).

Se em Salvador e em Belo Horizonte pode ser observada uma similaridade de processos *brutalistas* operados pelo Estado, este fato pode demonstrar uma prática sistemática estabelecida pela política urbana a favor do capital. Ainda com relação aos estudos de Perry (2012, p. 166), a autora corrobora com este entendimento ao afirmar que a partir dos “[...] recentes programas de renovação urbana em Salvador,

argumento que a história é um mecanismo estatal de dominação nas cidades brasileiras”.

Ademais, pode ser observada uma outra existência similar entre a atuação das moradoras de Gamboa de Baixo e a população que passou a habitar o bairro Concórdia. Esta ambivalência está relacionada à resistência em manter os modos de *criar, fazer e viver* da população local. Se em Salvador existiu uma resistência capaz de garantir a manutenção de um território, que foi realizada por meio de uma insurreição protagonizada por mulheres da Associação de Moradores da Gamboa de Baixo, no caso do Concórdia, a resistência em manter os modos de *criar, fazer e viver* está relacionada a uma reterritorialização a partir da ancestralidade africana das pessoas que ali vivem.

### **2.3 A ambivalência materializada no Concórdia: uma Pequena África em Belo Horizonte**

Eu aqui na minha casa, nós temos um movimento que nós colocamos o nome de Beco da Jurubeba, porque tem um pé de Jurubeba plantado no meio do terreiro da casa da minha mãe e bem no beco, que você tem que passar por ele. Que é onde a minha mãe ampliou a cozinha, tem um ano. Pra quê? Pegar balde, panela, fazer instrumentos de corda, nós mesmos, pra poder sentar e cantar. Ela faz um feijão e junta toda a família. A gente consegue movimentar coisas, ter ideias, ajudar alguém.<sup>51</sup>

A existência de uma *brutalização* no surgimento do Concórdia abriga e tensiona uma outra existência, que foi construída ao longo da história e que se manifesta como uma característica singular do local. As pessoas negras que ali foram realocadas, se reterritorializaram por meio de suas manifestações ancestrais afrodiaspóricas. Essas manifestações são identificadas no número significativo de espaços de manifestação de matriz africana, bem como pelas relações que os moradores estabeleceram com o espaço urbano cujas relações ocorrem, por exemplo, com o uso de ruas e áreas públicas do bairro para a realização de eventos e festas.

Durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, que será analisado mais à frente, a liderança indígena Célia Xakriabá defendeu que “território é tudo o que nos pertence”. Este sentido de pertencimento pode ser percebido no Concórdia a partir dos usos e práticas que ocorrem ali. Ao percorrer o bairro, é possível vislumbrar elementos que identificam estes espaços de matriz africana, como

---

<sup>51</sup> Diálogo com Ekede Kelly, realizado dia 20 de julho de 2022.

folhas de dendezeiros na fachada frontal, a presença de porrões nos muros, que são potes bojudos de cerâmica, bem como a instalação de ossadas de cabeças de boi nas paredes externas. Estes elementos indicam que as práticas africanas estão pulsantes no Concórdia e conformam este território de pessoas negras. A figura abaixo é um exemplo do tipo de símbolo que pode ser encontrado ao percorrer as ruas do bairro.

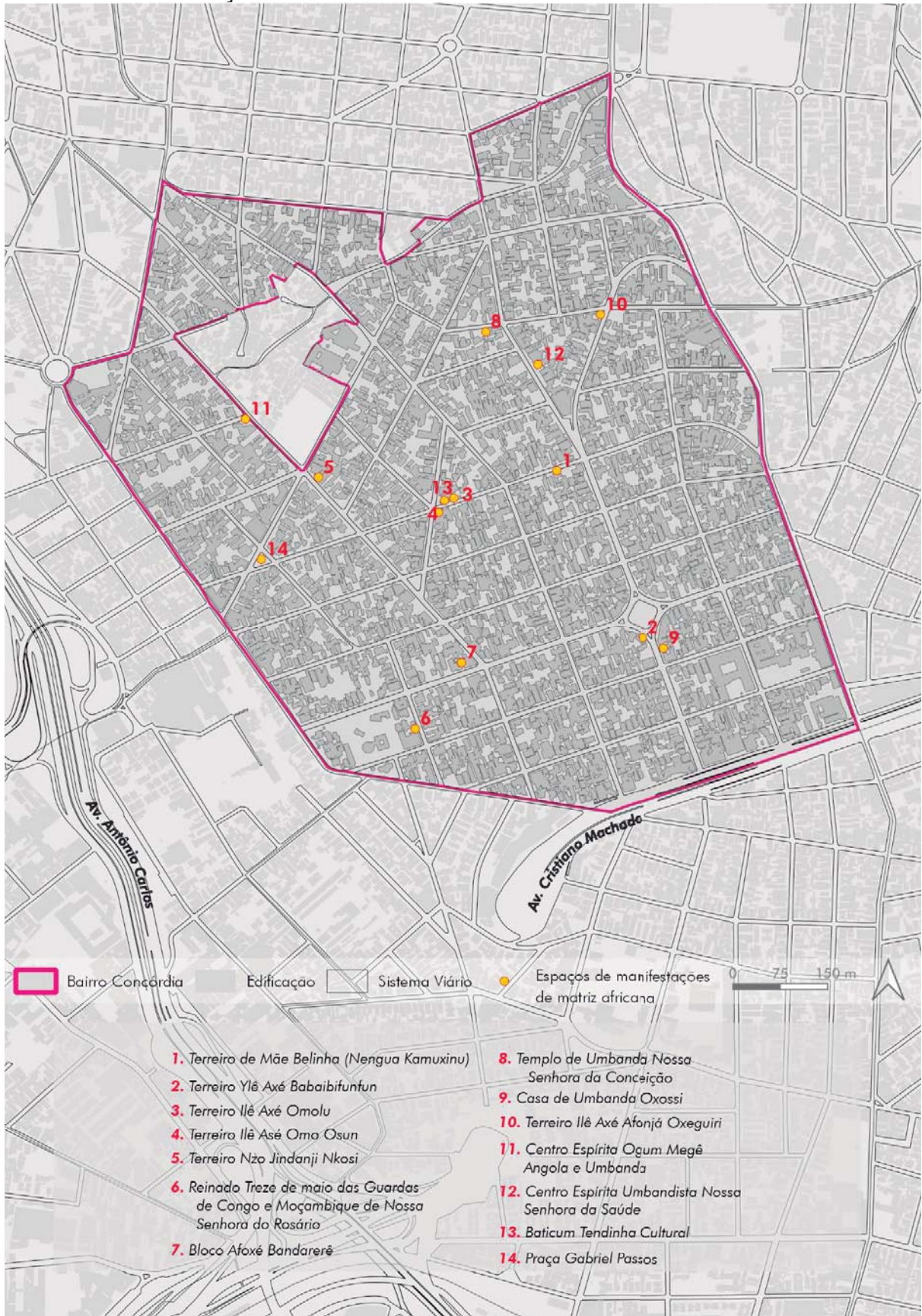
Figura 4 – Detalhe de um porrão no alto de um muro de divisa de uma casa de Candomblé no bairro



Fonte: acervo pessoal (2023).

Indica-se, também, uma cartografia dos espaços identificados como locais de manifestações de matriz africana (Figura 5). A imagem pretende demonstrar a diversidade destes espaços existentes no bairro, com uma presença significativa de locais de prática religiosa. Foram indicados com círculos amarelos quatorze espaços, sendo: terreiros de prática de Candomblé, Umbanda e Reinados, além de uma sede de bloco de carnaval e espaço para realização de eventos voltados para manifestações de matriz africana, como é o caso do Baticum Tendinha Cultural e a Praça Gabriel Passos. Ao analisar a cartografia, é possível perceber que estes espaços de manifestações não estão concentrados em uma região específica do bairro, pelo contrato, eles se distribuem por todo o Concórdia, o que indica a importância deste espaço urbano como um território de pessoas negras de preservação e difusão da arte, cultura e religiosidade afrodescendente, o que qualifica o Concórdia como esta Pequena África em Belo Horizonte.

Figura 5 – Cartografia do bairro Concórdia com a indicação dos espaços de manifestação de matriz africana



Fonte: Cartografia elaborada por Gabriel da Cruz Nascimento a pedido da autora (2023).

Em diálogo realizado com o filósofo e historiador Marcos Antônio Cardoso, no dia 06 de julho de 2022, foi discutido o termo *Pequena África* ou *Angola Janga*, que foi dado pelo artista Heitor dos Prazeres aos territórios de pessoas negras do samba e da zona portuária do Rio de Janeiro, inspirado na história de Zumbi dos Palmares. Segundo Marcos, este território é um espaço de festas, do sagrado, onde a população deixa suas marcas a partir de sua cosmopercepção. Para ele, a *Pequena África* funciona como uma ferramenta de resistência contra o apagamento das manifestações de matriz africana e de manutenção das potencialidades que foram se perdendo, reforçando a ambivalência analisada neste trabalho.

A figura abaixo exemplifica este espaço de festas e difusão de manifestações de matriz africana que se tornaram recorrentes em áreas de uso público do Concórdia. O cortejo buscava enaltecer a importância das matriarcas negras do bairro.

Figura 6 – Cortejo às matriarcas no dia 24 de julho de 2022 pelas ruas do bairro Concórdia – Ao fundo, as gameleiras da Praça Gabriel Passos



Fonte: acervo pessoal (2022).

Para evidenciar a reterritorialização a partir da ancestralidade africana que está presente no Concórdia serão abordadas três potências destas existências. A primeira é a Praça Gabriel Passos, um espaço público que tem sido utilizado continuamente para a realização de eventos voltados para a valorização e visibilização da cultura africana. A segunda potência é o papel cultural desempenhado pelo Bloco Afro Magia Negra e a terceira trata-se da existência de uma rainha no bairro, que comanda o Reinado Treze de Maio das Guardas de Congo e Moçambique de Nossa Senhora do Rosário, conformando um espaço de fortalecimento das práticas de matriz africana, bem como estabelecendo uma relação de cuidado com a população local.

Ressaltamos que este trabalho não pretende realizar um estudo sobre religiosidade ou se aprofundar nas práticas relacionadas às manifestações afrodescendentes<sup>52</sup>. Pretende-se destacar apenas a excepcionalidade de distintas existências negras que resistem a um entorno que muitas vezes não as reconhece, tampouco valoriza estas vivências. É necessários ressaltar também que as potências apresentadas não pretendem apreender a complexidade das relações sociais existentes no bairro, mas buscam revelar aspectos específicos e isolados do que foi observado em campo, cujas existências urbanas apresentadas foram alcançadas a partir de relações estabelecidas com moradores do Concórdia ao longo da pesquisa e que afetaram os desdobramentos deste trabalho. Uma dessas pessoas foi Ekede Kelly que nasceu inserida no Candomblé e no Congado.

Segundo ela:

Quando você tem essa criação bem próxima a você, você começa a ter uma visão mais ampla conforme você vai crescendo. Principalmente quando você já nasce dentro da casa, dentro daquele movimento de pessoas negras, conversando, suas dificuldades. Daí você vê que existe união e através dela é que começa a ter a transformação. A transformação para pessoas negras é muito difícil, porque é a gente pra gente mesmo. A força vem de dentro, vem da casa da gente mesmo.<sup>53</sup>

### 2.3.1 A Praça Gabriel Passos e as árvores três irmãs

Essa espécie de árvore tem aqui no Concórdia, tem na Pedreira, tem na Vila Estrela e em outras comunidades também. E para a cultura negra é a tecnologia de comunicação com os ancestrais. A antena parabólica são as

---

<sup>52</sup> O tema da religiosidade foi incorporado ao trabalho em função do diálogo estabelecido com a pesquisa “religião e espaço urbano” realizada dentro do grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, coordenada por Daniel Medeiros de Freitas. Mais informações sobre a pesquisa ver: Freitas (2023).

<sup>53</sup> Diálogo com Ekede Kelly, realizado dia 20 de julho de 2022.

árvores. E algumas árvores têm essa capacidade de morada dos ancestrais.<sup>54</sup>

Figura 7 – Samba de Terreiro realizado no dia 11 de junho de 2023 na Praça Gabriel Passos – Destaque para as árvores que são as imagens de pano de fundo do evento



Fonte: acervo pessoal (2023).

<sup>54</sup> Diálogo com Camilo Gan, realizado dia 17 de setembro de 2022.



Localizada próxima a uma das principais entradas do bairro pela Avenida Antônio Carlos encontra-se a Praça Gabriel Passos. A topografia acidentada do Concórdia destaca as visadas a partir deste espaço público que está assentado em uma das linhas de cumeada da região. Mas, o que chama mais a atenção, além da topografia do entorno, são as três árvores que garantem uma sombra generosa para toda a praça e que ocupam uma porção significativa da área disponível. Ao realizar uma comparação com a Praça México, que está oitocentos metros distante dali, identificamos que a área disponível para uso público é aproximadamente três vezes maior em relação à Praça Gabriel Passos. Esta diferença espacial não impede que numerosas manifestações festivas se concentrem nesta menor porção urbana, o que aponta para uma primeira evidência das relações ancestrais estabelecidas no bairro.

A Figura 7 refere-se a um dos tantos eventos que ocorrem na praça, no caso, um samba de terreiro. O evento tinha como objetivo utilizar este espaço urbano como lazer para a comunidade local, fomentando a arte e a cultura de matriz africana. Estes eventos efêmeros que ocorrem na praça demonstram o reconhecimento daquele espaço urbano como local de manifestação afro. A presença das três gameleiras endossa este reconhecimento como um espaço ancestral e que, portanto, é palco de tais manifestações.

Ao dialogar com Ekede Kelly, fica evidente esta relação entre as árvores que ali foram plantadas e a identificação de uma ancestralidade africana com estes elementos da natureza: “Tudo na natureza é uma entidade. As árvores são presentes. Elas surgiram do ‘nada’, as três gameleiras da Praça Gabriel Passos. Um símbolo do povo preto do Concórdia”.<sup>55</sup>

Ainda segundo Ekede Kelly, as três árvores referem-se ao orixá Iroko do Candomblé, que possui variações de nomenclatura em outras manifestações de matriz africana. Em conversa com outros moradores locais não foi possível identificar quando elas foram plantadas, inclusive esta incerteza alimenta os aspectos simbólicos do local.

Gomes (2012, p. 284) analisa a relação da cultura africana com os elementos naturais, ao relatar que: “Entre os princípios que encontramos na cultura negro-africana das plantas está o da interação entre a natureza e o homem, mediados pelas relações mitológicas”.

---

<sup>55</sup> Diálogo com Ekede Kelly, realizado dia 20 de julho de 2022.

A autora avança na análise da relação estabelecida com estes elementos como uma forma de reterritorialização com o espaço, na medida que:

Através das simbologias das plantas, os sujeitos sociais excluídos da cidade ou do campo, os negro-africanos, desterritorializados, constroem sentimento de pertencimento em um esforço de (re)territorialização constante (Gomes, 2012, p. 306).

Neste sentido, observa-se uma existência africana no bairro a partir da valorização destas três árvores que representam uma materialização ancestral no Concórdia. Esta materialização pode justificar o número significativo de eventos efêmeros no local, como as concentrações de blocos durante o carnaval.

Ao longo do ano a praça é tomada por grupos locais. Um desses grupos é o Bloco Afro Magia Negra, que se formou com o objetivo de fomentar a cultura de matriz africana e propõe um letramento racial realizado a partir da arte. Este conceito é articulado por Twine (2004, p. 881) como uma forma de “[...] explorar processos sociais microculturais nos quais as hierarquias raciais são negociadas”, tal qual um mecanismo de enfrentamento ao racismo.

O trabalho da autora é focado em relações de famílias multirraciais e este conceito é estudado como uma forma de dar visibilidade à negritude presente nestas famílias, a fim de estimular uma alteração do pensamento coletivo baseado na questão racial. Com isso, as pessoas negras e não-negras envolvidas nos processos podem estar aptas a lidar e enfrentar o racismo. O termo pode ser ampliado para as relações urbanas como uma forma de renegociação das compreensões coloniais espaciais, em busca de uma desconstrução e enfrentamento ao racismo, tanto nas relações sociais quanto em instâncias institucionais.

No caso do Magia Negra, o enfrentamento se dá na abordagem artística proposta pelos integrantes que buscam valorizar a ancestralidade africana através das narrativas que são transmitidas por meio das falas, dos trajes utilizados pelos integrantes e das músicas que o grupo apresenta.

### 2.3.2 Bloco Afro Magia Negra

Afromigueiro!  
Me ensaia e me assanha.  
me embala e me afronta.  
pra eu sair no seu cortejo.

Afrormigueiro!  
 Se você é pentecostal,  
 ou de lá da Universal,  
 eu sou DNA mitocondrial do mundo inteiro.  
 O feiticeiro que é racista,  
 tá na igreja de batina,  
 e o pastor que te domina é marmoteiro.  
 Quem me chamou de macumbeiro,  
 já acendeu vela pro Santo no meu terreiro.  
 Não somos pretos da casa branca.  
 Respeitem nossa história!  
 Se invadir nosso terreiro, toma!  
 Nós somos quilombolas.  
 Afrormigueiro!  
 (Afrormigueiro, 2020)

A imagem abaixo (Figura 8) dialoga com a composição musical que inicia este subcapítulo. A força das guerreiras, a proteção das divindades africanas e a chuva de pipoca que pretende realizar uma “limpeza espiritual” dão o tom da apresentação do Magia Negra na quarta-feira de cinzas do carnaval belorizontino.

A segunda potência a ser analisada no trabalho trata-se da existência e atuação do Bloco Afro Magia Negra no Concórdia. O bloco propõe a realização de vivências musicais, visuais e gastronômicas a partir de experiências de matriz africana, o que resulta em um letramento racial ou, como define Camilo Gan,<sup>56</sup> numa *Afrobetização*. Segundo Resende (2022, p. 64) isso significa “[...] uma alfabetização pautada nos conhecimentos e pressupostos raciais, uma alfabetização racializada”.

Embasados nesta perspectiva, surgiu o bloco, que iniciou suas atividades há dez anos. De acordo com Camilo Gan, o surgimento do Magia Negra objetivava representar toda a coletividade negra. Em 2017, foi realizado o primeiro arrastão do bloco no Concórdia, tradicionalmente na quarta-feira de cinzas. Essas reflexões artísticas propostas pelo coletivo objetivam:

Dizer justamente que as nossas vidas importam. O Magia Negra vem para dizer que a verdadeira magia negra é tudo o que a humanidade consome em música, em gêneros musicais. A identidade musical representativa é o samba. É uma das magias negras. O funk hoje. O hip hop.

O bloco tem como mascote e inspiração a formiga, um dos seres que possuem o mais alto grau de organização social do mundo animal e que tem consciência de que sozinhas não são nada, mas, embora muito pequenas, junto com sua comunidade, podem exercer força poderosíssima.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Camilo Gan é um artista plural, que atua como dançarino, músico, compositor, educador, produtor e liderança cultural. Ele também é licenciado em música pelo Instituto de Ensino Superior Izabela Hendrix, Doutor Honoris Causa, ritual *designer* e fundador do Bloco Afro Magia Negra.

<sup>57</sup> Diálogo com Camilo Gan, realizado dia 17 de setembro de 2022.

Figura 8 – Apresentação do Bloco Afro Magia Negra na Praça Gabriel Passos na quarta-feira de cinzas do carnaval de 2023



Fonte: acervo pessoal (2023).

O arrastão do bloco pelas ruas do Concórdia é um dos destaques do carnaval de Belo Horizonte, que compartilha com outros blocos afro um importante papel de difusão cultural na cidade. Estes blocos são representados pela Associação de Blocos

de Rua Afro de Belo Horizonte (ABRAFO), que se organiza de forma independente e tem como objetivo:

[...] unir blocos de rua que possuem ideologias comuns, tais como a promoção da igualdade racial, combate à intolerância religiosa e promoção da cultura afro-brasileira. A associação almeja fortalecer os grupos que a integram dando visibilidade aos trabalhos desenvolvidos por eles (Resende, 2022, p. 58).

Dentre os blocos que compõem o cenário do carnaval da cidade, destacamos o Afoxé Ilê Odara, que foi o primeiro bloco afro de Belo Horizonte. É importante citar também os blocos: Afoxé Bandarê, Angola Janga, Fala Tambor, Samba da Meia-Noite, Bloco Oficina Tamboelê, Timbaleiros do Gueto, Swing Safado, Afrodum e Kizomba, que além de desfilarem no carnaval, juntamente ao Magia Negra, se reúnem no festejo denominado Kandandu (Resende, 2022).

[...] acontece nos primeiros dias da festa oficial de carnaval quando blocos de rua afro se reúnem para abertura da folia. Realizado desde 2017, o evento foi reconhecido, em 2018, pelo Ministério dos Direitos Humanos como uma das maiores e principais ações de promoção de igualdade racial do país (Resende, 2022, p. 58).

O Kandandu é um dos frutos do trabalho realizado pela ABAFRO e, aliado à atuação de cada um dos blocos afro de Belo Horizonte, desempenha um importante papel cultural na difusão, manutenção e valorização das manifestações de matriz africana na cidade, que dialogam com as existências presentes no Concórdia.

Ao mesmo tempo que estas manifestações culturais demonstram como a ancestralidade pulsa no bairro, esta mesma matriz africana pode ser identificada em terreiros de prática religiosa. Destacaremos a seguir o papel desempenhando por um Reinado que reforça esta existência ancestral, desde a constituição do bairro até a contemporaneidade.

Figura 9 – Arrastão do Bloco Afro Magia Negra na Praça Gabriel Passos na quarta-feira de cinzas do carnaval de 2023



Fonte: acervo pessoal (2023).

### 2.3.3 Uma rainha e seu reinado

No ano passado, eu estava com muito óleo para fazer sabão. Sobrou esse óleo. Pensei: “Eu não tenho onde guardar. Eu não vou fazer sabão esses dias. Como eu vou fazer? Jogar no esgoto, eu não posso. Lugar para guardar, eu não tenho”. Subi. Dei uma descansadinha. Daí meu menino me chamou: “Ô, mamãe, tem um moço lá fora que está pedindo óleo usado”. Pensei: “Eu não acredito!”. Desci. Falei assim: “Shelton, vai lá e pergunta se ele tem vasilha”. O homem trouxe duas vasilhinhas para botar o óleo. Aí eu falei: “Ih, não dá”. Falei para o Shelton devolver as vasilhas para ele. Peguei a minha vasilha que estava cheia, que eram dois baldes de 15 litros e entreguei para o menino. Só faltou ele desmaiar de alegria. Primeiro, porque ele não ia precisar mais caminhar para juntar, porque ele já tinha resolvido o problema dele e voltou para casa mais cedo. E ele recolhe os óleos e a avó faz o sabão. Eu achei um arranjo muito lindo de Nossa Senhora. E eu perguntei para o rapaz: “Por que você bateu aqui em casa para pedir isso?”. Ele falou: “Porque eu vi a bandeira do rosário pendurada nessa janela”.<sup>58</sup>

Figura 10 – Festa de Nossa Senhora do Rosário no Reinado – Registro realizado no dia 13 de maio de 2023



Fonte: acervo pessoal (2023).

<sup>58</sup> Diálogo com Rainha Isabel Casimira/Belinha, realizado dia 7 de maio de 2023.

A sede do Reinado Treze de Maio das Guardas de Congo e Moçambique de Nossa Senhora do Rosário está localizada em uma casa na região norte do bairro Concórdia, onde também reside a Senhora Isabel Casimira Gasparino, mais conhecida como Rainha Belinha. O relato acima foi trazido em uma das tantas conversas realizadas com ela, que faz questão de registrar em suas palavras a importância que a religiosidade tem para a população negra que ali reside. A Rainha defende que “a ancestralidade é de todo mundo”, sendo assim, a casa está aberta a todos aqueles que, com alteridade, respeitam as práticas e crenças dos integrantes do reinado.

O surgimento do Reinado se deu a partir da necessidade de realização de manifestações religiosas, relacionadas às práticas afrodiaspóricas e que comemorou oitenta anos de existência em 2023.<sup>59</sup> A data que intitula o nome do Reinado simboliza o marco legal que institucionalmente extinguiu a violência que reverbera até hoje na vida da população negra. A existência e permanência destas manifestações, que remontam ao surgimento da Villa Operária Concórdia, demonstram a importância que gerações de mulheres rainhas tiveram e ainda têm para a sua comunidade. Esta importância se amplia na medida em que surge uma liderança capaz de atender às demandas do entorno.

Segundo a Rainha Isabel Casimira/Belinha:

Vovó Casimira, como ela ajudava a comunidade: ela ficava com os meninos para as mães irem trabalhar. As mulheres do entorno. A mamãe já trabalhou dando aula de reforço para os meninos pequenos, para a comunidade.<sup>60</sup>

Diferentemente dos reinados eurocêntricos, que possuem o poderio econômico advindo inclusive da colonização dos povos de origem africana, o reinado realizado no Concórdia não possui apoio do Estado, tampouco é detentor de um privilégio de capital que destoa do entorno. O que ocorre é um exercício cotidiano de solidariedade e consciência social, conforme conta a rainha.

Eu acredito que o meu papel hoje no mundo, no Brasil, Belo Horizonte e no Concórdia, é uma condição de lutar por direitos múltiplos. Direitos para uma população só, que é o Concórdia e o entorno do Concórdia. São as nossas debilidades, debilitações, nossos martírios.

---

<sup>59</sup> Maiores informações sobre o reinado estão disponíveis em: <https://piseagrama.org/artigos/o-reino-nas-ruas/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

<sup>60</sup> Diálogo com Rainha Isabel Casimira/Belinha, realizado dia 7 de maio de 2023.



Então, eu vejo assim: que o poder de uma rainha em uma comunidade é o de ajudar ao máximo, de cavar situações para que outros integrantes possam crescer, fazer e acontecer. E a gente não tem esse respaldo financeiro, a gente tem que ficar pedindo para um, para outro.

Com o que que a gente vence? Com a generosidade do povo de fora, com a caridade, bom senso e a fé. Porque ele sabe que vai vir aqui e vai poder falar o que ele está pensando. Vai poder bater a cabeça nesse altar sagrado, pode bater o joelho no chão, pedir a proteção de Nossa Senhora para que aquelas coisas que estão acontecendo sejam revogadas. Sejam transformadas.<sup>61</sup>

Na sequência de sua fala, a rainha destaca algumas estratégias utilizadas para viabilizar a realização de atividades e a manutenção da rede de solidariedade criada por seu reinado.

Por exemplo: uma pessoa está passando um aperto e eu faço uma rifa para ela. Aí eu vou no zap e falo: “Estou fazendo uma rifa para fulano”. Às vezes, eu nem falo para quem. Então eu faço a rifa, arrumo um pouco de dinheiro e já vai ajudar aquela pessoa ali a respirar. Outra coisa é conseguir material para a pessoa fazer um artesanato, trabalhar. Ela não tem como começar. Por exemplo: fazer um pano de prato para vender. Daí eu dou a linha para ela. E o que eu não tiver para arrumar: mensagem. Meu celular é poderoso. Trabalho com ele o tempo inteiro, pedindo e agradecendo. Como eu peço todo mês. Como a minha rede é maiorzinha, eu separo uns cem para uma leva e outros para outra. Para não cansar a pessoa tanto. E quando eu vou pedir vinte reais, por exemplo, eu falo com a pessoa: “Você poderia me doar vinte reais no mês?”. E eles não me perguntam para que eu estou precisando de vinte reais. Na realidade, eu peço para coisas específicas. Eu preciso de um ônibus para viajar para algum lugar e a guarda não tem. Telefone até dar o tanto que eu preciso. Mas isso é esporádico, não acontece sempre. Acontece quando tem que acontecer. No dia a dia da casa.<sup>62</sup>

Em sua fala, a Rainha também destaca que não existe um reconhecimento institucional por parte do Estado, apesar da existência de um espaço de prática de religiosidade naquele local. O reinado é tratado como uma instituição convencional, o que não ocorre com outras manifestações e espaços religiosos.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> Diálogo com Rainha Isabel Casimira/Belinha, realizado dia 7 de maio de 2023.

<sup>62</sup> *Ibid.*

<sup>63</sup> Não entraremos nas questões legais referentes ao reconhecimento daquele espaço como sendo um templo religioso, apesar de estarmos certos que é. Apenas destacamos que o artigo 150 da Constituição Federal de 1988 estabelece em seu art. 150, inciso VI, alínea b, que: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993) b) templos de qualquer culto” (Brasil, 1988a, art. 150). Destacamos também a existência do Decreto Municipal de Belo Horizonte nº 11.065, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 8.291, de 29 de dezembro de 2001, e institui a isenção de IPTU para imóveis edificados cedidos e ocupados como templos de qualquer culto, mas que condiciona a isenção a apresentação de documentação específica, dentre elas a cópia autenticada do documento que comprove que o imóvel está cedido pelo respectivo proprietário indicado no Cadastro Imobiliário Municipal à entidade religiosa para ocupação do seu templo (Belo Horizonte, 2002).

Não temos desconto de IPTU, água, luz, internet. Os reinos são casas particulares. E no caso da minha avó, ela tinha medo que tomassem a nossa casa e a gente ficasse sem lugar. É uma casa atípica. Se o Estado quisesse, ele poderia ajudar. Pelo menos na isenção de impostos que ajudaria muito. A gente não sabe de onde tira o dinheiro para tanta coisa. Para entrar em projetos são necessários muitos documentos. Você tem que gastar dinheiro para ter a documentação em dia para entrar em algum projeto. Certos documentos de receita federal, estadual e municipal. A guarda tem um CNPJ. Este reconhecimento não nos isenta de pagar impostos.<sup>64</sup>

A partir dos diálogos realizados com a Rainha, foi possível compreender que o trabalho realizado ao longo dos anos pelo Reinado tem acompanhado as necessidades e realidades daquele momento histórico em que reinam, mas com um princípio norteador: o de apoiar aqueles que necessitam. Neste sentido, a Rainha relata que seu papel como liderança também precisa acompanhar as transformações que a sociedade tem passado.

Esse discurso: eu, mulher preta, favelada, periférica. O que faz esta afirmação hoje positiva, no passado era negativa. Então, a gente aprendeu a não fazer este tipo de coisa, mas como o mundo está mudando, o século XXI está desmentindo o século XX. O que era real no século XX, não é no XXI. São coisas diferenciadas. Um exemplo: Monteiro Lobato. Monteiro Lobato está execrado. A obra dele não serve para pedagogia. E atrás do Monteiro Lobato vão muitos outros. E este tipo de coisa a gente vai entendendo como fazer. A gente sabe que foi uma violência. E o que eu posso fazer por mim hoje? Estudar, fazer a minha parte. E fazer a minha parte hoje é diferente dos que estudaram e fizeram a parte no século passado.<sup>65</sup>

Atualmente, a Rainha tem se ocupado com o apoio a homens negros que passam por algum tipo de exclusão social. Este trabalho está diretamente relacionado ao feminismo negro, que é um dos pilares deste trabalho. Segundo ela: “[...] o feminismo não está em equilíbrio e o tempo nos ajuda a equilibrar”<sup>66</sup>. Esta fala demonstra uma possibilidade de ampliação das relações feministas com o reconhecimento que existe um desprivilégio construído historicamente em desfavor dos homens negros. Neste sentido, a Rainha reconhece que é necessário realizar um exercício de acolhimento para aqueles que estão em uma situação de vulnerabilidade familiar ou social.

---

<sup>64</sup> Diálogo com Rainha Isabel Casimira/Belinha, realizado dia 7 de maio de 2023.

<sup>65</sup> *Ibid.*

<sup>66</sup> *Ibid.*

Rituais religiosos, pessoas que tem um estilo de vida que escolheu e não agrada o entorno, pessoas que se criminalizam, como ela tem condição de viver dali pra frente. Porque a sociedade imprime à pessoa uma exclusão. Ela exclui, mas ela não reconhece. Porque ela não reconhece que ela exclui uma pessoa que foi para a cadeia ou que teve que ir embora e não pode ficar mais? Mas, quando ela foi para a cadeia, resolveu o problema dela, sanou o que ela devia para a justiça, quando ela retorna à sociedade, a sociedade não aceita. Não reconhece que aquela pessoa fez suas ações, mas que ela já pagou por estas ações.<sup>67</sup>

A Rainha destaca a importância de realizar o acolhimento de pessoas que já foram encarceradas ou daqueles que cometeram algum crime contra a mulher, o que demonstra como o exercício de alteridade externo solicitado pelo reinado é praticado por ações solidárias na atuação de Isabel. De fato, os homens negros compõem massivamente o sistema prisional,<sup>68</sup> bem como podem ser vistos como parcela significativa da população em situação de rua.

Em seu discurso, a Rainha explica como esta situação ocorre na prática:

A mulher que sofreu a Maria da Penha vai pra lá resolver o problema dela. E aquele homem que ficou? Que não pode mais voltar na casa dele. Aqui no Concórdia mesmo, são casas de família. Então você tem a sua casa, com a sua mãe aqui, a casa da sua tia é do lado, a da sua prima é do outro lado, do seu irmão é do lado de lá. Então se aconteceu alguma coisa em um núcleo, você não tem como retornar para aquele ambiente. Aí você tem as opções: crime, droga, virar mendigo ou se matar. Então é suicídio e cadeia. Porque lá eles irão aceitar ele. Na rua também vai, pela rua afora, mendigando. E se ele ficar pela rua afora, talvez a justiça nem o encontre para prender. Então é uma situação que é nova pra gente. O machismo é uma coisa nova da gente saber como detectar um ato machista, pra gente saber criar nossos filhos para não serem machistas. Por exemplo, que está acontecendo muito, homens que passam pela Lei Maria da Penha. Eles erraram, eles têm que pagar pelo erro, mas eles têm a oportunidade de se tornarem pessoas melhores, mostrando para a sociedade que eles são melhores. Mas a gente, o governo tem que dar condições para que a pessoa se reerga, se reorganize. Mesmo que ela não queira se reorganizar numa linha reta, mas que ela seja uma pessoa melhor.<sup>69</sup>

Todas as vivências, diálogos e trocas realizados com a Rainha Isabel Casimira/Belinha evidenciam uma reterritorialização daqueles que fundaram o reinado por meio de sua ancestralidade africana e que permanecem atuando como referência para a comunidade. A imagem abaixo (Figura 11) foi realizada no dia 13 de maio, dia da abolição, dia em que se comemora o papel desempenhado pelo Reinado como um

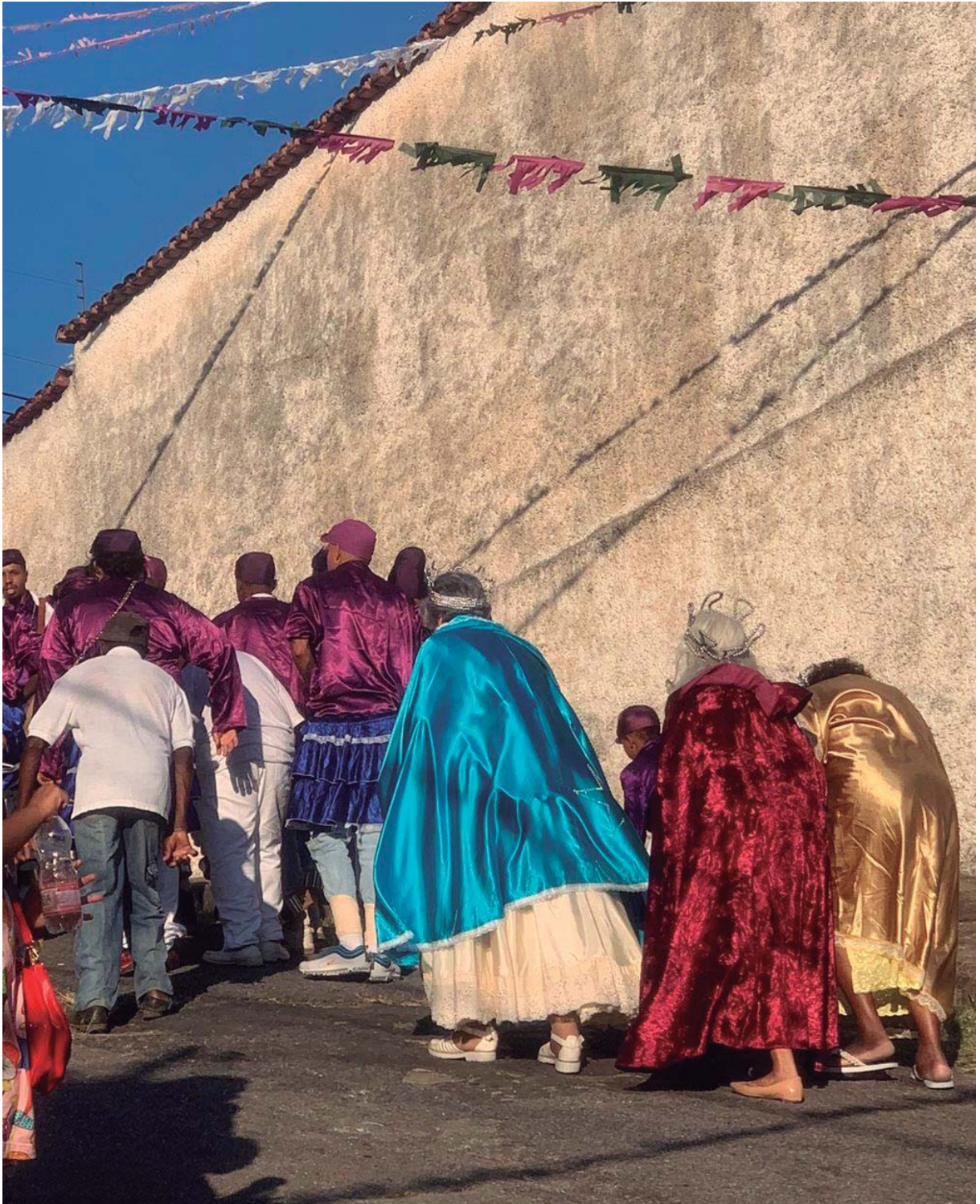
<sup>67</sup> Diálogo com Rainha Isabel Casimira/Belinha, realizado dia 7 de maio de 2023.

<sup>68</sup> Conforme dados divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, 68,2% da população prisional é negra. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

<sup>69</sup> Diálogo com Rainha Isabel Casimira/Belinha, realizado dia 7 de maio de 2023.

espaço de manutenção, valorização e difusão da cultura e religiosidade de matriz africana, que atua como resistência às subjugações sofridas ao longo da história de construção de Belo Horizonte.

Figura 11 – Rainhas convidadas para a Festa de Nossa Senhora do Rosário do Reinado Treze de Maio pelas ruas do Concórdia no dia 13 de maio de 2023



Fonte: acervo pessoal (2023).

## 2.4 As invisibilidades permanecem

A partir das análises apresentadas, é possível afirmar que, a constituição do bairro Concórdia partiu de uma invisibilidade do Estado que desconsiderou a existência de uma territorialidade da população que foi manejada para a Villa Operária Concórdia. A manutenção desta invisibilização pode ser identificada a partir do modo com que a política urbana lida com aquele território, na medida em que não o reconhece como um espaço de reterritorialização, conformado por uma ancestralidade africana nos modos de *criar, fazer e viver* de parte da população que ali reside.

Em visitas e conversas com moradores locais, foram ouvidas narrativas relacionadas às institucionalidades urbanas e que afetam o território, inclusive falas que apontam para a necessidade de uma leitura urbana que aprofunde a realidade social presente no bairro, como:

Ser reconhecida por políticas públicas é muito difícil sendo uma casa de candomblé.

Estar no Concórdia não é fácil, não pela vizinhança, mas pela especulação imobiliária, mesmo estando desde 1930.

No Concórdia não há isenção de IPTU para casas de matriz africana.

Pensar a cidade a partir das pessoas do lugar, considerar o que existe.<sup>70</sup>

Uma correlação entre os parâmetros urbanísticos vigentes e as relações sociais observadas no bairro permite avançar na compreensão de como o planejamento urbano pode operar. O principal parâmetro de uso e ocupação do solo do Concórdia definido pelo Plano Diretor vigente (Lei Municipal nº 11.181/19) é o zoneamento urbanístico que atualmente o bairro recebe (Belo Horizonte, 2019a). Este zoneamento é intitulado como Ocupação Moderada 2 (OM2) e estabelece diretrizes que são aplicadas de modo indiferenciado tanto no Concórdia como em outros bairros que possuem a mesma classificação, reforçando a homogeneização da leitura e da gestão urbana dos territórios. Apesar de sua especificidade, como sendo um território de manifestações de matriz africana, não há uma definição de nenhum tipo de sobrezoneamento que defina diretrizes especiais para o bairro.

---

<sup>70</sup> Diálogo com moradora do Concórdia, realizado dia 6 de agosto de 2022.

As falas citadas acima demonstram que a atual leitura homogênea da cidade não dá conta da complexidade socioespacial existente e que essa prática contribui para naturalizar a invisibilização dos processos racializados construídos e presentes na contemporaneidade.

Boaventura (2017) defende que:

As marcas dessa distinção social grafam, perceptivelmente, o espaço urbano brasileiro, sobretudo nas metrópoles. Estas grafias são rebatimentos dos processos históricos de estruturação e hegemonias de poder, de planejamento urbano e de conflitos raciais existentes na sociedade brasileira, onde a população negra tem sido subalternizada pelos grupos hegemônicos (Boaventura, 2017, p. 5).

Silva (2022) analisa que a afrodescendência da população não é valorizada, tampouco reconhecida, mas fica invisibilizada pela camada branca da sociedade. Segundo a autora, “Esta ideologia produz uma classificação social, com critérios, racial e sexual, que dispensam formas legais de segregação, pois a hierarquia já garante a dominação pelos brancos e gera uma divisão racial do espaço” (Silva, 2022, p. 293).

Esta invisibilidade identificada aponta para a existência de outras ambivalências que se desenham a partir das ações do Estado, amparadas por aparatos legais e processos históricos de invisibilização que favorecem um *sistema interligado de dominação* e que se materializam nos espaços urbanos.

## 2.5 Reflexões ambivalentes

É possível criar um paralelo entre a ação do Estado para a constituição do bairro Concórdia e a construção e desenvolvimento de Belo Horizonte. Se no Concórdia a *biopolítica* não conseguiu impedir que uma reterritorialização de matriz africana fosse capaz de acontecer, em outros espaços urbanos observa-se que a situação ocorreu de forma inversa. Nos ocorre, por exemplo, como se deu a constituição do aeroporto, barragem e do bairro da Pampulha e da sua arquitetura institucional e casario imponente, criando cartões postais a cada curva daquele represamento criado no início do século XX.

Ali o *sistema interligado de dominação* conseguiu criar e manter uma imagem de modernidade, beleza e sofisticação da engenharia e arquitetura modernista

brasileira, mas que se comparado às realidades urbanas de regiões cuja densidade demográfica é majoritariamente de pessoas negras, inclusive entre os moradores da área rural que ali existia, as imagens diferem muito do cartão postal. O patriarcado, a supremacia branca e o capital venceram no entorno da Lagoa da Pampulha.

Considerando as discussões aqui apresentadas, acerca da materialização dos processos de exclusão, concluímos que a segregação socioespacial presente nas cidades brasileiras é consequência de um processo de exclusão que possui raízes coloniais.

Na produção capitalista do espaço urbano, o racismo – uso e abuso das mulheres e homens nele capturados – fez no Brasil uma de suas maiores aparições. Nossas cidades e territórios foram concebidos, projetados, desenhados e construídos segundo moldes dos poderes coloniais, fosse instaurando novos espaços, fosse subjugando aqueles espaços pré-coloniais consolidados. Foi necessário urbanizar a colônia; em outros termos, territorializar a relação colonial. A urbanização brasileira se constituiu reconciliada com uma tradição de opressão, em nome, sim, de uma lógica de raça, além de mediante operações discursivas, teóricas e práticas (Velloso, 2012, p. 123).

Este processo histórico de permanente colonização do espaço urbano demonstra que a materialização das relações racializadas no território se estruturam a partir de uma contínua conformação de segregações e exclusões. O que se observa nos espaços urbanos é “[...] uma produção em escala ampliada de populações em situação irregular” (Mbembe, 2021, p. 71). No caso dos processos de racialização das relações sociais brasileiras, ocorre a construção de uma hegemonia de poder estruturada numa raiz colonial.

Nascimento (2019) defende que, um:

[...] rígido monopólio do poder permanece, no Brasil, nas mãos da camada “branca” minoritária, desde os tempos coloniais até os dias de hoje, como se fosse um fenômeno de ordem “natural” ou de um perene direito “democrático” (Nascimento, 2019, p. 38).

Ou seja, a segregação socioespacial racializada encontra uma invisibilidade mesmo sendo uma questão central nos processos urbanos. Esta materialização colonial da hegemonia do poder pode ser identificada em discussões recentes acerca dos nomes de logradouros públicos como uma simbologia da racialização do espaço urbano.

Em Belo Horizonte, uma situação ambivalente pode ser identificada. Na região central, por exemplo, onde há um acúmulo de capital econômico, são encontrados nomes de ruas de personagens históricos que carregam um passado colonial, como: Avenida Álvares Cabral, Avenida Cristóvão Colombo, Rua Alvarenga Peixoto e Rua Martim de Carvalho. Esta cartografia colonial demonstra como o espaço urbano está conformado numa estrutura supremacista branca, o que leva à naturalização da racialização presente nas relações sociais nestes espaços da cidade. Já o Bairro Trevo, que surgiu da ocupação-comunidade Dandara, possui a nomenclatura de logradouros com uma representatividade oposta à da área central. Diversos nomes de personalidades negras dão nome às ruas, como: Avenida Dandara, Rua dos Quilombos, Rua Nelson Mandela e Rua Milton Santos.

Bastos *et al.* (2017, p. 257) analisam que, “[...] o processo da Dandara trouxe também uma inovação notável: a construção de um plano urbanístico desenvolvido colaborativamente por comunidade, urbanistas e outros técnicos”. Isso também pode indicar uma outra existência enquanto possibilidade de elaboração de um espaço urbano diverso, representativo e inclusivo.

Outro aspecto desta materialização discutida aqui pode ser identificado nos crescentes questionamentos realizados por grupos sociais antirracistas, que trouxeram ao debate urbano a permanência de elementos históricos que carregam um passado colonial, questionando se sua presença nos espaços das cidades é legítima, já que muitos destes personagens foram comerciantes de pessoas escravizadas e bandeirantes da época das colonizações. É possível relacionar estas representações como uma forma de perpetuar a supremacia presente no espaço urbano, na medida em que elementos simbólicos presentes nas cidades reforçam o período da colonização e escravização de pessoas negras.

Estes questionamentos que pretendem romper com as representações supremacistas existentes nas cidades podem ser identificados nos movimentos de contestação da permanência de estátuas que ocorreram em diversos países, inclusive no Brasil. Movimentos desse gênero refletem a insatisfação de parte da população de ter em seus espaços urbanos elementos simbólicos que remetem à violência e à opressão do passado e que estão materializadas na contemporaneidade.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> O projeto Salvador Escravista discute esta disputa presente nos espaços urbanos por meio do registro dos espaços com representações coloniais, bem como propõe uma reconstrução da história registrando a memória africana na cidade. O projeto se divide em quatro eixos principais:



Monteiro (2021) defende que estas representações territoriais estão diretamente relacionadas às relações de poder presentes na sociedade capitalista e que são estabelecidas atualmente por meio de políticas neoliberais e não por uma lógica social. Para o autor, estas representações são capazes de dar luz a determinadas questões sociais e, ao mesmo tempo, encobrir outras realidades. A vantagem é que o espaço urbano está em constante alteração, ele é dinâmico. Este dinamismo propicia uma reelaboração das representações existentes, com supressões e surgimentos. Monteiro (2021, p. 181) cita a importância destas “resistências e re-existências” para a compreensão das possíveis dinâmicas do espaço urbano contemporâneo.

Estas contestações não desestruturam o *sistema interligado de dominação*, mas apontam para potenciais alterações urbanas.<sup>72</sup> Elas demonstram a insatisfação de um grupo social com os elementos urbanos que representam determinados espaços da cidade que produzem um espaço urbano supremacista e racializado. É possível, então, analisar a intenção destes grupos sociais de reificar determinadas áreas urbanas a partir de uma ação que altera o significado daquele espaço e, conseqüentemente, passa a representar outros valores sociais. Esta reificação pode ocorrer por meio de atos depredatórios, que têm sido contestados e punidos pelas autoridades locais, mas que em alguma medida conseguem concretizar a

---

homenagens controversas, homenagens reparadoras, lugares esquecidos e lugares de memória. Maiores informações estão disponíveis em: <https://www.salvadorescravista.com/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

<sup>72</sup> A cidade de Charlottesville, localizada no estado da Virgínia nos Estados Unidos, protagonizou uma discussão acerca da permanência das estátuas dos generais do Exército confederado Robert E. Lee e Thomas Jackson, instaladas num parque da cidade. Nos últimos quatro anos, a cidade presenciou uma disputa judicial para definição do destino das estátuas. Após a manifestação de supremacistas brancos contra a remoção das esculturas, que culminou na morte de uma mulher, a justiça americana iniciou um processo de entendimento da importância de ressignificação dos elementos simbólicos presentes nas cidades (Beauregard, 2021; Fortin, 2017). Em julho de 2021, as estátuas foram removidas do parque onde estavam instaladas e permanecerão guardadas até que a justiça defina seu destino. Em 2020, uma estátua de Cristóvão Colombo foi removida, incendiada e jogada em um lago na cidade de Richmond, também no estado da Virgínia nos Estados Unidos. No mesmo ano, a estátua de Edward Colston, um comerciante de escravizados inglês, foi derrubada por manifestantes e jogada no porto da cidade de Bristol na Inglaterra (Faulconbridge, 2020; Mars; Sandoval; Laborde, 2020; Nassif, 2021). A cidade de São Paulo também foi palco destas manifestações. Em 2016, o Monumento às Bandeiras, situado em frente ao Parque do Ibirapuera e a estátua do bandeirante Manuel Borba Gato, no bairro Santo Amaro, sofreram um ataque com pichação. A estátua do bandeirante sofreu um segundo ataque que ampliou a discussão acerca destes elementos simbólicos nas cidades brasileiras. Manuel Borba Gato teve um papel importante no avanço da colonização no interior do país e foi responsável pela escravização de pessoas negras e indígenas. Na visão de um grupo social, a estátua pode representar os valores coloniais e a sua presença na cidade perpetua a ideia de manutenção de um espaço urbano que naturaliza as relações racistas. No dia 24 julho de 2021, o monumento foi incendiado e os autores que assumiram o ato foram presos (Bergamo, 2020; Gabriel, 2020; Mercier, 2021).

ambivalência de duas existências: a da *clareza* da existência de uma materialização que simboliza os processos supremacistas no espaço urbano e a existência de uma *opacidade* pretendida a partir destes movimentos sociais insurgentes.

## 2.6 Em suma, o que indica a Ambivalência Ser Espaço Urbano?

Neste segundo capítulo, foram apontadas evidências da *clareza* da ação *brutalista* do Estado em uma construção histórica das relações racializadas. Para desvelar esta ação, foi realizado um recorte histórico em Belo Horizonte, mais especificamente com um estudo de caso do surgimento da Villa Operária Concórdia, que se deu pela criação de aparatos legais que culminaram em processos de extração e subtração *biopolítica* da população negra. Na sequência, a análise da ambivalência se deu com a identificação de *opacidades*, por meio da reterritorialização destas pessoas a partir de sua ancestralidade africana, materializada no atual bairro Concórdia, que é considerado uma *Pequena África* na cidade. Estas *opacidades* foram evidenciadas pela apresentação e análise de três potências locais: as relações estabelecidas com a Praça Gabriel Passos, o papel cultural do Bloco Afro Magia Negra e a atuação da Rainha Isabel Casimira, por meio do Reinado Treze de Maio das Guardas de Congo e Moçambique de Nossa Senhora do Rosário.

À vista disso, percebe-se que, apesar da ancestralidade encontrar força para resistir à violência operada pelo Estado, na *clareza* dos processos urbanos, as invisibilidades permanecem. À medida que esta reflexão é aplicada para outras regiões da cidade, utilizando-se esta lente ambivalente de análise, enxergamos que a racialização do espaço urbano está materializada na contemporaneidade e que existe um processo de naturalização e invisibilização das dinâmicas sociais urbanas. Neste sentido, é necessário que esta potência ancestral seja reconhecida como um dispositivo de resistência que precisa ser valorizado e protegido. O Estado precisa reconhecer que a *clareza* de suas ações está inserida em um *sistema interligado de dominação*, que muitas vezes atua com violações contra a população negra. Ao mesmo tempo, é preciso que estas pessoas exijam que esta valorização se converta em práticas de reparação de uma violência histórica, afinal, os privilégios a favor de uma supremacia permanecem institucionalizados. No próximo capítulo, avançaremos para estas institucionalidades urbanas e como uma dimensão institucional ambivalente tem sido delineada na estrutura organizacional do Estado.



### **CAPÍTULO 3. AMBIVALENCIA SER INSTITUCIONALIDADE: INVISIBILIDADE E REPARAÇÃO**

O estado alterou os contratos, da oralidade para a escrita. Precisamos usar as mesmas armas coloniais.<sup>73</sup>

No primeiro capítulo, avançamos na compreensão dos processos de garantia da salvaguarda dos territórios de comunidades tradicionais protagonizados por uma liderança matripotente. Na sequência, foi analisado outro tipo de proteção acionada pela ancestralidade, materializada pela existência de núcleos e espaços de preservação de modos de *criar, fazer e viver* de matriz africana. Ambos processos apresentados possuem uma similaridade que é a da ação do Estado como agente que promove as violações vivenciadas pelas populações afetadas.

Neste capítulo, é a ambivalência presente nas instituições que estará em análise. E se, de um lado, existem agentes que promovem violações, propõe-se, aqui, a análise de resistências institucionais capazes de buscar ferramentas de contenção dos danos causados à população negra. Desse modo, a reparação a ser analisada se relaciona com a existência de agentes públicos e instituições que se organizaram a partir da garantia de direitos em prol de uma igualdade racial. Já a ideia de invisibilidade se apresenta na negação da existência de ações que foram construídas ao longo da história e que promoveram as segregações socioespaciais por meio do privilégio de uma parcela da sociedade atuando a favor da manutenção de um *sistema interligado de dominação*.

A fala de Antônio Bispo dos Santos demonstra como esta ambivalência pode operar: “Precisamos usar as mesmas armas coloniais”<sup>74</sup>. Ao relacionarmos essas armas com o papel desempenhado pelo Estado, torna-se necessário acionar mecanismos internos para tentar fissurar as interligações do sistema em busca de uma equidade de oportunidades.

A defensora Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch afirma que é:

Importante avançar na compreensão da forma como a colonização ainda se faz presente: há um processo de violência do qual a gente não vai se distanciar dele, porque ele foi determinante para que a própria violência continue sendo reproduzida. Isso está na origem.

Há uma condição que ela não é exclusiva da população negra, também os indígenas, ciganos, todos aqueles que vão divergir desse parâmetro de sociedade branca, vão em algum momento encontrar dificuldades, em graus diferenciados, é certo, mas vão encontrar. Da mesma forma, no entanto, do

---

<sup>73</sup> Fala de Antônio Bispo dos Santos durante o Primeiro Seminário dos Kilombu, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>74</sup> *Ibid.*

ponto de vista jurídico, os que buscam acessar direitos garantidos apenas na linguagem do colonizador, portanto, para garantir a supremacia branca, vão se deparar com seus direitos deslocados para outros espaços. Mas eles estão o tempo todo colocando o Estado neste papel de mediador, também, para superação desta violência. A obrigação de superar a violência é estatal, ainda que ela seja reproduzida no meio social.<sup>75</sup>

Considerando o papel do Estado como um possível mediador para os conflitos sociais, será discutida a existência de institucionalidades que se organizaram com o objetivo de atender à agenda antirracista implementada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em detrimento das invisibilidades existentes no planejamento urbano.

A questão foi colocada da seguinte forma por Ana Cláudia:

Como tornar o Estado realmente um mediador e em condições de coibir essas violências para poder trazer uma harmonização, nessa igualdade de condições e oportunidades que devem ser conferidas a todas as pessoas?<sup>76</sup>

Para compreensão dessa ambivalência, num primeiro momento, serão analisados os marcos legais que culminaram na criação de instâncias ligadas à promoção da igualdade racial dentro do organograma institucional da prefeitura. Em paralelo, será analisado o planejamento urbano, a fim de criarmos um contraponto dentro desta estrutura organizacional. Avançaremos para a compreensão desta ambivalência por meio de ações institucionais, como as plenárias do COMPIR e a realização do Primeiro Seminário dos Kilombu.

### **3.1 Surge uma Institucionalidade**

O primeiro marco temporal da breve perspectiva histórica que propomos percorrer ocorreu em 2005, ano em que foi realizada a primeira Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, organizada a partir de diretrizes federais definidas na primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, entre os dias 11 e 13 de maio do mesmo ano. Esta política federal surgiu a partir da promulgação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no dia 20 de novembro de 2003, instituída pelo presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo ano da criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (Brasil, 2003). É necessário destacar que, toda a agenda de promoção da

---

<sup>75</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

<sup>76</sup> *Ibid.*

igualdade racial de Belo Horizonte parte da instância federal<sup>77</sup>. Processo similar foi relatado anteriormente em relação à certificação das comunidades quilombolas.

Em 2007, foi sancionado o Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. O referido decreto criou um orçamento federal para instituição da política, o que viabilizou o financiamento de ações, inclusive em um nível municipal (Brasil, 2007).

Em 2009, foi aprovado na Câmara Municipal de Belo Horizonte o Projeto de Lei nº 432/2009, que dispunha sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PMPiR) e criava o Conselho de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR). No mesmo ano, foi lançado o primeiro Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial que estabeleceu diretrizes para a PMPiR, a partir das deliberações da conferência de 2005 (Belo Horizonte, 2009).

No ano seguinte, foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial através da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010. A criação do Estatuto foi um marco legal histórico na medida em que instituiu a necessidade de criação de políticas públicas e ações afirmativas a fim de realizar a “[...] correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades” (Brasil, 2010, art. 1). Este aparato abriu espaço para a criação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Brasil, 2012). Não discutiremos a política de cotas nesta pesquisa, mas destacamos a importância deste instrumento legal para a alteração do panorama universitário, que até então se apresentava supremacista branco.

---

<sup>77</sup> López (2012) discute em seu trabalho o conceito de racismo institucional e o processo histórico que culminou na realização da Conferência Nacional de 2005. Na década de 1990, surgiu a Comissão pela Igualdade Racial na Inglaterra, após o assassinato do estudante de arquitetura Stephen Lawrence, devido ao fato do judiciário inglês não possuir ferramentas jurídicas capazes de tratar a questão racial envolvida no crime. Com isso, a Inglaterra construiu parâmetros institucionais para a atuação da polícia, que reverberam em ações governamentais e transnacionais, como a Conferência Mundial contra o Racismo em 2001. No Brasil, estas ações se disseminaram por meio do debate realizado pelo Movimento Negro. Segundo López (2012, p. 128), “A mobilização então realizada ampliou o debate público sobre a questão racial e sobre como o poder público poderia desenvolver atividades efetivas de desconstrução do racismo, ao mesmo tempo em que propiciou contato e conhecimento mais amplos com experiências que estavam sendo desenvolvidas em outros países”. Em 2005, foi instituído o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), uma iniciativa voltada para a área da Saúde, criada “[...] por meio de uma parceria que contou com: a SEPPiR, o Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID), como agente financiador, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como agência responsável pela administração dos recursos alocados para o programa” (López, 2012, p. 128).

Ainda em 2010, a partir do Decreto Municipal nº 14.132/2010, foi regulamentada a Lei Municipal nº 9.934, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial e criou o COMPIR (Belo Horizonte, 2010). Este é um marco histórico na política de Belo Horizonte, o qual, conforme tentaremos demonstrar, deu um passo para o surgimento de uma institucionalidade que busca uma reparação por meio de mecanismos de Estado.

No ano de 2016, foi promulgada a Lei Municipal nº 10.919, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre a oficialização do Festival de Arte Negra, o FAN, a partir da disponibilização de orçamento da pasta da cultura do município. O FAN objetiva fomentar o não apagamento da história da cultura negra em Belo Horizonte, sendo um espaço de reflexão e resistência da cultura afro (Belo Horizonte, 2016a). No mesmo ano, também foi estabelecida a Lei Municipal nº 10.924, de 23 de maio de 2016, que garante a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos públicos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta do poder executivo do município de Belo Horizonte à população negra (Belo Horizonte, 2016b).

Em 2019, foi instituída a Resolução Compir nº 01/2019, que criou o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte. A instituição do plano, que está em vigência, aponta para os caminhos de reparação que serão discutidos a seguir (Belo Horizonte, 2019b).

Antes de avançar na análise, é importante compreender como opera o papel mediador do Estado, tanto na visibilização de uma demanda social, seguida da criação de parâmetros específicos, quanto da invisibilização de necessidades da sociedade.

A defensora Ana Cláudia aponta que:

A questão é mais complexa à medida que você vai se aprofundando nas questões de Estado, na questão da soberania, linhas imaginárias que delimitam quem é o inimigo, quais são as perspectivas que devem ser estabelecidas para a proteção do meu território. Mas, é por aí que a técnica jurídica entra, permitindo, hoje, pelo menos teoricamente, que se consiga uma vivência territorial menos conflituosa. É ela que dá ao Estado o papel de mediador da violência. Para que ela cesse.<sup>78</sup>

Outro ponto que precisa ser salientado é com relação à data de início de implementação de políticas públicas relacionadas com a promoção da igualdade

---

<sup>78</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

racial. Há menos de vinte anos foi iniciado este processo, ou seja, a recente agenda iniciada pelo governo Lula (2003-2011) está em implementação e seus impactos começam a ser percebidos atualmente. Ainda que o trabalho não tenha aprofundado no impacto específico do governo Bolsonaro (2018-2022) sobre o tema, é possível identificar esforços de reparação institucional e influência política do atual governo iniciado em 2023.

Segundo Ana Cláudia:

A democracia, toda vez que ela é confrontada, ela abre uma veia de violência, por meio de retrocessos. Mas, a gente tem que encarar, pois não se pode abrir mão do que já foi conquistado. Ainda que muitas coisas sejam inadequadas, a gente precisa ter esta arma — a própria democracia —, para poder lutar. A gente tem hoje parâmetros que são necessários para a gente garantir equidade ou mesmo o mínimo de igualdade para que as coisas sejam melhores do que elas poderiam ser se fosse de qualquer jeito.<sup>79</sup>

A partir dos marcos apresentados, discute-se a seguir o papel das instâncias municipais citadas e que têm como objetivo a promoção da igualdade racial em Belo Horizonte; em paralelo, apresentaremos o papel da política urbana neste panorama institucional. Ao longo da pesquisa, foi estabelecido um diálogo com a Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial (DPIR), bem como foi possível participar de duas plenárias do COMPIR, realizadas nos dias 28 de abril de 2022 e 19 de janeiro de 2023.

### **3.2 DPIR/COMPIR**

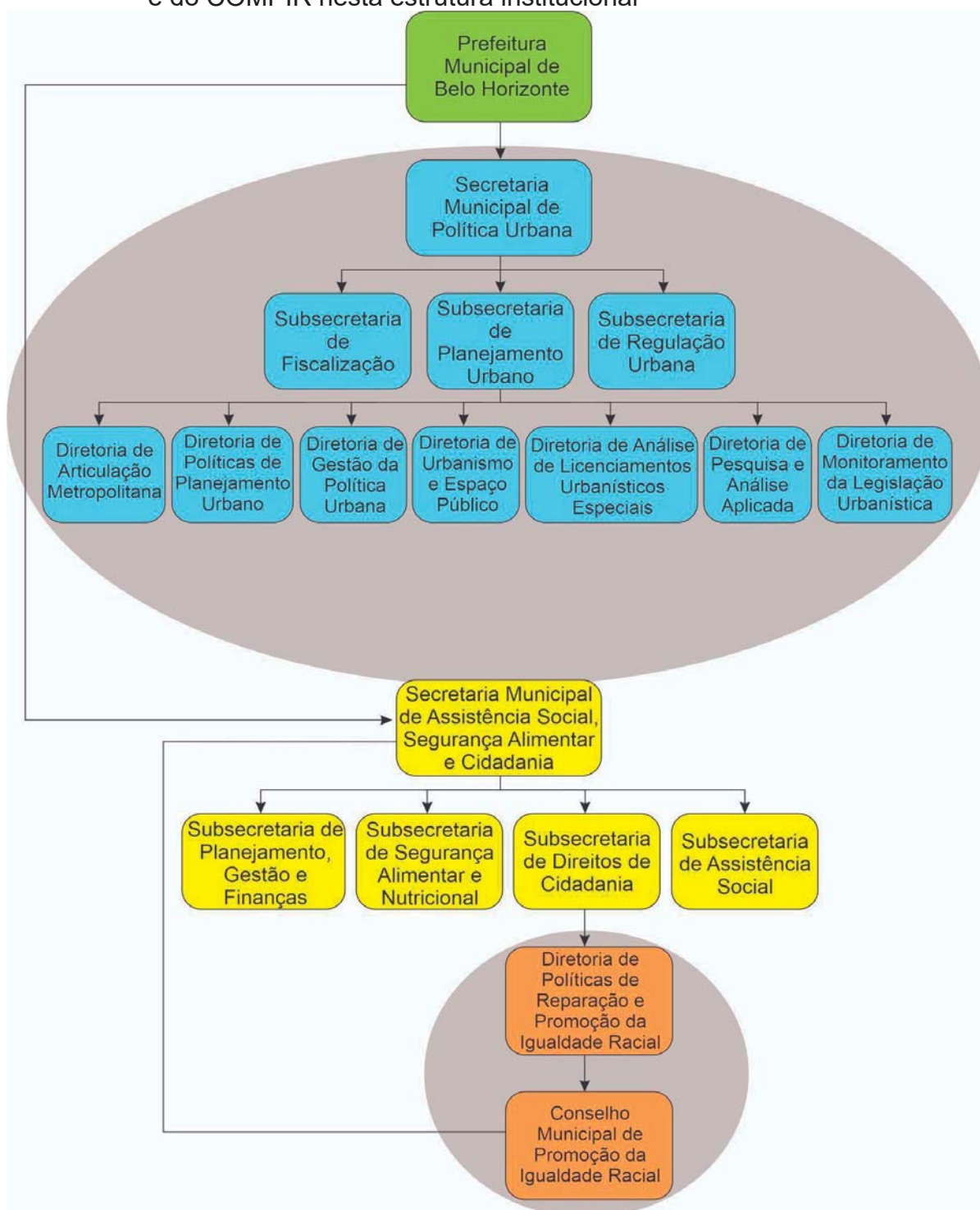
Para fins de cumprimento da Lei nº 9.934/2010, foi criada a DPIR, que é vinculada à Subsecretaria de Direitos de Cidadania e que está inserida no quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (Belo Horizonte, 2010). Um primeiro aspecto que precisa ser destacado refere-se ao espaço político que foi criado para cumprimento das leis sancionadas. Apesar da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte iniciar uma trajetória de tentativa de implementação de uma agenda institucional antirracista, percebe-se que existe uma limitação dentro da estrutura da instituição para possibilitar uma atuação em prol de políticas de reparação e promoção da igualdade racial.

---

<sup>79</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.



Figura 12 – Organograma da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que destaca em azul a área de atuação da Política urbana e em laranja a posição da DPIR e do COMPIR nesta estrutura institucional



Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados do site oficial da PBH.

O fato da DPIR estar inserida em uma subsecretaria demonstra que as possibilidades de atuação da diretoria podem ser limitadas, quando comparada à existência, por exemplo, de uma Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU). Os

limites de atuação aqui apresentados referem-se a, por exemplo, acesso à verba pública destinada para a implementação de trabalhos pelas diversas pastas, bem como o limitado número de agentes públicos que podem atuar nas respectivas institucionalidades. O organograma acima pretende demonstrar resumidamente estes potenciais limites de atuação, na medida em que a DPIR está subordinada a outros extratos institucionais quando comparada à possibilidade de atuação da política urbana.

O diálogo realizado com Makota Kisandembu, diretora da DPIR, no período de 2017 até o momento, e presidenta do COMPIR, na gestão 2021/2023, traz percepções acerca de avanços relacionados à atuação institucional desempenhada dentro da prefeitura.

No momento, eu discordo que exista uma resistência da Prefeitura de Belo Horizonte no sentido de não reconhecimento do racismo. Porque desde que eu entrei em 2017, não estou dizendo que as minhas antecessoras não tenham feito isso, a DPIR estabeleceu um plano amplo de capacitação de servidores para enfrentamento ao racismo institucional, para que os servidores não sofressem racismo e não cometessem o racismo institucional. Dessas capacitações nasceram algumas questões, principalmente na segurança pública, como a Rede de Espaços Sagrados Protegidos e o Núcleo de Mediação, Prevenção e Cidadania.<sup>80</sup>

Nós iremos lançar uma portaria que regulamenta o uso de parques e cemitérios por povos e comunidades tradicionais. E aí os servidores foram capacitados a entender que esses povos e comunidades tradicionais têm livre acesso. Todo mundo tem direito de liberdade religiosa, de suas práticas e não seria diferente como povos e comunidades tradicionais.<sup>81</sup>

Makota Kisandembu afirma que é papel do COMPIR monitorar as atuações necessárias para cumprimento do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, sendo que:

A implementação e desenvolvimento do plano de Promoção da Igualdade Racial vai além da inserção das ações de igualdade racial nos órgãos municipais, significa enfrentar um dos maiores desafios da sociedade atual que é superar o racismo institucional, reconhecendo o caráter multiétnico da sociedade garantindo a não discriminação de qualquer natureza no acesso aos bens e serviços públicos e privados (Belo Horizonte, 2019, p. 9).<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> Informações sobre a capacitação da Rede de Espaços Sagrados Protegidos está disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/rede-de-espacos-sagrados-prottegidos-da-prefeitura-tem-adesao-do-mp> e sobre a capacitação do Núcleo de Mediação, Prevenção e Cidadania está disponível em <https://www.ufmg.br/diversa/8/polosdecidadania.htm>. Acessos em: 6 ago. 2023.

<sup>81</sup> Diálogo com Makota Kisandembu, realizado dia 25 de março de 2022.

<sup>82</sup> Ainda sobre o racismo institucional, López (2012, p. 127) destaca que ele “[...] não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação (como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial, tal qual reconhecidas e

Atualmente, o COMPIR é “[...] composto por 20 conselheiros governamentais e 20 conselheiros da sociedade civil, com seus respectivos suplentes”, com previsão bienal de gestão (Belo Horizonte, 2019, p. 8). Esta composição se dá exclusivamente por agentes institucionais que indicam membros representantes para compor o conselho.

Os conselheiros governamentais são compostos por servidores públicos que em alguma medida estão inseridos na questão racial da prefeitura, como da área da cultura e educação. É importante destacar que, o representante designado para atuar nas questões urbanas é a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte, a Urbel. Adiante, analisaremos o papel desta instância no enfrentamento à questão urbana de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

Já a sociedade civil é composta por entidades relacionadas à questão racial. A gestão de 2021 a 2023 era composta pelas seguintes entidades: União de Negros pela Igualdade, Associação Sócio-Cultural Nzo Jundanji Kuna Kkos’l, Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana, Rede Afro LGBT MG, Juventude Negra, entidades religiosas de matriz Africana, empresários e empreendedores negros, pesquisadores, intelectuais e universitários negros, Associação Cultural Odum Orixás, Projeto Kizomba, representantes de outros grupos étnicos, Organização do Movimento de Vilas e Favelas, Central Única dos Trabalhadores, Ordem dos Advogados do Brasil/MG e Levante Popular de Juventude.

A partir desta formação foram instituídos os Grupos Gestores do Plano de Promoção da Igualdade Racial (GGPIR) que são formados por servidores que atuam institucionalmente.

Segundo Kisandembu:

São grupos gestores com representantes da secretaria. Esses servidores irão fazer com que o plano municipal seja executado dentro da secretaria. Eles fazem com que avance nesta pactuação. Ao mesmo tempo, eles monitoram.<sup>83</sup>

---

punidas pela Constituição brasileira). Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades”.<sup>83</sup> Diálogo com Makota Kisandembu, realizado dia 25 de março de 2022.

O plano municipal possui três etapas de implementação entre 2019 e 2028, com previsão de revisão a cada quatro anos, subdivididas em oito eixos de atuação. O eixo *Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial* tem como objetivo descentralizar, monitorar e consolidar a Política Municipal de Promoção da Igualdade. Já a *Gestão da Informação* objetiva organizar, sistematizar e articular informações, bem como aprimorar o sistema de gestão da informação e coleta de dados sobre raça/cor/etnia, além de expandir o conhecimento sobre o perfil étnico-racial da população atendida.

O eixo *Comunidades Tradicionais, Culturas Urbanas e Contemporâneas* foca sua atuação nas comunidades tradicionais de matrizes africanas, comunidades quilombolas, indígenas, reinado, culturas urbanas e capoeira. O eixo *Superação do Racismo Institucional* tem como objetivo a construção de estratégias de enfrentamento ao racismo, o financiamento da PMPIR, a reparação das desigualdades, promoção da igualdade de direitos, a criação de redes de eliminação do racismo e a promoção da igualdade racial.

O eixo *Saúde* é focado na atenção integral à saúde da população negra, indígena e cigana e o *Educação* objetiva à implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que se relacionam ao ensino e difusão da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana e dos povos e comunidades tradicionais. O eixo *Preservação da Cultura e do Patrimônio Material e Imaterial de Origem Africanas, Indígenas e Ciganas* tem como objetivo descentralizar ações, proteger e promover a diversidade cultural, bem como realizar a expansão do conhecimento, afirmação e fortalecimento das identidades culturais da cultura negra, indígena e cigana. O último eixo é voltado ao *Meio Ambiente*, que objetiva incorporar as especificidades e criar condições para que comunidades tradicionais de matriz africana, ciganos e povos indígenas sejam protagonistas na ação de educação ambiental. Todos os eixos possuem metas de atuação, ações, estratégias, prazos e agentes envolvidos para a sua implementação.

Ao analisar o plano municipal, um primeiro aspecto que pode ser observado é a ausência de um eixo relacionado ao planejamento urbano. Vale reconhecer que, se os objetivos propostos forem alcançados, terão um impacto significativo nas dinâmicas das relações sociais, na medida em que engloba, inclusive, a população cigana e indígena em suas ações. Entretanto, o aporte político que a DPIR possui pode limitar suas possibilidades de atuação e apontar para uma dificuldade de implementação do plano. Além disso, a ausência da SMPU aponta para a

impossibilidade de se estabelecer uma discussão acerca do papel da política urbana no enfrentamento ao racismo, o que indica uma fragilidade num mecanismo do Estado que visa a promoção da igualdade racial.

Para avançar na compreensão do desempenho das institucionalidades, ao longo do trabalho foi possível participar de duas plenárias do COMPIR. Por se tratar de um conselho formado por entidades, a participação de agentes externos nas reuniões fica condicionada a uma autorização prévia. No caso da pesquisa, a intenção era realizar uma aproximação com as entidades participantes e saber quais eram as pautas tratadas, bem como compreender como está acontecendo a implementação do plano.

No dia 28 de abril de 2022, foi autorizada a participação em uma plenária para a apresentação da pesquisa e iniciar uma aproximação com o conselho. Makota Kisandembu compartilhou que a pandemia afetou a execução do plano e salientou a importância de participação da sociedade civil. Segundo ela, a paralisação efetiva da sociedade civil cria uma lacuna, bem como a futura mudança política traz uma insegurança na continuidade do plano. Makota também destacou a importância da realização das devolutivas dos trabalhos realizados pelos GGPIR's para monitoramento dos objetivos a serem alcançados.

Na sequência, foi apresentado o trabalho realizado pelo GGPIR da cultura, representada pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Dentre as pautas tratadas, foi citado o trabalho realizado pela área de patrimônio cultural na cidade e o papel de proteção e visibilização dos territórios de pessoas negras, bem como foram apresentados alguns projetos em andamento acerca da discussão da relação territorial e simbólica que há em parques e áreas verdes para praticantes de manifestações de matriz africana. Também ocorreu a apresentação do GGPIR da Urbel, que destacou a importância do reconhecimento dos territórios quilombolas, bem como a necessidade de reversão da invisibilidade por meio do reconhecimento das comunidades tradicionais. Nesta fala, foi destacado que o plano diretor pode ser um instrumento de garantia desse direito.

Ao final da plenária, foi realizada a apresentação da pesquisa. Uma das críticas realizadas por um dos conselheiros foi acerca da necessidade de realização de contrapartidas sociais por parte da academia, que muitas vezes tem buscado uma aproximação com as entidades, mas que não estabelece uma relação de

reciprocidade. No diálogo realizado com Makota Kisandembu foi indicada uma reflexão parecida:

Não adianta você criar programas, criar mapas, fazer pesquisa, apontar, descobrir e saber. E ficar de braços cruzados, porque a pesquisa tem que servir para alguma coisa. Ela tem que servir para fazer políticas públicas de enfrentamento ao genocídio.<sup>84</sup>

A partir das pautas apresentadas na plenária do COMPIR, é possível realizar uma reflexão relacionada às invisibilidades que são identificadas na política urbana. Um primeiro aspecto que pode ser observado refere-se à efetiva participação do planejamento urbano junto ao conselho representado pela Urbel, que é uma sociedade de economia mista, ou seja, apesar dos serviços prestados serem públicos, esta apresenta aspectos de uma empresa privada<sup>85</sup>. A sociedade foi criada em 1983 e tem como objetivo a implementação da Política Municipal de Habitação Popular, que é voltada para o atendimento de moradias e assentamentos em zonas e áreas de interesse social, além de outras ocupações organizadas. Além disso, a Urbel está vinculada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e não à Secretaria Municipal de Política Urbana, o que pode demonstrar o distanciamento desta sociedade das discussões voltadas às articulações econômicas e políticas necessárias para a criação das políticas urbanas da cidade.

Makota Kisandembu afirma que as questões urbanas surgem no COMPIR quando demandas externas solicitam um apoio institucional, principalmente relacionadas às ameaças territoriais.

Nas questões urbanas têm surgido problemas, daí o COMPIR tem chamado as secretarias para conversar. Alguns problemas são resolvidos rapidamente, outros nem tanto. A gente está com um trabalho dentro do Quilombo Mangueiras desde 2020. Um GT institucional que foi tratado diretamente das questões dentro do quilombo. Então, havia vários órgãos da Prefeitura se reunindo ali dentro do território para ver a questão do Córrego do Onça, os impactos da chuva, a contaminação das nascentes pelo esgoto, a ocupação que cresce desordenadamente e já invadiu boa parte do território do quilombo.<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Diálogo com Makota Kisandembu, realizado dia 25 de março de 2022.

<sup>85</sup> A Sociedade de Economia Mista foi criada por meio do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe em seu artigo 5º, inciso III: “Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta” (Brasil, 1967, art. 5).

<sup>86</sup> Diálogo com Makota Kisandembu, realizado dia 25 de março de 2022.

A gente tem feito um diálogo direto com a Secretaria de Obras e a Urbel referente aos problemas que são relatados diretamente para a diretoria ou ao conselho, além do monitoramento do plano que está sendo feito pelo conselho e pela diretoria. Então, eu considero que a gente tem conseguido avançar, mas eu sempre falo isso: 500 anos de dívida com a população preta nesse país. Essa dívida não vai ser paga assim, da noite para o dia. E nesse ínterim, os problemas só vão se agravando. E quando você fala da questão urbana, a gente vê o tamanho das periferias de Belo Horizonte, onde elas estão e as condições dessas periferias.<sup>87</sup>

É necessário destacar o papel que a cultura e o patrimônio têm desempenhado na tentativa de visibilizar a história negra na construção do espaço urbano, mediante o reconhecimento de patrimônios imateriais culturais na cidade<sup>88</sup>, bem como têm apoiado a salvaguarda de territórios da população negra que realizam práticas de matriz africana. Também tem sido fomentado o livre uso de espaços públicos para a realização destas manifestações sem que ocorram violações, para que o direito do ir e vir sejam respeitados, o que em alguma medida garante aspectos da cidadania destas pessoas.

A partir dos relatos trazidos, também é possível perceber que há uma articulação política por meio do COMPIR para que ocorra a implementação do plano municipal. Estas ações podem ser identificadas como uma existência institucional na tentativa de uma reparação histórica e que é protagonizada por pessoas negras que se organizaram como entidades, tanto no âmbito público quanto no civil. Um ponto que chamou atenção, foi o número majoritário de entidades representadas por mulheres negras durante a plenária, o que demonstra o papel de liderança ocupado por estas mulheres nas institucionalidades municipais.

Destaca-se que a DPIR e COMPIR possuem, respectivamente, a direção e a presidência realizada por uma Makota, que segundo as tradições de matriz africana refere-se a uma assessora que lidera uma comunidade religiosa. Em sua fala, Makota Kisandembu reconhece a articulação política em busca de uma reparação difícil de alcançar.

---

<sup>87</sup> Diálogo com Makota Kisandembu, realizado dia 25 de março de 2022.

<sup>88</sup> Um exemplo desta visibilização foi o início do processo de tombamento do Largo do Rosário, nome dado para o espaço em que situava a Igreja do Rosário e seu adro com um cemitério com 60 sepulturas, construídos pela Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, no antigo Curral Del Rey, que foram removidos quando da construção da nova capital em 1897. O reconhecimento foi realizado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte. As informações sobre este processo estão disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/largo-do-rosario-recebe-registro-provisorio-de-patrimonio-cultural-imaterial>. Acesso em: 6 ago. 2023.

A gente tem feito estes trabalhos e eu considero que a Prefeitura em si, principalmente da parte de pactuação do plano, já entendeu que tem que fazer o enfrentamento ao racismo e os órgãos precisam se tornar antirracistas. A Prefeitura vem entendendo essas questões. A diretoria tem conseguido um diálogo direto com os órgãos, mas são problemas graves, velhos. Se você não resolver isso aqui hoje, amanhã o impacto daquilo, o problema só vai crescer.

Agora, que existe sim, um racismo e nós, população preta, população indígena, população cigana, sofre cotidianamente com isso, é inegável. Ninguém pode dizer que só em Belo Horizonte as coisas não estão bonitas. Não. A gente tem aí um genocídio instalado nesse país, da população preta. Da população indígena também. Isso é inegável. O que precisa é as pessoas saírem do seu conforto, da sua cota de cem por cento de conforto, construída nas nossas costas. Saírem dela e a gente conseguir construir uma sociedade antirracista e, nisso, fazermos a reparação devida. Essa reparação precisa acontecer no campo econômico, no campo da Cultura, em todas as áreas.<sup>89</sup>

Se é possível analisar que nas *opacidades* das institucionalidades municipais existem ações que buscam reparação frente aos efeitos causados pelas dinâmicas de um *sistema interligado de dominação*, também é necessário desvelar que na *clareza* das ações do Estado pode ser identificada uma invisibilização da tentativa de manutenção da hegemonia do poder materializada no espaço urbano.

### 3.3 A invisibilidade na política urbana de Belo Horizonte

A máscara recria esse projeto de silenciamento e controla a possibilidade de que colonizadas/os possam um dia ser ouvidas/os e, conseqüentemente, possam pertencer (Kilomba, 2019, p. 29).

A partir da premissa de que as estratégias utilizadas pelos agentes responsáveis pela gestão dos espaços urbanos atuam na manutenção de práticas e estruturas sociais, realizamos uma primeira análise exploratória de instrumentos da política urbana vigente em Belo Horizonte. A análise não pretende resumir o vasto material relacionado às práticas de atuação do Estado, seu aparato legal e, mais próximo do campo no qual este trabalho se insere, do direito urbanístico e instrumentos de uso, ocupação e gestão do solo urbano. Trata-se de uma análise que, ao nosso ver, contribui para ilustrar e avançar o argumento desenvolvido até aqui.

O primeiro passo foi analisar o Plano Diretor (Lei nº 11.181/19) a partir da busca por termos relacionados à questão racial. Queríamos identificar onde e como estes eram empregados e acionados pela legislação. Os verbetes utilizados para a pesquisa

---

<sup>89</sup> Diálogo com Makota Kisandembu, realizado dia 25 de março de 2022.



foram: [negr], [racia], [racis], [raça] e [quilomb], utilizando trechos de palavras para alcançar uma maior abrangência na pesquisa. Os resultados encontrados reforçam a invisibilidade das questões discutidas até aqui na medida que apenas as palavras ligadas ao verbete [quilomb] aparecem no conjunto de documentos que compõe ou se relacionam com o Plano Diretor de Belo Horizonte. Os verbetes encontrados se relacionam exclusivamente às diretrizes de gestão de territórios de comunidades quilombolas por meio da criação de ADE's – Área de Diretrizes Especiais, que foi tratada no primeiro capítulo deste trabalho.

Para realizar uma comparação com a invisibilidade identificada no Plano Diretor de Belo Horizonte, foi realizado o mesmo exercício com as legislações do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Ao analisar os referidos documentos, a mesma invisibilidade observada em Belo Horizonte é repetida nas demais cidades. No Plano Diretor do Rio de Janeiro, que não sofreu uma revisão em 2021 devido à pandemia, o aparato se restringe a qualificar territórios de comunidades tradicionais como Áreas de Especial Interesse Cultural (AEIC) (Rio de Janeiro, 2011). No caso do Plano Diretor de São Paulo, também com revisão atrasada devido à pandemia, a invisibilidade é acentuada. Apenas três parágrafos citam verbetes relacionados à questão racial, sem avançarem em proposições de planejamento urbano (São Paulo, 2014, 2023).

Já no Plano Diretor de Salvador, foi observado um maior número de citações relacionadas aos verbetes pesquisados (Salvador, 2016). Entretanto, pouco se observa enquanto políticas urbanas que tenham como objetivo de fomentar a equidade socioespacial e desestruturar a segregação presente na cidade, conforme discutido por Boaventura (2017).

Apesar de mencionar em seu texto, assim como o PDDU de 2008, intenções e princípios que reconhecem as desigualdades raciais, não são desenvolvidas propostas que possam intervir de maneira estrutural nos fatores que (re)produzem essas disparidades no espaço urbano. Contrariando o discurso, o atual PDDU dá especial ênfase a ações que favorecem grandes operações empresariais na cidade, com impactos significativos em áreas onde a população negra se encontra em situação de vulnerabilidade social (Boaventura, 2017, p. 11-12).

Além dos Planos Diretores, também foi pesquisada a Lei Orgânica elaborada pela Câmara Municipal e o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. Os resultados obtidos em ambos os documentos tratam de objetivos do município e de seu sistema administrativo que englobam raça, sexo, cor, credo religioso, idade, mas

não estabelece critérios específicos para o enfrentamento da questão racial. A Lei Orgânica trata ainda da criação do Dia da Consciência Negra, celebrado anualmente em vinte de novembro (Belo Horizonte, 1990). Esse primeiro contato com o texto das leis que mais diretamente estruturam a política urbana de Belo Horizonte confirma uma primeira camada de invisibilização da questão racial e da existência de um sistema hegemônico que afeta a vida da população negra. O mesmo pode ser observado em outras capitais do país.

Para avançar na análise dos impactos dessa invisibilização nas ações da política urbana de Belo Horizonte, foi realizada uma aproximação com a Subsecretaria de Planejamento Urbano, que está inserida na Secretaria Municipal de Política Urbana. Entrevistamos uma agente ligada à Gerência de Mobilização e Educação Urbana indicada pela Subsecretaria, questionando: Como a Prefeitura lida com a segregação socioespacial racializada presente na cidade? Qual o papel do Plano Diretor como um instrumento de promoção da igualdade racial?

Dentre as reflexões apresentadas, alguns pontos merecem destaque para estabelecermos o entendimento de que os processos de invisibilização partem de uma negação da existência de um papel a ser desempenhado pela política urbana e que impacta na materialização da segregação socioespacial racializada.

Segundo a entrevistada:

A política urbana não se relaciona com o setor da prefeitura que lida com a promoção da igualdade racial. A política urbana não tem uma cadeira no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que criou o plano em 2019. A política urbana não participou. A questão racial é trabalhada dentro da prefeitura na assistência social, mais especificamente na Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial.<sup>90</sup>

Esta fala indica que a Secretaria Municipal desconsidera que a racialização do espaço urbano é uma questão que se relaciona diretamente com a política urbana, o que confirma a existência de uma invisibilização nos processos contemporâneos de gestão do espaço urbano. A agente corrobora este entendimento na medida em que:

Até bem pouco tempo a questão racial não era um assunto tratado pelo Planejamento Urbano. No Plano Diretor de 2014, que teve participação popular, não surgiram as pautas raciais e de gênero. O Plano Diretor é alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS's - e traz

---

<sup>90</sup> Entrevista com agente da Subsecretaria de Planejamento Urbano de Belo Horizonte, realizada dia 25 de novembro de 2021.

alguns conceitos que podem chegar a se relacionar com a questão racial e de gênero na medida em que buscam promover uma cidade democrática, mas não cita estas questões. O grande avanço foi nas ADE's.

Em 2014, as três ADE's estão delimitadas no mapa, sendo este o papel do Planejamento Urbano, proteger o território. Mas a regularização fundiária não aconteceu ainda.<sup>91</sup>

Ou seja, de fato o planejamento urbano da cidade entende que a indicação de três áreas de diretrizes especiais pode ser considerado um avanço na salvaguarda dos territórios da população negra de Belo Horizonte. Mas questionamos se esta estratégia poderia ser considerada uma tentativa de invisibilização, na medida que impossibilita uma amplitude na ação de agentes que utilizam a legislação vigente e os afasta das necessidades da população negra que vive na cidade.

Ainda com relação ao Plano Diretor (Lei nº 11.181/19), foi apontado na entrevista premissas que estabeleceram a criação da Lei:

O Plano Diretor traz uma proposta de trabalhar a cidade de forma global, que afeta as pessoas negras, utilizando conceitos como: cidade compacta, cidade segura, cidade democrática, cidade amiga, cidade equilibrada, o que dialoga com as questões raciais.

O Planejamento Urbano, quando escuta a população, escuta a população negra como escuta toda a população, mas não tem uma comunicação específica com relação à questão racial.<sup>92</sup>

Entretanto, quando questionamos a articulação entre a população negra e a política urbana é informado que “[...] a política urbana é atividade meio e, portanto, não lida tanto com a população”.<sup>93</sup> E quando avançamos na questão racial no planejamento urbano foi informado que:

Recentemente, os dados de raça e gênero passaram a aparecer em novos estudos e planos, mas nenhum concluído.

Raça não era um dado importante para a política urbana da PBH.

A Prefeitura busca alcançar todos os territórios, fazendo esta interlocução sem considerar questões raciais. Um dos objetivos é levar infraestrutura para quem não tem.<sup>94</sup>

---

<sup>91</sup> Entrevista com agente da Subsecretaria de Planejamento Urbano de Belo Horizonte, realizada dia 25 de novembro de 2021.

<sup>92</sup> *Ibid.*

<sup>93</sup> *Ibid.*

<sup>94</sup> *Ibid.*

Por fim, quando perguntado sobre o perfil racial dos agentes públicos inseridos no planejamento urbano, foi apontado que os cargos de liderança são ocupados por pessoas brancas. Segundo a agente: “A questão racial no quadro técnico de servidores do Planejamento Urbano acompanha o recorte nacional”.<sup>95</sup>

Essa fala apresenta elementos que corroboram com a análise referente ao Plano Diretor. O fato da prefeitura delegar a discussão relativa às questões raciais para a assistência social demonstra que existe a tentativa de implementação de uma agenda de reparação histórica na cidade, mas que existe uma seletividade neste combate. Se o setor responsável pela tomada de decisões urbanas não está engajado na visibilização de que há uma segregação socioespacial racializada, como seria possível fissurar a estrutura da racialização do espaço urbano? Falas como: “A política urbana não se relaciona com o setor da prefeitura que lida com a promoção da igualdade racial”; “O Planejamento Urbano, quando escuta a população, escuta a população negra como escuta toda a população, mas não tem uma comunicação específica com relação à questão racial” e “A prefeitura busca alcançar todos os territórios, fazendo esta interlocução sem considerar questões raciais”, endossam o papel dos agentes públicos na manutenção da hegemonia do poder nas mãos de uma supremacia branca da cidade.

Conforme abordado no capítulo anterior, é possível relacionar esta discussão com a necessidade de existência de parâmetros legais para embasar a atuação do Estado. Neste sentido, o Plano Diretor (Lei nº 11.181/19) é utilizado por agentes públicos como uma ferramenta que embasa e regulamenta as tomadas de decisões das políticas urbanas em Belo Horizonte e, portanto, estabelece os parâmetros que afetarão as materializações socioespaciais na cidade.

Segundo a defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch:

Isso é determinante no funcionamento das instituições como um todo. A gente entra especificamente no caso que você coloca. Não só desse patrimônio cultural que são todas as histórias das comunidades africanas e afro-brasileiras nesta diáspora no país. É também a questão de como lidar com estes parâmetros que são tão distanciados de um modo de vida que também tem, juridicamente, a sua proteção. Nesse modelo formal de parâmetro jurídico, a gente acaba tendo que trabalhar com ele.

Parece que é uma perversidade, eu não te dou oportunidade e eu não tenho condições de garantir igualdade de condições, do ponto de vista formal, mas

---

<sup>95</sup> Entrevista com agente da Subsecretaria de Planejamento Urbano de Belo Horizonte, realizada dia 25 de novembro de 2021.

eu uso a máquina para impedir que você tenha acesso o tempo todo a qualquer tipo de melhoria. É mais ou menos por aí. E a gente tem que falar sobre isso para compreender o que na verdade é possível nesta instituição, que tem a obrigação de conduzir o procedimento administrativo. Não só a prefeitura de Belo Horizonte, mas os municípios, o próprio Estado, a União, em cada ramo de competência e de análise.

Até este momento, a gente não conseguiu chegar nos parâmetros adequados, mas é um processo de luta em todos os espaços, inclusive na instituição que eu exerço a minha atividade.<sup>96</sup>

A discussão levantada por Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch corrobora com o entendimento da existência de uma invisibilidade no planejamento urbano, na medida em que, apesar da cidade estar espacialmente segregada a partir de processos de supremacia e racialização, esta evidência não é considerada como uma questão central dos processos urbanos. Pelo contrário, estas questões são discutidas em outras instâncias da prefeitura, que até então não dialogam diretamente com a política urbana.

Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch analisa também que:

Faz sentido você ter parâmetros para a proteção daqueles direitos que são violentados. O que não faz sentido é você manipular os parâmetros de acordo com a conveniência. A gente não pode ter parâmetros que irão garantir somente igualdade de condições, oportunidades, por isso a lógica das cotas. A função que o Estado exerce nessa organização social, é exatamente a de ser esse mediador, pois, se ele não existisse, seria só a violência. Aqueles que já, por si só, ostentam condições de privilégios vão sempre prevalecer. O grande problema é: como enfrentar e obrigar que nesse espaço público, e principalmente nas relações privadas, o Estado seja o mediador das relações, que por si mesmas são violentas? Porque há uma disputa e a gente não tem, na nossa concepção de sociedade, nenhum lugar de convivência pacífica. Está só é pensada diante do conflito. Acho que a gente não produziu nada longe da violência.

Eu preciso que este Estado pare de recusar aquilo que é óbvio. Que esses parâmetros não podem ser utilizados assim, na conveniência de quem está buscando aquela prestação, daquela atividade que está sendo buscada naquele procedimento administrativo.

É um processo de luta, nós vamos ter que brigar muito com essa Prefeitura para dizer: esse parâmetro não serve pra mim.<sup>97</sup>

Apesar da invisibilização observada, a defensora pública não enxerga outra possibilidade de mediação das necessidades da sociedade sem a atuação do Estado

---

<sup>96</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

<sup>97</sup> *Ibid.*

a partir da existência de parâmetros que possam avançar na busca de uma equidade social. Ela acredita:

[...] nessa possibilidade de um estado como mediador, nessa condição de uma violência que é preexistente. Porque seria muito exigir que o próprio ser humano fosse aquela bondade, e ele por si só saísse produzindo solidariedade, alteridade e abrisse mão dessa violência de forma consensual. Acho isso muito mais difícil de acreditar do que a gente ter parâmetros que permitam que as instituições que foram criadas exatamente para fazer isso, vão tentando reverter essa lógica à medida que o Estado assumia esse papel como mediador da interrupção da violência preexistente.<sup>98</sup>

À vista disso, é possível concluir que, a inexistência de parâmetros capazes de fazer com que o Estado consiga mediar as necessidades da sociedade de forma equilibrada, confirmam que a política urbana invisibiliza a existência de um território racializado, que materializa um *sistema interligado de dominação*. Em contrapartida, na *opacidade* das institucionalidades, há uma outra existência que busca por reparação histórica, operada por agentes públicos e pela sociedade civil. Para avançar nesta análise, serão discutidos dois momentos onde esta operação conjunta produziu uma tomada de ações que podem impactar na fissura de processos hegemônicos.

### 3.4 Fortale(S)er

Institucionalizar o Brasil [das Pretas] - eis a exigência que grita sua urgência na encruzilhada de nossa história (Nascimento, 2019, p. 46).

A união de duas dimensões ambivalentes pode demonstrar que é necessário atuar conjuntamente nas *opacidades* das existências da população negra para que ocorra um fortalecimento da luta em busca de uma reparação. Esta união pode ser observada quando um Ser Kilombu busca o apoio de uma institucionalidade e amplia a discussão para um patamar de gestão dos territórios urbanos, o que vai além das necessidades das comunidades tradicionais. Serão trazidos dois momentos que demonstram esta articulação política entre ambivalências. Num primeiro momento, serão apresentadas as discussões realizadas no Primeiro Seminário dos Kilombu. Em seguida, traremos a segunda plenária do COMPIR, que ocorreu no território do

<sup>98</sup> Diálogo com Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, realizado dia 24 de fevereiro de 2023.

Quilombo Família Mattias e teve como pauta principal as violações que a comunidade tem sofrido desde 2017.

### 3.4.1 Primeiro Seminário dos Kilombu

Figura 13 – Primeiro Seminário dos Kilombu



Fonte: acervo pessoal (2022).

Nos dias 26 e 27 de maio de 2022 ocorreu o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, no Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais, que foi organizado pela DPIR, COMPIR, Secretaria Municipal de Cultura, Fundação Municipal de Cultura e lideranças de comunidades tradicionais. A definição para a realização do evento se deu em uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, no dia 18 de outubro de 2021. A audiência foi convocada pela vereadora Isabella Gonçalves Miranda, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL. O Seminário teve como objetivo abrir uma discussão entre as necessidades das comunidades tradicionais e o poder público. Sendo assim, representantes da DPIR e COMPIR compuseram as discussões ao longo dos dois dias de debate.

O Seminário teve como tema central a matripotencialização de ações da gestão pública para os quilombos de Belo Horizonte. Dentre as pautas apresentadas, foram discutidos assuntos como regularização fundiária e garantia de direitos territoriais de comunidades quilombolas, políticas de habitação e formas de aplicação urbana de um letramento racial, além de um debate sobre estratégias socioculturais e desafios da equidade racial.

Um primeiro ponto que merece destaque é com relação à ambiência percebida. O número significativo de pessoas negras e as vestimentas utilizadas por muitas delas trouxeram uma sensação de um espaço de discussão de matriz africana. Esta sensação foi reafirmada nas falas das participantes, por meio da realização de saudações iniciais às matriarcas longevas presentes no local. As refeições oferecidas, que também eram de matriz africana, reforçaram esta ambiência, o que a nosso ver corrobora para o fomento de uma discussão voltada para as *opacidades* da população negra.

Um segundo aspecto que precisa ser evidenciado é com relação à expressiva participação de mulheres, tanto nas lideranças das comunidades tradicionais, cuja formação matripotente foi apresentada no primeiro capítulo, como na representação de instituições públicas e da sociedade civil. O tema central do Seminário objetivava buscar ações de salvaguarda territorial dos territórios quilombolas com base na atuação das matriarcas, que possuem historicamente um papel de proteção de seus pares.

Makota Kidoiale defende este protagonismo histórico de mulheres negras desde o período colonial a partir da:

[...] organização das mulheres pretas, escravizadas, que serviam às casas grandes, e que ouviam as conversas e negociação do colonizador, sobre vendas e trocas de pretos. Então, a partir daí elas foram levadas para as senzalas, para alertar os pretos no processo de fuga.

Também essas mulheres conhecidas como escravas de ganho, juntavam seus ouros, para comprar a liberdade de seu povo. Em outra época, ainda na era colonial, essas mulheres faziam seus quitutes e defendiam ali o sustento de toda uma família.<sup>99</sup>

A partir deste entendimento do papel histórico desempenhado por mulheres negras foram discutidas diretrizes alternativas na gestão pública dos territórios. Célia

---

<sup>99</sup> Diálogo com Makota Kidoiale, realizado dia 5 de junho de 2022.



Xakriabá apontou para uma possibilidade de mudança nas relações territoriais. Segundo ela, “[...] a redemocratização do uso da terra é a única saída”.<sup>100</sup> Makota Kidoiale corroborou com esta possibilidade de gestão, na medida em que “[...] para as comunidades tudo é coletivo”,<sup>101</sup> ou seja, uma outra forma de relação territorial poderia perpassar essa democratização proposta por Célia Xakriabá, o que aponta para um caminho de reparação das violações sofridas por povos e comunidades tradicionais.

Com relação à salvaguarda dos territórios de comunidades quilombolas, Makota Kidoiale defendeu que “[...] o Estado precisa reconhecer a autonomia territorial dos quilombos. Neste sentido é necessário o letramento”. O conceito de letramento racial também foi tratado no capítulo anterior. Do ponto de vista quilombola, a partir do momento em que a sociedade do entorno reconhece e valoriza aquele território, ela abre uma possibilidade de se letrar racialmente, sendo possível uma relação de alteridade entre as partes.

Segundo a professora Vitória Régia: “O letramento racial se faz a partir de uma ideia de singularidade. Você no espelho e na coletividade. Na construção de confluências. A racionalidade eurocêntrica não contempla os pretos”.<sup>102</sup>

Este letramento discutido no evento aponta para a necessidade de compreensão de que o espaço urbano se conforma a partir de uma diversidade de agentes. A invisibilidade do papel da população negra nesta conformação, garante a manutenção das relações socioespaciais como elas estão e, conseqüentemente, os privilégios são mantidos. Sendo assim, letrar uma sociedade racialmente é valorizar a existência da população negra a fim de que seja possível estabelecer uma inclusão da percepção destas pessoas nas tomadas de decisões de gestão da cidade, considerando que estas também são agentes responsáveis pela conformação dos espaços. Este entendimento dialoga com a fala de Luciana de Souza Matias, que afirmou que: “É necessário o exercício da alteridade. Belo Horizonte é uma cidade preta quilombola. Necessário que os quilombos sejam reconhecidos pela sua diversidade”.<sup>103</sup>

---

<sup>100</sup> Fala de Célia Xakriabá durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>101</sup> Fala de Makota Kidoiale durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>102</sup> Fala de Vitória Régia durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>103</sup> Fala de Luciana de Souza Matias durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

Neste sentido, realizar este letramento racial pode apontar para o que Nila Rodrigues defendeu como sendo uma mudança de perspectiva. Segunda ela, “a palavra é aletramento”,<sup>104</sup> como novas epistemologias para a compreensão dos territórios que compõem a cidade.

A institucionalização deste letramento deveria ocorrer da forma defendida por Makota Kidoiale:

Todas as secretarias da PBH precisam entender que existe raça e etnia. A primeira vez que a comunidade foi chamada para uma política pública foi com a vacinação contra COVID. Não há pasta na Urbel referente à proteção das comunidades tradicionais. Onde estão estes quilombos outros que não aparecem? Com certeza existem. Olhar para este local — isto é quilombo. O que é quilombo? A política tem que dar conta que pai Benedito demarcou o território Manzo. Na Serra do Curral tem um caboclo da mata.<sup>105</sup>

Um primeiro passo para materializar este letramento racial no espaço urbano poderia ser a realização de uma identificação visual dos territórios tradicionais da cidade. A educadora Mara Evaristo exemplificou que “[...] não há sinalização dos quilombos em Belo Horizonte”.<sup>106</sup> Alterar esta dinâmica de apagamento e invisibilização é mostrar a existência destes territórios para o seu entorno urbano, para que a sociedade reconheça, inclusive visualmente, que a cidade é conformada por outras territorialidades, além das que se estabeleceram enquanto processos hegemônicos.

Apesar dos esforços empenhados pelos organizadores do evento, a ausência no Seminário dos principais gestores públicos que atuam nas políticas urbanas da cidade demonstrou que estabelecer uma política de visibilização e proteção dos territórios de comunidades tradicionais não é a principal urgência na gestão pública para implementação de políticas urbanas. O que restou no evento foi uma frustração dos organizadores que objetivavam dialogar com estes agentes para mediar as necessidades das comunidades tradicionais junto ao município. Foram realizadas provocações relacionadas às institucionalidades questionando como transversalizar a regulação urbana e a assistência social, como estabelecer uma comunicação entre o

---

<sup>104</sup> Fala de Nila Rodrigues durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>105</sup> Fala de Makota Kidoiale durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>106</sup> Fala de Mara Evaristo durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

poder público e as comunidades tradicionais a fim de garantir a salvaguarda destes territórios, bem como provocações de ordem prática, como acerca da necessidade de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para o quilombo.

Também foram levantados alguns questionamentos acerca da implementação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que apontaram para a urgência de aceleração dos compromissos assumidos, bem como foi indicada a necessidade de revisão do plano, na medida em que a gestão urbana não dialoga com ele. Este apontamento reforça a discussão realizada até aqui, pois se a questão racial é uma questão urbana, é necessário que aqueles que gerem as tomadas de decisões de políticas públicas reconheçam que é necessária uma alteração na dinâmica que envolve as necessidades sociais. A fala de Makota Kidoiale reforça este entendimento. Segundo a liderança, “[...] a política pública tem que dar conta de proteger. Ou ela alcança estes territórios, ou ela assume que é racista”.<sup>107</sup>

Ao final dos debates, os participantes das comunidades envolvidas no Seminário se reuniram para a elaboração de um documento com os apontamentos que surgiram ao longo dos dois dias de evento, bem como as pautas a serem pleiteadas junto à Prefeitura. O documento foi apresentado na plenária do COMPIR e será analisado a seguir.

O Seminário encerrou suas atividades com o oferecimento de um caldo de feijão e uma roda de samba de terreiro. No centro da roda, matriarcas e outras mulheres sambaram com seus pés descalços, giraram, cantaram e rebolaram. Estas imagens reforçaram a ambiência ancestral necessária para as discussões de reparação propostas ao longo do evento.

### 3.4.2 Plenária COMPIR / Quilombo Mattias

Ah, mas a gente vai ter uma política específica para quilombo? Não vai, se eles não chamarem a gente para dialogar com a cidade e ficarmos só dialogando entre a gente, quilombo fala com quilombo. A gente sabe das nossas necessidades. A gente quer falar com a cidade. A gente quer despertar as outras famílias que também são quilombolas, que lutem por seus direitos. Belo Horizonte está equiparado a Salvador: seis quilombos.<sup>108</sup> Agora,

<sup>107</sup> Fala de Makota Kidoiale durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>108</sup> Segundo consulta realizada no dia 13 de junho de 2023 à tabela completa disponível no site da Fundação Palmares, onde constam as comunidades certificadas no Brasil, podem ser identificadas quatro comunidades quilombolas com certificação em Salvador. Informação disponível em:

you imagine Salvador, that is Africa that we have here inside, in Brazil. And there are only six certified quilombos. It is absurd. Belo Horizonte, black the way she is, even the city does not recognize. Belo Horizonte is a black city, quilombola yes. It is only to go to the periphery. You do not need to go far. She is always doing the maintenance of slavery, of colonized processes. We do not have this business, we are making a good city to live in. Lie. It is for whom?

The quilombos of Belo Horizonte became a movement.

People want autonomy. People want that the DPIR have a management that attends. And among these things, inside this city, inside this institutionality, an organ that deals exclusively with quilombos. Because it does not have. The Municipal Plan of Promotion of Racial Equality does not attend. People made the reading and need to put more. And now with the Municipal Conference of Promotion of Racial Equality, people have this autonomy. Now, things will start to move, because people will hit, people will demand. Needs to have this and to have this, people want this form, because people are part of this city. People are this city. Then, it does not allow people to continue being excluded in this way. But needs to have money. It does not help to stay in the promise. It is a fight, a lot of fight.<sup>109</sup>

The dialogue realized with Luciana demonstrates the need for expansion of an institutional articulation so that the quilombola communities have their safeguard guaranteed. The valorization and visibility of these communities can be one of the ways to start a historical repair, in the measure in which these communities are holders of traditional knowledges that conformed and conform the urban space.

As analyzed previously, one of the articulations between the dimensions Ser Kilombu and Ser Institutionalidade occurred through the realization of the First Seminar of the Kilombu. Another milestone of this articulation was the realization of a plenary meeting of the COMPIR in the quilombola territory Família Mattias. The plenary meeting occurred through the request of Luciana to the Council, so that the processes of territorial violation could be presented and that it was possible to search for institutionally alternative solutions to the problems of the community, in order to reach an autonomy in the management of the territory.

Among the issues raised, Luciana de Souza Matias presented the processes of violation that the community has gone through since 2017 and highlighted that currently there is a situation of insalubrity and psychological violence instilled in the family. According to her, it is necessary to have the institution of a policy of welcoming and

---

<https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/tabela-crq-completa-certificadas-14-03-2023.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

<sup>109</sup> Diálogo com Luciana de Souza Matias, realizado dia 29 de janeiro de 2023.

envolvimento quilombola. De acordo com Gláucia Cristine Martins de Araújo Vieira, ocorre atualmente um processo de apagamento da história quilombola da cidade. Outros participantes compartilharam situações semelhantes daquela vivenciada pelo Quilombo Família Mattias.<sup>110</sup>

Luciana e Gláucia entregaram aos participantes o documento intitulado como *Carta reivindicatória para encaminhamento aos órgãos competentes*, que foi citado anteriormente e se refere às tratativas e demandas elencadas durante o Primeiro Seminário dos Kilombu.

A carta coloca as motivações para a organização do evento e da articulação política que foi necessária para viabilizá-lo. O documento destaca que os entraves percebidos ao longo da elaboração do Seminário, tanto nas dificuldades para realização de diálogos, bem como na burocracia dos processos institucionais, fizeram com que estes desafios se convertessem em motivação para a realização do evento. Em seguida, a carta analisa o conceito de matripotencialização da gestão dos territórios como um caminho para a visibilização das comunidades tradicionais e, conseqüentemente, garantia da salvaguarda destes modos de *criar, fazer e viver*.

A carta indica que:

[...] matripotencializar é para nós verbos ocultos intrinsecamente ligados. É maternar nossos territórios gerados pelos úteros de nossas ancestrais, que alimentam nossos sonhos e não nos deixam desistir. É potencializar nossa força por meio dos nossos saberes e tecnologias que com o passar do tempo cocriam nosso axé para nosso bem viver. É essencializar, de tornar principal cada vida quilombola, cada território, cada voz quilombola que cantou seu canto de resistência construindo esse Belo Horizonte nessas terras de Minas Gerais.<sup>111</sup>

Na sequência, o documento ressalta a importância da população negra na construção de Belo Horizonte e como a invisibilização desta realidade implica em violações embasadas pelos processos de racialização da sociedade e que, portanto, é necessário um processo de reparação histórica que perpassa a salvaguarda dos territórios quilombolas por meio da atuação do poder público nesta iniciativa.

O presente texto constitui-se como o documento final do seminário, em que declaramos BELO HORIZONTE COMO CIDADE QUILOMBOLA, devido ao

<sup>110</sup> Fala de Gláucia Cristine Martins de Araújo Vieira durante o Primeiro Seminário dos Kilombu de Belo Horizonte, realizado nos dias 26 e 27 de maio de 2022.

<sup>111</sup> Trecho retirado de documento entregue aos participantes durante a Plenária do COMPIR no Quilombo Família Mattias, realizado dia 19 de janeiro de 2023.

expressivo percentual demográfico populacional autodeclarado NEGRO e a historicidade dos nossos ancestrais, povos de quilombos, como ponto crucial desta encruzilhada. Declaramos também que a cidade de Belo Horizonte está alicerçada historicamente no extermínio do povo negro e indígena que habitou nos marcos de sua origem, o Curral Del Rey, e que mesmo trabalhando incessantemente para servir aos propósitos dos olhares colonialistas e repressores, nas construções de prédios, rodovias, sem o devido respeito ao trabalho como atividade dignamente remunerada, continuam a lutar pela posse e demarcação de suas terras, uma vez que tanto a abolição da escravização em 1988 e a constituição cidadã de 1988, não se fizeram acompanhar de garantias permanentes sem as quais as comunidades quilombolas seguem ameaçadas e violadas em seus direitos de ser, viver e seguir com segurança em seus territórios que devem definitivamente ser demarcados, reconhecidos e mantidos com o investimento do orçamento público em toda extensão da vida e da dinâmica coletiva.<sup>112</sup>

O documento avança na importância de uma atuação institucional que embase legalmente a salvaguarda territorial das comunidades tradicionais de Belo Horizonte, a fim de garantir que as futuras gerações consigam preservar os modos de *criar, fazer e viver* quilombolas.

As demandas de titulação territorial dos Quilombos implicam reconhecimento social, jurídico e estatal das jornadas de lutas, história de fundação e culturas de nossas comunidades tradicionais, elevando e fortalecendo a consciência identitária dos quilombolas sementes do amanhã, ou seja, os nossos mais novos, os quais passaremos o bastão para continuarem a falar por nós.

Dessa forma, apesar da lentidão do desenvolvimento desses processos, nossos esforços seguem firmes, para que nós, povo quilombola, conquistemos os títulos de posse dos nossos territórios e que o mesmo ocorra com as populações indígenas, de terreiro e das favelas.<sup>113</sup>

Por fim, a carta lista as deliberações das necessidades elencadas pelas lideranças das comunidades participantes no Seminário, como um pleito na institucionalização de um processo de reparação das violações vivenciadas desde a escravização das pessoas negras e que estão invisibilizadas até a contemporaneidade. Também foram apontadas demandas relacionadas à ampliação das possibilidades de atuação institucional para a promoção da igualdade racial.

Criação de um setor específico na Prefeitura de Belo Horizonte que construa um diálogo com os Quilombos em contextos urbano, Políticas Públicas de envolvimento Quilombola e garantindo recursos e técnicos.

---

<sup>112</sup> Trecho retirado de documento entregue aos participantes durante a Plenária do COMPIR no Quilombo Família Mattias, realizada dia 19 de janeiro de 2023.

<sup>113</sup> *Ibid.*

Criar a Secretaria Municipal de Políticas de Reparação e Promoção de Igualdade Racial.

Renomeação da URBEL, para contemplar as comunidades quilombolas.  
Reuniões com a secretaria específica.

Orçamento e planejamento com ações deliberativas.

Importância de recursos para os quilombos, emendas parlamentares, direcionamentos de acordo com as necessidades e especificidades das realidades das comunidades. Recursos e demandas em cada secretaria.<sup>114</sup>

Além disso, foram apontadas deliberações relacionadas ao Plano Diretor:

Revisão do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, juntamente com as comunidades quilombolas, com cooperação do COMPIR e da DPIR, para estruturar e implementar as especificidades da luta quilombola não contempladas no referido documento - políticas de envolvimento.

Criação do Fórum de Educação quilombola em acordo com o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, junto à SMED.

Apresentação da verba orçamentária de cada uma das secretarias e órgãos correlatos em plenária do COMPIR quanto às ações previstas e outras ainda não previstas no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, especificamente no que tange às comunidades quilombolas.

Orçamento público para execução do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.<sup>115</sup>

O documento indica, ainda, a necessidade de uma articulação com a política urbana, tanto para viabilizar a solução das violações territoriais quanto para permitir a salvaguarda futura destes territórios.

Realização de plenária do COMPIR dentro do Quilombo Mattias junto com a SMPU e URBEL, de imediato, com o objetivo de pôr fim ao embargo da obra e acolhimento das demais demandas, a fim de coibir a violação de direitos.

Implementação de políticas transversais e interseccionais com agenda junto à Secretaria de Planejamento Urbano e Secretaria de Habitação nas questões de interesse das respectivas comunidades quilombolas.<sup>116</sup>

Na área cultural, foram feitos os seguintes apontamentos:

---

<sup>114</sup> Trecho retirado de documento entregue aos participantes durante a Plenária do COMPIR no Quilombo Família Mattias, realizada dia 19 de janeiro de 2023.

<sup>115</sup> *Ibid.*

<sup>116</sup> *Ibid.*

Apoio às atividades dos calendários culturais dos quilombos com isenção de taxas municipais, com incentivos fiscais e equipamentos de infraestrutura necessários ao desenvolvimento dos eventos culturais e educativos.

Diálogo com a Secretaria de Patrimônio para reconhecimento de todos os quilombos. Projeto: quilombo reconhece quilombo.

Inserção das festividades quilombolas no calendário da cidade.

Encaminhamentos: Política de base comunitária para quilombo. Pensar um festival gastronômico sobre ancestralidade e cultura da culinária para as comunidades com calendário anual.

Gestores com formação para manutenção da cultura: concepção dos quilombos como patrimônio vivo e não só material e imaterial.

Diretoria do Museu, relação do turismo com os territórios. Abertura de diálogos para elaboração de políticas de base comunitária.<sup>117</sup>

O documento é finalizado indicando a necessidade de “[...] desburocratização do processo de reconhecimento junto à Fundação Palmares”, além de ser colocada uma nota de repúdio à “[...] mineração na Serra do Curral que pode afetar o território do Quilombo Manzo”.<sup>118</sup>

Os apontamentos realizados na carta indicam que é necessária uma nova perspectiva para a criação e implementação de políticas urbanas. Neste sentido, é preciso que a gestão urbana reconheça a necessidade de ser mais permeável a esta demanda, uma vez que este é o setor responsável pelas tomadas de decisões que impactam na conformação do espaço e, portanto, continuará promovendo a manutenção dos privilégios enquanto não alterar a sua dinâmica de atuação.

De fato, a carta apresenta um amplo escopo de necessidades institucionais que demandará uma articulação política significativa. Ao longo deste trabalho, observou-se que a DPIR e o COMPIR também não possuem esse amplo acesso às camadas institucionais do poder para viabilizar a articulação necessária. Uma alternativa seria avançar na definição de uma agenda de curto, médio e longo prazo para então iniciar uma discussão com o poder público quanto aos meios de implementação destas necessidades que, evidentemente, podem impactar no panorama da salvaguarda e visibilização das comunidades tradicionais de Belo Horizonte.

---

<sup>117</sup> Trecho retirado de documento entregue aos participantes durante a Plenária do COMPIR no Quilombo Família Mattias, realizada dia 19 de janeiro de 2023.

<sup>118</sup> *Ibid.*



### 3.5 Em suma, o que indica a Ambivalência Ser Institucionalidade

Sempre fazendo com que o Estado perceba as pessoas, percebam a gente. Para fazer política que nos representem. Para fazer estas políticas representativas de cada setor tem que estar com as pessoas. Como o ditado diz: nada de nós sem nós.<sup>119</sup>

Este capítulo foi iniciado com a discussão acerca do papel do Estado enquanto um mediador dos conflitos sociais, mas que ao mesmo tempo promove processos de violação a partir da inexistência de parâmetros capazes de mediar essas demandas. Para compreender como uma ambivalência pode existir neste papel de mediação das relações racializadas, foi discutido o surgimento de uma institucionalidade, no caso o DPIR e o COMPIR, por meio da instituição de uma agenda antirracista implementada pela Prefeitura a partir de tomadas de decisões numa esfera federal.

Na sequência, foi apresentada a composição do conselho, onde observou-se a ausência da política urbana municipal dentre os membros. Para avançar na existência de uma institucionalidade que busca por reparação histórica, foram analisadas duas plenárias do COMPIR e as discussões realizadas no Primeiro Seminário dos Kilombu, objetivando demonstrar a existência de uma articulação que tem buscado mecanismos de reparação.

Entretanto, na *clareza* das ações do Estado, percebe-se que há uma invisibilidade na política urbana de Belo Horizonte, na medida em que aparatos legais de aplicação de parâmetros de uso e ocupação do solo urbano desconsideram que as relações racializadas se materializam na cidade e que esta devia ser uma questão central no planejamento. A entrevista realizada com uma agente pública corroborou com a inexistência de parâmetros que considerem a questão racial como uma questão da política urbana, confirmando uma invisibilização institucionalizada.

Já nas *opacidades* das institucionalidades, existem agentes que têm se articulado para que uma agenda de implementação de políticas de promoção da igualdade racial saia do papel e possa se reverter em políticas de reparação social. Estas institucionalidades são, em sua maioria, protagonizadas por mulheres negras, que com sua cosmovisão enxergam que a articulação política é um caminho para alcançar a garantia de direitos da população negra. Ações como o Primeiro Seminário dos Kilombu e as plenárias do COMPIR demonstram que nas *opacidades* das

---

<sup>119</sup> Diálogo com Rainha Isabel Casimira/Belinha, realizado dia 7 de maio de 2023.

institucionalidades existem agentes que estão se organizando, se reunindo e pleiteando por reparação e visibilidade.

Partimos para as conclusões do trabalho questionando até quando a supremacia branca terá o monopólio do poder das decisões que impactam na vida da população negra? Como reverter? Como impedir que este *sistema interligado de dominação* continue violando vidas negras?



## **CONCLUSÕES**

Por isso, a força radical da Negridade reside na virada do pensamento; o conhecer e o estudar conduzidos pela Negridade anunciam o Fim do Mundo como o conhecemos (Silva, 2019, p. 91).

O argumento defendido por Denise Ferreira da Silva (2019) aponta para a primeira conclusão deste trabalho. É necessário desvelar e valorizar a potência de existência da população negra, que carrega com sua ancestralidade africana a dor e a resistência frente às violações promovidas historicamente pela supremacia branca e que se perpetuam até a contemporaneidade. Estas recorrentes violações garantem a manutenção do poder nas mãos da supremacia branca, que por sua vez retroalimenta um *sistema interligado de dominação*.

Desse modo, concluímos que, enxergar as *opacidades* da população negra pode ser um caminho para questionar, ou até mesmo fissurar, este sistema. Estas *opacidades* indicam que há uma dupla existência que é exclusiva da população negra (aqui incluímos também todas as pessoas que advém dos povos originários). A partir do momento que a população negra perceber que esta ambivalência confere a ela uma força de re-existência frente às violações de direitos que têm sido resistidas desde seus antepassados, é possível que esta população busque novas ferramentas capazes de enfrentar a supremacia branca e lutar pelos seus direitos a partir da força existente em suas *opacidades*. Desvelar as ambivalências é dizer que enxergamos aquilo que nos fragiliza, mas que também vislumbramos mecanismos para resistir, reverter e, conseqüentemente, elaborar um *pensamento racial*.

O desvelamento proposto na pesquisa ocorreu mediante uma escuta aberta aos diálogos realizados, que se materializou neste documento através de transcrições integrais das conversas, possibilitando a elaboração de um pensamento a partir da fala destas mulheres, sem atravessamentos ou julgamentos, para reforçar o protagonismo presente nestas vozes. Esta, inclusive, pode ser considerada uma questão central do trabalho na medida em que sem estas falas não haveria desvelamento, tampouco, haveria a pesquisa.

O pensamento construído a partir das vivências apresentadas, pode ser associado à virada de pensamento proposta por Silva (2019) que se estabelece por meio de uma agência de mulheres que conseguem se organizar em coletivos. Uma rede que busca frear o modo violento com que o Estado opera a partir de um sistema patriarcal *supremacista branco capitalista imperialista*. Dentre as protagonistas do *Fim do Mundo*, anunciado por Silva (2019), certamente estão as comunidades

quilombolas, que por meio de sua matriz africana se afastam do modo de viver supremacista branco capitalista. No caso das comunidades tradicionais, que foram tratadas no primeiro capítulo do trabalho, foi possível analisar que, a partir de uma liderança matripotente, que busca proteger os modos de *criar, fazer e viver* quilombola, existe uma possibilidade de contenção dos processos supremacistas. A compreensão da força de resistência das mulheres negras, protagonistas de suas comunidades, frente às violações promovidas pelo Estado na contemporaneidade, indicam que é necessário aliar esta força aos mecanismos estabelecidos pelo próprio Estado, possibilitando a salvaguarda destes territórios, o que reforça a articulação do *pensamento racial* aqui proposto.

No caso de comunidades tradicionais também é possível ampliar a complexidade da análise considerando que a manutenção das *opacidades* existentes em seu modos de *criar, fazer e viver*, enquanto contexto social, pode garantir a re-existência destas comunidades, na medida em que esta pode ser uma estratégia de proteção de suas vivências. Entretanto, é necessária a elaboração de parâmetros de planejamento que possam garantir tanto esta proteção quanto a valorização.

Esta compreensão também indica que os parâmetros criados pela política urbana são insuficientes para dar conta da proteção destas comunidades. Neste sentido, é preciso que a política urbana reconheça que estes territórios precedem o entorno urbano. Este reconhecimento deve se converter na criação de parâmetros que possibilitem a autonomia de gestão territorial de comunidades tradicionais. Garantir a autonomia dos territórios quilombolas pode ser uma primeira reparação a ser promovida pela política urbana. Dessa forma, admite-se que o planejamento aciona dispositivos da *racialidade/biopoder* para violar, mas que ao mesmo tempo, o Estado é o único mediador capaz de salvaguardar os territórios tradicionais. Para isso, estes parâmetros devem visar desburocratizar os processos de reconhecimento de comunidades quilombolas pelo planejamento, garantindo sua proteção e autonomia de gestão.

As discussões apresentadas referentes à conformação histórica do bairro Concórdia levam a mais uma conclusão: a da importância da aplicação de uma lente que indique como a ancestralidade africana se materializa nos estudos urbanos, em detrimento da *clareza* da brutalização dos processos do Estado. Esta lente aponta para a compressão da construção histórica da resistência da população negra e a

força ancestral que garante a estas pessoas uma capacidade de reterritorialização, em detrimento dos dispositivos da *racialidade/biopoder* que são infringidos a elas.

Em paralelo, a compreensão de que é necessário olhar para os processos de conformação da cidade a partir das relações racializadas, aponta para uma amplitude de estudos a serem realizados, considerando que a invisibilização se faz presente nos estudos relacionados aos processos de construção histórica do espaço.

As potências presentes no bairro Concórdia também indicam que há um amplo exercício a ser realizado de desvelamento das *opacidades* que atuam no urbano. As análises realizadas apontam para a existência de um arcabouço ancestral que precisa ser compreendido como uma estrutura de resistência à supremacia branca e que se materializa nos espaços urbanos. Com isso, a população negra poderá se fortalecer e, por meio da sua valorização, exigir a retomada de direitos vilipendiados até então, inclusive, por meio de mecanismos institucionais.

Com relação a estes mecanismos, nas institucionalidades urbanas concluímos que urge a aplicação de conceitos relacionados à questão racial para dentro do planejamento das cidades, que pouco a incorpora em suas práticas. E quando a faz, realiza um recorte específico que não dá conta de avançar em ferramentas urbanísticas antirracistas/antissupremacistas. É necessário também movimentar técnicos sensíveis ao olhar antirracista/antissupremacista e criar alianças entre os poderes institucionais, legislativo e executivo, que possibilitem a criação de aparatos legais capazes de fomentar uma gestão urbana com maior equidade racial.

Conclui-se, então, que as análises realizadas a partir de três dimensões ambivalentes demonstraram a importância de realizar uma leitura do planejamento urbano a partir da racialidade. Ou seja, usar essa lente da racialidade para olhar para os processos institucionais, uma vez que, o espaço urbano se conforma historicamente a partir de processos de exclusão que possui raízes na escravização dos corpos. Na *clareza* dos processos urbanos, o que se percebe é uma invisibilização pela política urbana acerca do fato de que a questão racial precisa fazer parte do planejamento das cidades.

Consequentemente, esta invisibilização se converte em parâmetros urbanísticos que não dão conta de salvaguardar territórios de comunidades tradicionais, promovem violações contra estas comunidades e possibilitam a desterritorialização de pessoas negras em prol de um considerado desenvolvimento urbano. Além disso, eles não se envolvem com os caminhos contemporâneos de

reparação histórica dos processos de exclusão promovidos pelo planejamento. Com isso, a política urbana nega que a segregação socioespacial existente nas cidades, no caso deste trabalho a política de Belo Horizonte, está associada às relações racializadas. Temos, então, uma segregação socioespacial racializada construída historicamente pelo próprio planejamento urbano, que aciona dispositivos de *racialidade/biopoder*, por meio de mecanismos urbanísticos e aparatos legais, para garantir a manutenção dos privilégios que se convertem em segregação socioespacial, subjugação e violência.

Estas evidências foram analisadas a partir das violações vivenciadas por comunidades quilombolas de Belo Horizonte, bem como pelos processos urbanos de desterritorialização e reterritorialização identificados no atual bairro Concórdia, além da invisibilização presente no planejamento da cidade, que apontam para o modo como a política urbana opera, inserida em um sistema interligado de dominação, que se materializa na manutenção de um panorama urbano segregado e racializado. Ou seja, estas situações apontam para a necessidade de pesquisas mais específicas e aplicadas com essa premissa.

A partir destas evidências é possível concluir que estamos em uma disputa pela manutenção da gestão do espaço urbano como ela está. Uma disputa pela manutenção do poder nas mãos de uma supremacia branca. Portanto, se a “[...] essência da raça e do racismo é a supremacia branca”, só nos resta afirmar que **sim, a política urbana é racista**, afinal se a supremacia molda o espaço, ela está em todo lugar (Hooks, 2022, p. 235).

Ademais, aprendemos aqui ouvindo as mulheres negras, matriarcas de suas famílias e de suas comunidades, como nos proteger e nos organizar para lutarmos contra um projeto de apagamento e opressão que se materializa no urbano. Um projeto que nos segrega e nos enfraquece. Busquemos nossa força ancestral a partir dos saberes destas mulheres. Que elas sejam a fonte de inspiração para lutarmos pelo *Fim do Mundo como o conhecemos*.

#### De mãe

O cuidado de minha poesia  
Aprendi foi de mãe  
mulher de pôr reparo nas coisas  
e de assuntar a vida.

A brandura de minha fala

na violência de meus ditos  
ganhei de mãe  
mulher prenhe de dizeres  
fecundados na boca do mundo.

Foi de mãe todo o meu tesouro  
veio dela todo o meu ganho  
mulher sapiência, yabá,  
do fogo tirava água  
do pranto criava consolo.

Foi de mãe esse meio riso  
dado para esconder  
alegria inteira  
e essa fé desconfiada,  
pois, quando se anda descalço  
cada dedo olha a estrada.

Foi mãe que me descegou  
para os cantos milagreiros da vida  
apontando-me o fogo disfarçado  
em cinzas e a agulha do  
tempo movendo no palheiro.

Foi mãe que me fez sentir  
as flores amassadas  
debaixo das pedras  
os corpos vazios  
rente às calçadas  
e me ensinou,  
insisto, foi ela  
a fazer da palavra  
artifício  
arte e ofício  
do meu canto  
de minha fala.

(Evaristo, 2017, p. 79-80)



## REFERÊNCIAS

AFRORMIGUEIRO. Direção: Tamara Franklin. Produção: Camilo Gan, Tamara Franklin. Intérpretes: Aldo Silva Bibiano, Andreza Evelin, Bruna Paula, Camila Damião, Camilo Gan, Jarbas Mateus, Jeiza da Pele Preta, Maluh Asheley, Rodrigo Prado. Composição: Camilo Gan. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Bloco Afro Magia Negra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IS4ImkcbH6I>. Acesso em: 7 ago. 2023.

AGIER, Michel. Camps, encampments, and occupations: from the heterotopia to the urban subject. **Ethnos**, [s. l.], v. 84, n. 1, p. 14-26, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00141844.2018.1549578>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. Gentrificação. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Departamento de Antropologia. **Enciclopédia de antropologia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2018. p. 1-7. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/sites/ea.fflch.usp.br/files/inline-files/Gentrifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ARADAU, Claudia; TAZZIOLI, Martina. Biopolitics multiple: migration, extraction, subtraction. **Millennium: Journal of International Studies**, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 198-220, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0305829819889139>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ARCANJO, Lívia. O processo de gentrificação em dois bairros de Belo Horizonte. **Observatório das Metrópoles**. Belo Horizonte, 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-processo-de-gentrificacao-em-dois-bairros-de-belo-horizonte/#:~:text=Em%20Santa%20Tereza%2C%20o%20processo,Tombamento%20pelo%20Conselho%20Deliberativo%20do>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BASTOS, Camila Diniz; MAGALHÃES, Felipe Coelho Nunes; MIRANDA, Guilherme Marinho; SILVA, Harley; TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 19, n. 2, p. 251-266, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5362>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BEAUREGARD, Luis Pablo. Estátua de Robert Lee é retirada em Charlottesville quatro anos depois da revolta dos supremacistas. **El País**. Los Angeles, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-11/estatua-de-robert-lee-e-retirada-em-charlottesville-quatro-anos-depois-da-revolta-dos-supremacistas.html>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, de 21 de março de 1990**. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei-organica>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 8.137, de 21 de dezembro de 2000**. Altera as Leis nºs 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2000. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=172486>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 11.065, de 18 de junho de 2002**. Regulamenta o art. 4º da Lei nº 8.291, de 29 de dezembro de 2001, que institui isenção de IPTU para imóveis edificados cedidos e ocupados como templos de qualquer culto. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2002/1107/11065/decreto-n-11065-2002-regulamenta-o-art-4-da-lei-n-8291-de-29-de-dezembro-de-2001-que-institui-isencao-de-iptu-para-imoveis-edificados-cedidos-e-ocupados-como-templos-de-qualquer-culto>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **CMBH aprova projeto sobre promoção da igualdade racial**. Belo Horizonte, 10 nov. 2009. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2009/11/cmbh-aprova-projeto-sobre-promo%C3%A7%C3%A3o-da-igualdade-racial>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 14.132, de 27 de setembro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 9.934/10, que dispõe sobre a política municipal de promoção da igualdade racial, e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2010/1414/14132/decreto-n-14132-2010-regulamenta-a-lei-n-9934-10-que-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-promocao-da-igualdade-racial-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10.919, de 17 de março de 2016**. Dispõe sobre a oficialização do Festival de Arte Negra e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2016a. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/10919/2016>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10.924, de 23 de maio de 2016**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos públicos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2016b. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/10924/2016>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019**. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2019a. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11181/2019>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. **Plano municipal de promoção da igualdade racial**: resolução COMPIR nº 01/2019. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2019b. Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/Planos%20Municipais/Resolucao%20COMPIR%2001-19%20Plano%20Municipal%20de%20Igualdade%20Racial%20\(1\).pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/Planos%20Municipais/Resolucao%20COMPIR%2001-19%20Plano%20Municipal%20de%20Igualdade%20Racial%20(1).pdf). Acesso em: 7 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. **Dossiê de tombamento Rua Divinópolis, 296**: conjunto urbano Bairro Santa Tereza. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2022. Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-de-cultura/2022/dossie\\_divinopolis\\_296.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-de-cultura/2022/dossie_divinopolis_296.pdf). Acesso em: 7 ago. 2022.

BERGAMO, Mônica. Estátua de Borba Gato é agora vigiada 24 horas por dia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/06/estatua-de-borba-gato-e-agora-vigiada-24-horas-por-dia.shtml>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BOAVENTURA, Bethania de Almeida. Racismo institucional e planejamento urbano: uma análise do plano diretor de desenvolvimento urbano de salvador de 2016. *In*: SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES, 2017, Salvador. [**Anais**]. Salvador: FAUFBA, 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial**: seção 1, Brasília, DF, ano 105, n. 57, supl., 27 mar. 1967. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-a, p. 1, 5 out. 1988a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 160, p. 16002, 23 ago. 1988b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7668.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm). Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 227, p. 3, 21 nov. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4886.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm). Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 28, p. 316, 8 fev. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 138, p. 1, 21 jul. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 169, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O INCRA**. Brasília, 28 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Quilombolas**. Brasília, 28 jan. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. **Obter certidão de autodefinição de comunidade remanescente de quilombo**. Brasília, 5 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certidao-de-autodefinicao-de-comunidade-remanescente-de-quilombo>. Acesso em: 7 ago. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CEFEDES. **Relação das comunidades negras quilombolas em Minas Gerais**. [S. l.], 4 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Relacao-CNQ-em-Minas-Gerais-Atualizadaem04062021.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CHENG, Irene; DAVIS, Charles L.; WILSON, Mabel O. Racial evidence. **Journal of the Society of Architectural Historians**, [s. l.], v. 76, n. 4, p. 440-442, 2017. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/jsah/article-abstract/76/4/440/61258/Racial-Evidence?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 7 ago. 2023.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University Of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, art. 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FAULCONBRIDGE, Guy. Estátua de comerciante de escravos vai para museu com itens sobre racismo. **CNN Brasil**. [S. l.], 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/estatua-de-comerciante-de-escravos-vai-para-museu-com-itens-sobre-racismo/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

FANON, Franz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FREITAS, D. M. Religião e espaço urbano: instituições, territórios e lugares de fé a partir do bairro Concórdia em Belo Horizonte-MG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 20., 2023, Belém. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPUR, 2023. Disponível em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st11-50.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

FORTIN, Jacey. The statue at the center of Charlottesville's storm. **The New York Times**. New York, 13 Aug. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/08/13/us/charlottesville-rally-protest-statue.html>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GABRIEL, João. Pedido de retirada de estátuas em SP traz debate sobre 'apagão' histórico. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/pedido-de-retirada-de-estatuas-em-sp-traz-debate-sobre-apagao-historico.shtml>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GLISSANT, Édouard. **Poetics of Relation**. Trad. Betsy Wing. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

GOMES, Angela Maria da Silva. Etnobotânica e territorialidades negras urbanas da grande Belo Horizonte: terreiros e quintais. In: SANTOS, Renato Emerson (org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília: ABPN, 2012. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Escrever além da raça**: teoria e prática. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

IBGE. **Distribuição especial da população segundo cor ou raça**: pretos e pardos, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 1 mapa, color. Disponível em: [https://geofpt.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_do\\_brasil/sociedade\\_e\\_economia/mapas\\_murais/brasil\\_pretos\\_pardos\\_2010.pdf](https://geofpt.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf). Acesso em: 7 ago. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, Junia Maria Ferrari de. **Bairro Concórdia em Belo Horizonte**: entrave ou oportunidade à cidade-negócio? 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/RAAO-7YHHCZ>. Acesso em: 7 ago. 2023.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-34, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARS, Amanda; SANDOVAL, Pablo Ximénez de; LABORDE, Antonia. Estados Unidos enfrentam a maior onda de protestos raciais desde o assassinato de Martin Luther King. **El País**. Los Angeles, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-02/estados-unidos-enfrentam-a-maior-onda-de-protestos-raciais-desde-o-assassinato-de-martin-luther-king.html>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MCKITTRICK, Katherine. Dear april: the aesthetics of black miscellanea. **Antipode**, [s. l.], v. 54, n. 1, p. 3-18, Jan. 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/anti.12773>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MERCIER, Daniela. Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. **El País**. São Paulo, 24 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html#?rel=listaapoyo>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Neoliberalismo e estratégias de representação no planejamento urbano. In: LIMONAD, E.; MONTEIRO, J. C.; MANSILLA, P. (org.). **Planejamento territorial**: reflexões críticas e perspectivas. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p. 163-184. v. 1.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: BRANDÃO, A. A. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói, RJ: EdUFF, 2004. p. 15-34.

MUSA, Priscila Mesquita. **Quem vê cara não vê ancestralidade**: arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/47923>. Acesso em: 7 ago. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASSIF, Tamara. Derrubada em protesto, estátua de escravocrata será exposta em museu. **Veja**. [S. l.], 28 maio 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/derrubada-em-protesto-estatua-de-escravocrata-sera-exposta-em-museu/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

PARKER, Laurence; ROBERTS, Lorna. Teoria crítica da raça e seu uso na pesquisa em ciências sociais. *In*: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PEREIRA, Josimeire Alves. **Para além do horizonte planejado**: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX). 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1162323>. Acesso em: 7 ago. 2023.

PERRY, Keisha-Khan Y. Espaço urbano e memória coletiva: o conhecimento de mulheres negras em lutas políticas. *In*: SANTOS, Renato Emerson (org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília: ABPN, 2012. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

PORTILHO, Kaká. Um matriarcado amerinafricano no Brasil. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; SILVA, Ana Paula Melo da; DIAS, Raquel Silveira Rita; LAMPAZZI, Priscilla Pinheiro; PORTILHO, Kaká (org.). **Matripotência e mulheres olùṣó**: memória ancestral e a enunciação de novos imaginários. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.

RESENDE, Ana Flávia. **Aqui cada um faz o seu rolê**: práticas organizativas dos blocos de rua afro do carnaval de Belo Horizonte. 2022. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40647>. Acesso em: 7 ago. 2023.

RIO DE JANEIRO (Cidade). **Lei Complementar nº 111, de 1 de fevereiro de 2011**. Dispõe sobre a política urbana e ambiental do município, institui o Plano Diretor de

Desenvolvimento Urbano Sustentável do município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 2011. Disponível em: <https://planodiretor-pcrj.hub.arcgis.com/pages/plano-diretor-atual>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SALVADOR. **Lei nº 9.069/2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Salvador – PPDU 2016 e dá outras providências. Salvador: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: [https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos\\_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf](https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf). Acesso em: 7 ago. 2023.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 1987.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. *In*: LERNER, Julio (ed.). **O preconceito**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1997. p. 133-144.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014**. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2014. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SÃO PAULO (Cidade). **Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023**. Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17975-de-8-de-julho-de-2023#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20revis%C3%A3o%20intermedi%C3%A1ria,4%C2%BA>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade**: cenário Belo Horizonte. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-B7CGVF>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SILVA, Natália Alves da. Raça, colonialidade e grafagens espaciais antirracismo. *In*: MENDONÇA, Jupira; ANDRADE, Luciana T.; FERRARI, Junia; CANETTIERI, Thiago (org.). **Reforma urbana e direito à cidade - Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2022.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.



SOJA, Edward W. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Oxford: Malden, 2000. (Part I – Remapping the Geohistory of Cityspace).

TURE, Kwame; HAMILTON, Charler V. **Black power**: a política de libertação nos Estados Unidos. Tradução: Arivaldo Santos de Souza. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

TWINE, France Winddance. A white side of black britain: the concept of racial literacy. **Ethnic and Racial Studies**, [s. /], v. 27, n. 6, p. 878-907, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0141987042000268512>. Acesso em: 7 ago. 2023.

VELLOSO, Rita. **Urbano**: constelação. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.